



REPUBLICA DEMOCRATICA DE SÃO TOMÉ E PRINCÍPE

# Plano de Gestão Parque Nacional Obô de S. Tomé



2009/2010





Este documento foi elaborado para o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe no âmbito do Programa N° REG/001/04: “*Conservation et utilisation rationnelle des écosystèmes forestiers d’Afrique Centrale IV*” (ECOFAC IV), financiado pela União Europeia.

As opções e as conclusões apresentadas neste documento reflectem a visão pessoal dos Autores e podem não coincidir com o ponto de vista das Instituições da RDSTP, da UE, ou da Agencia de Serviços contratante (BRLi).

**Elaborado por:**

Carlos Albuquerque, Biólogo, Consultor para o planeamento de áreas protegidas do Programa ECOFAC IV  
Dario Cesarini, Biólogo, Consultor para o planeamento de áreas protegidas do Programa ECOFAC IV

**Participaram na definição e revisão do documento:**

Colaboração permanente

Danilo Barbero, Engenheiro Florestal, Assistente Técnico do Programa ECOFAC IV - São Tomé e Príncipe  
Victor Bonfim, Biólogo, Director do Serviço de Conservação da Natureza e Saneamento do Meio Ambiente, Direcção-geral do Ambiente da RDSTP

Salvador Sousa Pontes, Engenheiro Florestal, Assessor da Direcção-geral do Ambiente

Aurélio Jesus Rita, Engenheiro Florestal, Direcção de Florestas da RDSTP

Horácio Cravid, Engenheiro Agrónomo, Director do Parque Nacional Obô de São Tomé

Daniel Ramos, Técnico Agrícola, Director do Parque Natural do Príncipe

Cátia Vanessa Santos, Lic. Relações Internacionais, Voluntária do Programa ECOFAC IV - São Tomé e Príncipe

Luís Mário Almeida, Presidente da Associação Monte Pico

Faustino de Oliveira, Botânico, Secretário da Associação Monte Pico

Apoio institucional da RDSTP

Arlindo de Ceita Carvalho, Engenheiro Geógrafo, Director-Geral, Direcção-geral do Ambiente da RDSTP

Sabino Carvalho, Engenheiro Florestal, Director da Direcção de Florestas da RDSTP

Especialistas contactados/convidados

Tariq Stevart, Botânico (Flora e Vegetação)

Fábio Olmos, Ornitólogo (Avifauna, Áreas Sensíveis)

Carlos Guerra, Arquitecto (Ordenamento do Território, Planeamento e Gestão de Áreas Protegidas)

Bastien Loloum, técnico de ecoturismo, Assistente Técnico da Associação Monte Pico (Ecoturismo)

Mariana Bastos Carvalho, Bióloga (Fauna, Caça)

Martim Melo, Ornitólogo (Avifauna, Áreas Sensíveis)

Alan Tye, Ornitólogo (Avifauna, Áreas Sensíveis)

Lavinia Chiara Tagliabue, Arquitecta, Consultora convidada, Docente do Politécnico de Milão

**Fotografias** - Todas as fotografias utilizadas neste documento foram tiradas pelos autores, pelos elementos do staff do Programa ECOFAC IV, pelos colaboradores da Campanha de Consulta Pública para o Planeamento das Áreas Protegidas, ou por autores desconhecidos.

**Este documento é disponibilizado por:**

Direcção-geral do Ambiente  
Avenida Kwuan Nkruma  
Sao Tome  
Tel : + 239 22 52 71  
[www.gabinete-ambiente-stp.org](http://www.gabinete-ambiente-stp.org)

Programa ECOFAC IV  
Av. 12 de Julho – Largo das Alfândegas  
Sao Tome  
Tel : + 239 22 52 71

Parque Natural Obô de São Tomé  
Sede do Parque, Jardim Botânico de Bom Sucesso  
[www.jardimbotanico.st](http://www.jardimbotanico.st)

**Capa** – Reunião comunitária em Ponta Figo no âmbito da Campanha de Consulta Pública

## Acrónimos e abreviaturas

AIA	Avaliação do Impacto Ambiental
CBD	Convenção sobre a Biodiversidade
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies em Perigo
DGA	Direcção-geral do Ambiente
ECOFAC	Programa Regional de conservação e valorização dos <u>ECO</u> ssistemas <u>F</u> lorestais da <u>A</u> frica <u>C</u> entral
EIA	Estudo do Impacto Ambiental
ENPAB	Estratégia Nacional e o Plano de Acção da Biodiversidade
GEF	<i>Global Environment Facility</i> (Fundo Global para o Ambiente)
GIS	<i>Geographical Information Systems</i> (Sistema de Informação Geográfica)
GPS	<i>Global Position System</i> (Sistema de Posicionamento Global)
IUCN	<i>World Conservation Union</i> (União Internacional para a Conservação da Natureza)
PDF	Plano de Desenvolvimento Florestal
PdG	Plano de Gestão
PdM	Plano de Manejo
PNADD	Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável
PNOST	Parque Nacional Obô de São Tomé
PNOP	Parque Natural do Príncipe
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente (ver UNEP)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ver, UNDP)
RAPAC	Rede das Áreas Protegidas de África Central
RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
RNEB	Relatório Nacional do Estado da Biodiversidade (no âmbito da CBD)
SIG	Sistema de Informação Geográfica (ver GIS)
SWOT	Análise de cenários para planeamento estratégico: Forças ( <i>Strengths</i> ), Fraquezas ( <i>Weaknesses</i> ), Oportunidades ( <i>Opportunities</i> ) e Ameaças ( <i>Threats</i> )
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
WCMC	<i>World Conservation Monitoring Centre</i> (Programa de parceria liderado pela UNEP)
WCPA	<i>World Commission on Protected Areas</i>
WDPA	<i>World DataBase on Protected Areas</i>
WWF	<i>Worldwide Found for Nature</i> (Fundo Mundial para a Natureza)



# ÍNDICE

<b>I - INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>II – ESTRUTURA DO PNOT</b>	<b>3</b>
<b>II.1 Organização administrativa do PNOT</b>	<b>3</b>
<b>II.2 Recursos Humanos, Financeiros e Equipamento</b>	<b>6</b>
II.2.1 Recursos Humanos	6
II.2.2 Financiamento	7
II.2.3 Equipamentos	7
<b>III - PLANO DE ACTIVIDADES</b>	<b>8</b>
<b>III.1 Programas de intervenção</b>	<b>8</b>
III.1.1 Enquadramento das actividades propostas pelo Plano de Gestão no âmbito dos objectivos de gestão identificados pelo Plano de Manejo	9
<b>III.3 Sistema de patrulhamento e controle</b>	<b>14</b>
Patrulhas regulares de fiscalização e monitorização	14
Patrulhas alargadas de fiscalização e monitorização	15
<b>III.2 Coordenação inter-institucional</b>	<b>16</b>
Preparação, aprovação e implementação dum Protocolo de Entendimento entre o Parque e as Administrações locais	16
Seguimento do processo de instituição e conseqüente capacitação dos "Adjuntos para o Ambiente"	17
Reuniões semestrais de coordenação, a nível nacional, das Instituições que desenvolvem um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente	19
Reuniões semestrais de coordenação, a nível de cada Distrito, das Instituições que desenvolvem, um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente	20
Reunião anual de coordenação com os representantes do Ministério das Infra-estruturas, das Obras Públicas e Urbanismo	21
<b>III.3 Conservação dos habitats e das espécies</b>	<b>22</b>
Marcação dos pontos de acesso ao PNOT	22
Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Cinchona ledgeriana</i> e <i>C. pubescens</i>	24
Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Elaeis guineensis</i>	25
Inventariação das áreas de maior valor de conservação localizadas na Zona Tampão do PNOT	26
Definição e implementação dum estratégia de protecção legal das áreas individualizadas pela actividade CON.0427	28
Elaboração e implementação dum plano de gestão para a área de Lagoa Amélia	28
Seguimento do processo de remoção dos produtos tóxicos armazenados na área de Lagoa Azul	29
Implementação dum programa de boas práticas agrícolas - divulgação de práticas de reduzido impacte ambiental	30
Elaboração e implementação dum plano de gestão específico para a área de Malanza	32
<b>III.4 Investigação</b>	<b>33</b>
Apoio técnico-logístico para a realização de estudos e pesquisa sobre a biodiversidade	33
Consolidação e manutenção da estrutura de estudo da biodiversidade de Bom Sucesso	35
Parcerias nacionais e internacionais	36
Bolsa de estudo para classificação da biodiversidade animal dos ecossistemas de águas interiores	37
Digitalização e disponibilização em Internet do Herbário Nacional	38
Produção e actualização dum sítio Internet sobre a flora endémica de São Tomé e Príncipe	39
<b>III.5 Formação</b>	<b>40</b>
Formação em Gestão Participativa de Áreas Protegidas	40
Formação do pessoal do PNOT	41
Formação avançada do Director do PNOT	42
Formação dos Ecoguardas e Guias	43
<b>III.6 Educação e sensibilização da população local</b>	<b>44</b>
Preparação dum sala para as actividades de educação/sensibilização ambiental	44
Campanha de sensibilização para os vinhateiros do Distrito de Mé-Zochi	45
Campanha de sensibilização para os carvoeiros e os agricultores da zona de Praia das Conchas	46

Campanha de sensibilização para os caçadores da ilha de São Tomé	48
Campanha de sensibilização na televisão contra o consumo de carne de tartaruga	49
Campanha de educação ambiental nas escolas de Ensino Básico	51
Formação de professores das escolas de Ensino Básico no domínio da Educação Ambiental	52
Preparação e distribuição de bandas desenhadas direccionadas aos alunos das escolas de Ensino Básico	53
Realização dum documentário de apresentação do PNOST e exibição na televisão	54
<b>III.7 Turismo</b>	<b>55</b>
Manutenção do Jardim Botânico de Bom Sucesso	55
Criação de um ponto de venda em Bom Sucesso	56
Instalação de sinalizações interpretativas na rede de caminhos	57
Manutenção do caminho Bom Sucesso - Lagoa Amélia - Bombaim - São João dos Angolares	59
Estudo de viabilidade e preparação de propostas de projecto para a implementação e gestão de iniciativas de ecoturismo a nível comunitário	60
Articulação com os operadores e os agentes turísticos - adopção duma "Carta de Serviços"	61
Criação e manutenção dum sítio Internet do PNOST	62
Actividades recíprocas com o Projecto do <i>Roçamundo Ecologic Park</i>	63
Actividade de pequena hotelaria na sede do PNOST	64
Viabilidade da visita conjunta do Jardim Botânico de Bom Sucesso, com o Museu do Café de Monte Café	65
Construção de pontes pedonais em São Nicolau e Bombaim	66
<b>III.8 Desenvolvimento durável na Zona Tampão</b>	<b>67</b>
Avaliação de viabilidade, elaboração e implementação dum plano de reflorestação produtiva com espécies florestais nativas e a nível comunitário	67
Formação para um grupo de mulheres da associação de S. Carlos / S. José para a produção e comercialização de doçaria e compotas	70
Formações na produção de mel de abelhas para algumas Associações locais	71
Candidatura do PNOST (potencialmente toda a ilha de São Tomé) para o Programa MAB ("Man and Biosphere") da UNESCO	73
Definição e segurança na posse da terra	74
Elaboração e implementação dum plano de abastecimento hídrico e de saneamento higio-sanitário	75
Construção de latrinas familiares	77
Campanha de informação para os produtores, sobre as potencialidades dos produtos e os nichos de mercado (cacau e café biológicos, mercado "justo e equitativo")	78
Candidatura do PNOST como Sítio Património da Humanidade ("World Heritage Site") da UNESCO	79
Formações para artesanato	80
Construção de pocilgas colectivas comuns às comunidades de Ribeira Peixe e Santa Clotilde	82
Execução duma formação para a preparação e venda de produtos florais	83
<b>III.9 Seguimento, avaliação e planeamento</b>	<b>84</b>
Implementação dum sistema básico de monitorização das actividades de gestão	84
Preparação anual do Plano de Gestão	85
Revisão quinquenal do Plano de Manejo	86
<b>IV PLANO DE TRABALHO</b>	<b>87</b>
<b>IV.1 Plano de Trabalho Quinquenal* (proposta)</b>	<b>87</b>
<b>IV.1 Plano de Trabalho e previsão orçamental 2009/2010</b>	<b>92</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>97</b>

## I - INTRODUÇÃO

O presente Plano de Gestão do Parque Nacional Obô de S. Tomé constitui o documento-guia para a actuação do Parque durante o período Junho 2009 – Dezembro 2010, e traduz a operacionalização dos objectivos definidos no Plano de Manejo.

Pode considerar-se que a Missão de uma Área Protegida é estruturada segundo objectivos de longo e médio prazo, definidos sobre um zonamento do território classificado em função dos valores a proteger e assegurados por um regulamento, constituindo um Plano de Manejo. A validade do Plano de Manejo é desejavelmente adequada à prossecução dos objectivos de médio prazo, geralmente com um horizonte temporal de 5 a 10 anos.

A operacionalização dos objectivos definidos no Plano de Manejo, compreendendo as actividades a implementar, os recursos a afectar, o cronograma de programação das intervenções e os indicadores de sucesso, quando aplicável, formam o Plano de Gestão. Este Plano deverá, sempre que possível, abranger um período de 12 meses e coincidir com o ano económico.

No caso deste primeiro PdG, resolveu-se escolher um prazo mais dilatado (um ano e meio), devido às necessidades contingentes da situação organizativa do PNOT e para coordenar as mesmas com a entrega final dos documentos correspondentes ao Plano de Manejo.

Da legislação santomense (e que espelha a realidade actualmente observada na maioria dos Países) obtém-se o enquadramento legal do presente Plano de Gestão:

### **Lei n.º 11/1999 – Lei da Conservação da Fauna, Flora e das Áreas Protegidas**

#### **Artigo 35.º**

#### **Plano de Gestão**

O plano de gestão é válido por um ano e deve coincidir com o ano económico.

### **Lei n.º 6/2006 – Lei do Parque Natural Obô de S. Tomé**

#### **Artigo 15.º**





#### **Plano de Gestão**






1. O plano de gestão definirá a aplicação do plano de manejo, devendo conter o planeamento dos recursos humanos e financeiros necessários à Gestão do Parque.

2. O plano é apresentado o mais tardar 30 dias após a aprovação do plano de manejo, é revisto a cada 12 meses e deve ser aprovado pelo Conselho de Gestão do Parque.

Retoma-se aqui a definição dos objectivos definidos no Plano de Manejo do Parque Nacional Obô de S. Tomé:




*Os objectivos gerais do Parque Obô de S. Tomé, projectados para o longo prazo, deverão abranger os seguintes aspectos:*

-  Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;
-  Enquadrar as actividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas áreas envolventes, de forma sustentada;
-  Corrigir os processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
-  Assegurar a participação activa na gestão do Parque Natural Obô de S. Tomé de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes na Zona Tampão;

-  Definir modelos e regras de ocupação do território na Zona Tampão, por via do Plano de Gestão, de forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;
-  Promover a conservação e a valorização dos elementos naturais, desenvolvendo acções tendentes à salvaguarda da fauna, da flora, nomeadamente a endémica, e da vegetação, principalmente terrestre climácica, bem como do património geológico e paisagístico;
-  Promover a gestão e valorização dos recursos naturais, possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre-explorados;
-  Salvaguardar e valorizar o património cultural, histórico e tradicional, designadamente a utilização etnofarmacológica da Flora;
-  Contribuir para a ordenação e disciplina das actividades agro-florestais, recreativas e turísticas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, semi-naturais e paisagísticos, estéticos e culturais, possibilitando o exercício de actividades compatíveis, nomeadamente o turismo de natureza.

Foi aplicada uma metodologia para a elaboração do Plano de Manejo que, no âmbito do Programa ECOFAC, se pretende que venha a ser generalizada, e que a partir da síntese da Missão, Objectivos de Longo Prazo e de Médio Prazo, são formatados os Planos de Gestão subsequentes ao referido Plano de Manejo.

Como estabelecido no Plano de Manejo, este abrange o período de 2009 a 2014 (devendo proceder-se à sua revisão a partir dessa data), enquanto que a entrada em funcionamento do Parque deve ser acompanhada pelo primeiro Plano de Gestão agora apresentado e que se pretende que:

-  Indique os projectos, as acções e as intervenções para o arranque do Parque Obô,
-  Proponha os projectos, as acções e as intervenções para a gestão das Zonas Tampão
-  Contenha as linhas orientadoras para os Planos de Gestão subsequentes, no horizonte temporal do Plano de Manejo.

Este é o primeiro Plano de Gestão do Parque Nacional de Obô de S. Tomé. Reflectirá, naturalmente, o grau de incerteza que acompanha a novidade associada a uma mudança de paradigma na gestão dos recursos mais notáveis do País. Mas será também uma oportunidade de potenciar as atitudes que se forem revelando mais adequadas, permitindo também introduzir as correcções que a experiência concreta de criar as Áreas Protegidas em STP irá proporcionar.

Sendo o output inicial do também primeiro Plano de Manejo deste Parque Nacional (e do País), irá incluir algumas orientações para os Planos de Gestão subsequentes, de 2011 a 2014.

Decorrendo do estabelecido na legislação nacional e nas orientações do Programa ECOFAC IV, é ainda objecto deste Plano de Gestão as orientações de gestão para as Zonas Tampão.

## II – ESTRUTURA DO PNOT

O Parque Nacional Obô inicia com o Plano de Manejo e com o presente Plano de Gestão a sua caminhada para a Missão que lhe é conferida. A novidade de todos os aspectos relacionados com a sua estrutura e gestão serão objecto de constantes desafios, acertos e correcções de rumo, mas que não devem nunca deixar perder de vista o *upgrade* institucional que S. Tomé e Príncipe atinge com a criação das suas Áreas Protegidas. Por outro lado, a dinâmica do início de algo novo pode ser um factor de sucesso a potenciar, congregando as vontades de todos os actores envolvidos neste processo.

### II.1 Organização administrativa do PNOT

A organização administrativa do PNOT encontra-se numa fase ainda inicial, sem possibilidade de auto-regulação ou auto-correcção dada a inexistência de experiência anterior no País. Desta forma, este capítulo reveste-se de um formato propositivo, podendo as suas opções ser corrigidas ou adaptadas de acordo com a experiência acumulada durante a sua implementação.

Importa assim ter presentes as propostas efectuadas no Plano de Manejo (Albuquerque *et al.*, 2009), que aqui se retomam.

Para a fase de arranque, e dadas as dificuldades orçamentais e logísticas, deverão ser promovidas parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, para a co-gestão de espaços e actividades no Parque. Desta forma, admite-se o estabelecimento, mediante protocolos ou acordos, da consigação dos sectores dos serviços do Parque a entidades terceiras.

Para a fase de arranque, e tirando partido do inestimável papel já desempenhado em prol da realidade que é este Parque, propõe-se que seja acordada a articulação com a associação Monte Pico, para assumir os Sectores de Conservação, de Guias e Ecoguardas, de Ecoturismo e de Informação Ambiental.

De todo o modo, a viabilização do Parque e sobretudo a eficácia nos primeiros estádios da sua efectiva implementação determinam a necessidade de interditar todo este território a qualquer pessoa que não possua autorização de entrada ou permanência.

Para esse efeito:

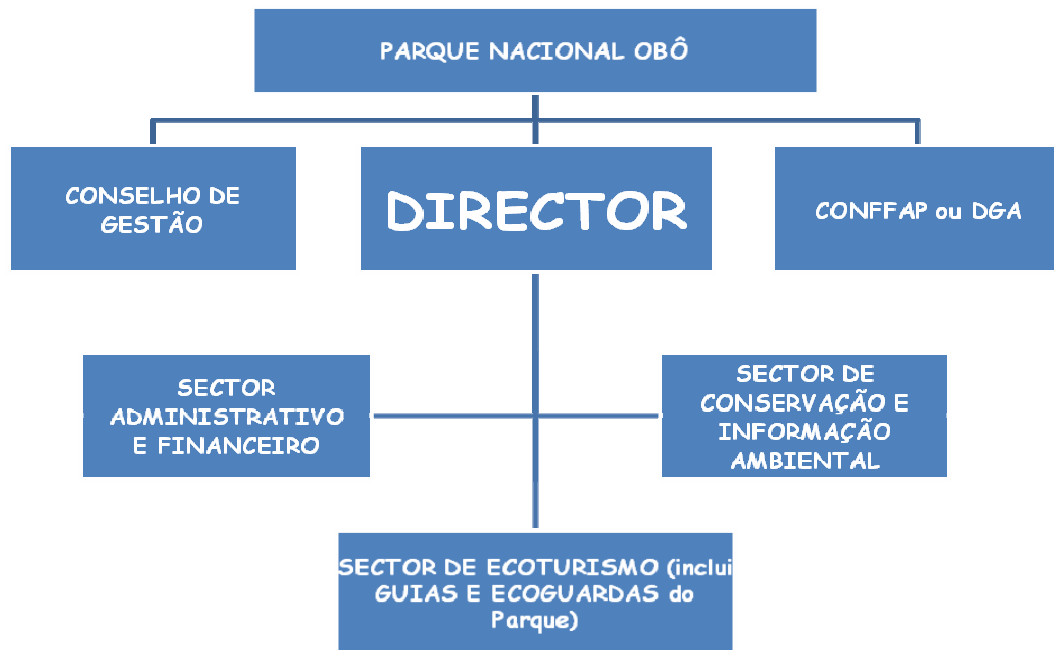
Deverá ser criado de imediato um corpo de Ecoguardas (podendo assumir também a função de Guias (acção já em curso, com o apoio do programa ECOFAC IV),

Deverão ser estabelecidos protocolos com as forças da ordem e autoridades para a efectiva protecção dos seus domínios territoriais (cf. pag. 21, "Patrulhas alargadas de fiscalização e monitorização" cod. SPC.02)

Deverá ser estabelecida uma taxa para entrada e permanência nos espaços, devidamente preparados e/ou assinalados, do Parque (via regulamento a criar, ou Acção "Articulação com os operadores e os agentes turísticos - adopção duma "Carta de Serviços", cod. TUR.06, pag. 65).

Estas são condições para sedimentar a noção de espaço confinado e protegido, dedicado a uma causa do bem comum.

Os serviços do Parque são fortemente condicionados pela disponibilidade de recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros. No Plano de Manejo (Albuquerque *et al.*, 2009), foi apresentado o organigrama que poderá assegurar o cumprimento dos objectivos fixados para o PNOT, conforme a figura seguinte ilustra:



O Parque Nacional Obô de S. Tomé encontra-se sob a coordenação (proposta) do **Conselho de Conservação da Fauna, Flora e das Áreas Protegidas (CONFFAP)**, que apenas funcionaria, segundo a legislação (Lei 11/1999) a partir do primeiro ano cumprido de entrada em funcionamento do Parque.

Contudo, esta organização poderá ser revista em função da experiência adquirida e, sobretudo, da reorganização tutelar das Áreas Protegidas, que se pretende fixar sob a coordenação directa da tutela do Ambiente.

Os Órgãos de Gestão do Parque são o **Director** e o **Conselho de Gestão**. Nomeado que está o Director, deve ser estabelecida e publicada a composição do Conselho de Gestão (Art.º 20.º da Lei 11/1999 e Art.º 13.º da Lei 6/2006). O carácter pioneiro do presente Plano de Gestão do PNOT, face ainda à ausência de criação formal do Conselho de Gestão, justifica a sua aprovação e implementação sem a prévia validação daquele Conselho, evitando uma delonga que poderia condicionar o sucesso do arranque do Parque Nacional Obô.

A composição do Conselho de Gestão, num elenco mínimo de cinco personalidades (Art.º 29.º da Lei 11/1999) irá integrar a representação das autarquias locais e das comunidades residentes nas Zonas Tampão, o que permite integrar os conceitos conservacionistas e a valorização do Parque com os objectivos políticos, económicos, sociais e ambientais das Zonas Tampão, afinal uma das linhas fundamentais desta Área Protegida: a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável dos territórios envolventes do Parque.

A orgânica do PNOT, liderada pelo Director e dele dependente exclusivamente em termos funcionais e hierárquicos, compreenderá a divisão por sectores:

Sector Administrativo e Financeiro – Apoio ao Director, expediente do Parque, gestão de recursos humanos, contabilidade organizada, gestão do orçamento e de parcerias financeiras ou outras, gestão da bilhética e demais taxas, emolumentos ou cobranças (e.g. resultantes de processos de Avaliações de Impacto Ambiental), gestão do Fundo Especial do Parque. Neste sector será também conduzida a gestão do património logístico do Parque, nomeadamente o parque automóvel e o parque informático. Prevê-se que o início do funcionamento seja apoiado pela contratação de um(a) funcionário(a) com formação na área de contabilidade.

Sector de Conservação e de Informação Ambiental – É o sector técnico por excelência. Agrupam-se neste sector as competências relativas às iniciativas de investigação e monitorização, gestão e acompanhamento das parcerias técnicas e científicas, gestão da informação técnica e científica e SIG do Parque. Compreende ainda a direcção técnica do Jardim Botânico e Herbário de Bom Sucesso. O responsável pelo sector deverá ser também o Curador do Jardim Botânico e Herbário, podendo assumir o papel de Director-adjunto e representar o PNOST em fóruns científicos e temáticos de Conservação da natureza e Biodiversidade. Deverá trabalhar articuladamente com a Direcção de Florestas e com a Associação de Biólogos e as outras ONGs conservacionistas e não do País e estrangeiras, estabelecendo com essas sólidas parcerias, com destaque para as nacionais. Por outro lado, o(s) técnico(s) deste sector terá(ão) como função promover ou estabelecer parcerias visando a produção de conteúdos documentais relativos ao PNOST e às matérias de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, apoio às ONG e suas iniciativas de divulgação, apoio à população estudantil e escolas, com destaque para as comunidades da Zona Tampão, interlocução com os Pontos-focais das Câmaras Distritais, com os seus Adjuntos para o Ambiente (a propor neste Plano de Gestão) e com as suas populações. Deverá ainda apoiar o Director na produção de notas de imprensa e demais apresentações multimédia do PNOST. Sob este sector será criado e gerido o arquivo documental temático e biblioteca do PNOST.

Sector de Ecoturismo – Trata-se do Sector que, desde a fase de arranque, constituirá no Parque Nacional o apoio às actividades e iniciativas de Ecoturismo, devendo evoluir, com o tempo, a experiência adquirida e com a possibilidade de formação e integração de recursos humanos, para competências como a promoção e gestão do PNOST como produto turístico de valor acrescentado. Para tal, procurará e promoverá propostas e projectos de conteúdos turísticos do Parque, gestão das parcerias com agentes e operadores turísticos, definição de taxas e cobranças de utilizações do espaço do PNOST, criação e gestão de percursos, rotas e trilhos no PNOST e Zonas Tampão, apoio a projectos de Turismo de Natureza no PNOST e Zonas Tampão, gestão da visitação do PNOST e da pretendida capacidade de alojamento de Bom Sucesso ou outras a criar. Este sector será responsável pela monitorização da sinalética do Parque, quer de trilhos, quer dos limites ou indicações aos visitantes. Deverá ainda trabalhar articuladamente com a Direcção-geral do Turismo.

No âmbito do Sector de Ecoturismo, uma componente fundamental é a dotação para o Parque de Ecoguardas e Guias. Este grupo irá ser o primeiro e o mais intenso contacto da maioria dos visitantes do Parque. A fase de arranque dos serviços contará já com um pequeno grupo (3 ecoguardas), sobre os quais incidirão algumas das acções do Plano de Gestão 2009-2010 (Albuquerque et al, 2009) - formação, definição de patrulhas, acompanhamento de visitantes, cobrança de serviços, entre outras.

As funções dos Guias e Ecoguardas futuramente deverão incluir a gestão da visitação, dos percursos e observância dos regulamentos do PNOST – fiscalização e monitorização, bem como o apoio aos outros sectores. Não sendo per si uma força de imposição da ordem (evitando assim sobreposições de competências e duplicação de recursos), deverá ter um contacto agilizadado com as autoridades locais e nacionais, e com as forças convencionais da ordem. Assegurarão também pequenas intervenções de manutenção, de carácter regular, bem como a reposição das condições de utilização dos trilhos e percursos.

Importa salientar que se propõem parcerias com entidades terceiras, privadas, para a gestão e exploração de serviços do Parque Nacional, em especial Agências e Operadores Turísticos. E estas entidades poderão criar os seus próprios corpos de Guias que, no entanto, deverão ser formados e credenciados pelo Parque Nacional/Direcção de Conservação, Saneamento e Qualidade do Ambiente. Ora estes serviços de formação e credenciação, obrigatórios para o exercício da função de Guias das entidades privadas, irão constituir receitas do Parque.

O Director, ou quem designar, deverão manter um contacto regular e próximo com os principais parceiros sociais, para além do funcionamento institucional do Conselho de Gestão. A estreita relação funcional com os sectores das Florestas e Turismo, e a necessária articulação com as forças da ordem determinam a criação de canais privilegiados de contacto e actuação conjunta sempre que necessário. Desta forma, deverão ser designados, e apoiados com formação específica, interlocutores desses sectores, com mandatos dessas tutelas ou com a capacidade de decisão suficiente para apoio imediato ao Parque.

Este é o modelo proposto para o funcionamento do Parque Nacional Obô de S. Tomé, e que permitirá, sem dúvida, a sua viabilidade enquanto instituição formal e oficial. No entanto, e face aos constrangimentos conhecidos e já referidos, no ponto seguinte descreve-se a adaptação dos recursos actualmente disponíveis a este modelo, constituindo a identificação actual do staff e parte do equipamento disponíveis.

## **II.2 Recursos Humanos, Financeiros e Equipamento**

### **II.2.1 Recursos Humanos**

O arranque do PNOT efectuar-se-á, sob a coordenação do Director, com o apoio do Programa ECOFAC IV, compreendendo:

3 ecoguardas,  
2 operários,  
1 funcionária para apoio não especializado (limpeza, manutenção),  
a que acresce 1 botânico, contratado em regime de *part-time*, para supervisão do Jardim Botânico.

As perspectivas orçamentais do Programa ECOFAC, não asseguram a globalidade do modelo proposto, pelo menos para o arranque. Contudo, é previsível que a atractividade e os novos produtos turísticos proporcionados pela existência e funcionamento destes serviços possam, a curto prazo, garantir que o Fundo Especial do Parque permita novas contratações. Deve ser dada preferência às comunidades residentes na Zona Tampão nos processos de contratação e engajamento de funcionários, salvaguardando que os lugares mais específicos poderão implicar aquisições em outras entidades da administração pública ou meio académico.

A seguida destas considerações e conseqüentemente à estrutura/organigrama do PNOT proposta no capítulo anterior, os autores do Plano aconselham que, quando serão disponíveis recursos financeiros adequadas, ao staff "de arranque" proposto anteriormente, sejam adicionados através de regular contratação:

Um/uma técnico/a capacitado para o trabalho de divulgação e de educação ambiental nas comunidades e nas escolas da Zona Tampão, que será o responsável do Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local

Um/uma contabilista para o Sector administrativo e financeiro,  
e também que o contrato em regime de *part-time* para o técnico que ocupa-se da supervisão do Jardim Botânico, seja virado a *full-time*, de forma que esta figura se ocupe de todas as outras tarefas de coordenação no âmbito do Sector de Conservação.

Parte do esforço de trabalho pode também ser resolvida com parcerias com ONG ou outras entidades. Uma colaboração com a **Associação de Biólogos de S. Tomé e Príncipe**, nomeadamente pela incorporação e enquadramento de estágios, poderá permitir atingir parte dos objectivos do Sector de Conservação.

Pese embora estes aspectos, há contudo um cenário que deve ser explorado e potenciado: a integração da História e experiência da **Associação Monte Pico no futuro do Parque**. Propõe-se a efectivação, por via de protocolo, desta colaboração, podendo então a Associação Monte Pico assegurar os Sectores de Ecoturismo e de Ecoguardas e Guias, assim como fornecer apoios específicos para o Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local.

Este protocolo, que reconhece o papel único da Associação Monte Pico no passado do Parque, e o potencial de desempenho no seu futuro, deve também reconhecer que o novo modelo de actuação se traduz na operacionalização destes Sectores do PNOT por parte de elementos da Associação Monte Pico que, nas suas funções a determinar, ficarão hierarquicamente dependentes da Direcção do PNOT. Trata-se então de contratualizar que parte dos serviços do PNOT é assegurada por elementos da Associação Monte Pico, não havendo lugar a sobreposição ou substituição de entidades. Os serviços do PNOT serão sempre a entidade oficial e formal para a supervisão do Parque.

Outros modelos de parceria, como o potencial trabalho da associação MARAPA e do Jalé Ecolodge na zona de Malanza, poderão ser rapidamente contratualizados. Mais uma vez, neste formato salvaguarda-se o papel de supervisão do PNST, cometendo por contrato ou protocolo à MARAPA e/ou ao Jalé Ecolodge a gestão de parte do território e actividades do PNST. A garantia da supervisão da entidade estatal, o PNST, é conferida pelos Planos de Manejo e de Gestão.

## II.2.2 Financiamento

As provisões orçamentais para o funcionamento do PNST não se encontram ainda consignadas em Orçamento de Estado, uma vez que o seu início apenas se processará com a publicação ou adopção oficial do Plano de Manejo e do presente Plano de Gestão para 2009.

Contudo, é expectável que com o arranque dos serviços do Parque se possam efectuar transferências de verbas dentro da tutela do Ambiente ou em regime excepcional do Orçamento do Estado para algumas rubricas que seja possível desde logo prover.

De qualquer modo, a constituição do quadro de pessoal acima descrito apoiada pelo Programa ECOFAC pode ser complementada com funcionários requisitados ou destacados de outras instituições da administração pública, determinando de imediato a existência de um orçamento próprio para o PNST, em sede da tutela do Ambiente.

Decorrendo do compromisso dos responsáveis pelo Programa ECOFAC em prolongar o apoio deste Programa face às realizações e metas atingidas por S. Tomé e Príncipe na actual fase IV deste Programa, encontra-se previsto um orçamento até Junho 2010 que, não sendo ambicioso nos montantes, é-o no entanto nos objectivos propostos: apoiar e incentivar a eficaz entrada em funcionamento dos serviços do Parque Nacional Obô de S. Tomé.

Este apoio será fundamental para a criação e consolidação do Fundo Especial do Parque (Art.º 31.º da Lei 11/1999), provido por coimas, multas e outras taxas, e pelas receitas geradas pelas actividades do Parque.

A definição deste Fundo Especial, onde se localiza (Banco), como se movimenta, o que pode financiar, e que rubricas o compõem, deve ser objecto de um trabalho a lançar de imediato, sob a coordenação do Director-geral do Ambiente. Uma das principais fontes de provimento é resultante do Turismo e Visitação, objecto de uma Ficha de Actividade (Articulação com os operadores e os agentes turísticos - adopção duma "Carta de Serviços") desenvolvida neste Plano de Gestão.

## II.2.3 Equipamentos

Actualmente, o PNST apenas dispõe da sua sede, no Bom Sucesso, e algum material adquirido ou em fase de aquisição nas instalações do Programa ECOFAC, com destaque para equipamento informático e uma motorizada. Com o arranque do processo, e na medida das disponibilidades orçamentais, irão os responsáveis deste Programa diligenciar o provimento dos recursos logísticos essenciais à operacionalização da equipa do Parque.

A prioridade será conferida a:

Adaptação das instalações de Bom Sucesso para recepção de visitantes e cobranças,  
 Equipamento dos ecoguardas,  
 Aquisição de viaturas para a equipa (viatura todo-o-terreno e motorizadas),  
 Material de Laboratório,  
 Material de registo audiovisual (vídeo, fotografia),  
 Material de escritório.

## III - PLANO DE ACTIVIDADES

### III.1 Programas de intervenção

As actividades a executar ao abrigo do Plano de Gestão constituem o seu Plano de Actividades. Para o presente Plano de Gestão, o primeiro elaborado para uma Área Protegida de S. Tomé e Príncipe, é compreensível que algumas destas linhas de actuação sejam revistas e corrigidas, de acordo com as experiências obtidas durante ou após a sua implementação. Por outro lado, este Plano de Actividades compreende também planos de acção que se irão naturalmente prolongar no tempo, em obediência ao Plano de Manejo e formatando os subsequentes Planos de Gestão até, pelo menos, 2014.

As actividades são agrupadas nos seguintes nove vectores ou **programas de intervenção**, e apresentadas segundo um formato de ficha mostrado a seguir:

Sistema de patrulhamento e controle (SPC)  
 Coordenação inter-institucional (CII)  
 Conservação dos habitats e das espécies (CON)  
 Investigação (INV)  
 Formação (FOR)  
 Educação e sensibilização da população local (EDU)  
 Turismo (TUR)  
 Desenvolvimento durável na Zona Tampão (DES)  
 Seguimento, avaliação e planeamento (SAP)

Actividade	Descrição sumária da actividade
Código	Numeração provisória. Identificação final a definir futuramente, segundo o sucesso alcançado, para continuação em Planos de Gestão subsequentes
Programa de intervenção	Designação do programa, segundo o agrupamento acima iterado (p. exemplo: Coordenação interinstitucional)
Localização	Aonde é realizado ou executado o Programa de intervenção
Período de execução previsto	Duração e extensão temporal do programa, parcial no presente ano, duração do Plano actual de Gestão, extensão a um maior n.º de Planos de Gestão
Nível de prioridade	Prioridade de execução, também função dos objectivos definidos pelo Plano de Manejo
Justificação	Descrição sumária da necessidade e soluções introduzidas pelo Programa de intervenção
Objectivos gerais	Objectivos de grande escala (para a sociedade São-tomense, para o ambiente, para a humanidade, etc.), não necessariamente referentes ao PNOT, ou ao seu Plano de Manejo
Objectivos de longo prazo	De acordo com o Plano de Manejo
Objectivo específico	Objectivos específicos, tanto decorrentes do Plano de Manejo (objectivos de médio prazo, quando aplicável), como não detalhados nesse Plano (novos, não identificados no Plano de Manejo, entre outros)
Acções	Listagem das acções que abrange a actividade
Responsável da actividade	Quem, ou qual entidade, será responsável pela sua execução
Potenciais parceiros na actividade	Pessoas ou entidades a envolver na sua execução
Resultados esperados	Quais os resultados pretendidos com as acções específicas do

	Programa de intervenção
Indicadores de realização	Como avaliar o sucesso das acções e medidas Entre parêntesis a importância de cada elemento indicado na avaliação da actividade
Fontes de verificação	Aonde se pode validar a execução (informações, publicações)
Riscos e hipóteses	Análise sumária SWOT, sobretudo em termos de potenciais constrangimentos
Fontes de financiamento	Recursos financeiros a mobilizar e disponíveis
Montante financeiro previsto	Orçamento do Programa, sempre que possível e viável
Observações	Outros comentários não previstos acima

N/A - Não aplicável ou não determinado

### **III.1.1 Enquadramento das actividades propostas pelo Plano de Gestão no âmbito dos objectivos de gestão identificados pelo Plano de Manejo**

Apresenta-se nas páginas seguintes um esquema de correspondência entre os objectivos de gestão (longo e meio prazo) identificados no âmbito Plano de Manejo do PNOST (Albuquerque *et al.*, 2009) e as actividades de gestão previstas pelo presente documento.

Objectivo de longo prazo	Objectivo de médio prazo	Actividade
<b>Assegurar a conservação das espécies animais e vegetais do PNOT</b>	Reduzir os níveis actuais da pressão de caça sobre as espécies ameaçadas	Campanha de sensibilização para os caçadores da ilha de São Tomé
	Verificar a eficácia e eficiência das acções de protecção e conservação	Implementação dum sistema básico de monitorização das actividades de gestão
	Proteger as áreas de ocorrência e de reprodução de espécies endémicas e/ou ameaçadas	Patrulhas regulares de fiscalização e monitorização
	Proteger as populações de tartarugas marinhas	Campanha de sensibilização na televisão contra o consumo de carne de tartaruga
<b>Garantir a integridade dos ecossistemas do PNOT e os equilíbrios naturais na sua Zona Tampão</b>	Reduzir os abates ilegais de árvores e os seus impactos nos ecossistemas florestais	Avaliação de viabilidade, elaboração e implementação dum plano de reflorestação produtiva com espécies florestais nativas e a nível comunitário
	Impedir o desbravamento de novas áreas de floresta	Patrulhas alargadas de fiscalização e monitorização
	Controlar os impactos negativos das espécies invasoras	Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Cinchona ledgeriana</i> e <i>C. pubescens</i>
		Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Elaeis guineensis</i>
	Reduzir a incidência dos fogos e queimadas na área de Praia das Conchas e os seus impactos negativos	Campanha de sensibilização para os carvoeiros e os agricultores da zona de Praia das Conchas
	Controlar os impactes negativos dos agentes poluentes no interior do PNOT, ou nos seus arredores	Seguimento do processo de remoção dos produtos tóxicos armazenados na área de Lagoa Azul
	Estender a protecção às áreas de vegetação autóctone no Norte da ilha de São Tomé	Inventariação das áreas de maior valor de conservação localizadas na Zona Tampão do PNOT
		Definição e implementação duma estratégia de protecção legal das áreas individualizadas com a actividade CON.04
	Assegurar a conservação e a utilização sustentável dos recursos biológicos das águas interiores santomenses.	Elaboração e implementação dum plano de gestão específico para a área de Malanza
		Bolsa de estudo para classificação da biodiversidade animal dos ecossistemas de águas interiores
Preservar os ecossistemas originais da ilha de S. Tomé	Elaboração e implementação dum plano de gestão para a área de Lagoa Amélia	

Objectivo de longo prazo	Objectivo de médio prazo	Actividade
Integrar as actividades de conservação num contexto regional e internacional	Obter o reconhecimento e a classificação do PNOT no âmbito de sistemas e programas internacionais - promover o seu reconhecimento como Parque Nacional	Candidatura do PNOT (potencialmente toda a ilha de São Tomé) para o Programa MAB (" <i>Man and Biosphere</i> ") da UNESCO Candidatura do PNOT como Sítio Património da Humanidade (" <i>World Heritage Site</i> ") da UNESCO
	Atingir a integração plena do PNOT no âmbito da RAPAC	Actividade institucional, de indiscutível relevância para o Parque Nacional, mas decorrente das competências e prerrogativas da tutela política do Ambiente. A definir pela Direcção da DGA, com o apoio da Direcção de Conservação, Saneamento e Qualidade do Ambiente
Desenvolvimento dum consciência ambiental baseada no património do PNOT	Permitir o conhecimento do Parque e das suas actividades à população local	Marcação dos pontos de acesso ao PNOT
		Preparação dum sala para as actividades de educação/sensibilização ambiental
		Realização dum documentário de apresentação do PNOT e exibição na televisão
		Formação de professores das escolas de Ensino Básico no domínio da Educação Ambiental
		Formação de professores das escolas de Ensino Básico no domínio da Educação Ambiental
Preparação e distribuição de bandas desenhadas direccionadas aos alunos das escolas de Ensino Básico		
Assegurar uma transferência de competências em matéria de gestão de áreas protegidas	Favorecer a colaboração com instituições de formação nacionais e internacionais	Parcerias nacionais e internacionais
Dispor dum nível de conhecimento satisfatório sobre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas	Melhorar o conhecimento do património do PNOT	Digitalização e disponibilização em Internet do Herbário Nacional
	Valorizar o saber popular e as práticas tradicionais	Apoio técnico-logístico para a realização de estudos e pesquisa sobre a biodiversidade
Basear as operações de gestão dos ecossistemas do PNOT e da sua zona tampão num melhor conhecimento dos factores ecológicos e das inteirações Homem-Ambiente		
Mudar-se a pólo de referência nacional em	Dotar o PNOT de meios permanentes de pesquisa científica	Consolidação e manutenção da estrutura de estudo da biodiversidade de Bom Sucesso

Objectivo de longo prazo	Objectivo de médio prazo	Actividade
<b>matéria de pesquisa e gestão dos ecossistemas naturais</b>	Favorecer a colaboração com instituições regionais e internacionais de pesquisa e conservação	Parcerias nacionais e internacionais
<b>Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sana gestão ambiental</b>	Criar sinergias com outros projectos e entidades intervenientes no âmbito da conservação dos recursos naturais e do turismo responsável na ilha de São Tomé	Estudo de viabilidade e preparação de propostas de projecto para a implementação e gestão de iniciativas de ecoturismo a nível comunitário Actividades recíprocas com o Projecto do Roçamundo Ecologic Park Viabilidade da visita conjunta do Jardim Botânico de Bom Sucesso, com o Museu do Café de Monte Café
	Favorecer a venda de produtos locais de qualidade	Criação de um ponto de venda em Bom Sucesso
	Valorizar as espécies ornamentais	Execução duma formação para a preparação e venda de produtos florais
	Valorizar a produção biológica do cacau e de outros produtos agrícolas de exportação	Campanha de informação para os produtores, sobre as potencialidades dos produtos e os nichos de mercado (cacau e café biológicos, mercado "justo e equitativo")
	Valorizar a transformação dos produtos locais de qualidade	Formação para um grupo de mulheres da associação de S. Carlos/S. José para a produção e comercialização de doçaria e compotas Formações na produção de mel de abelhas para algumas Associações locais Formações para artesanato
	Favorecer a exploração durável dos recursos naturais para benefício das populações locais	Campanha de sensibilização para os vinhateiros do Distrito de Mé-Zochi
	Diminuir os impactos negativos e aumentar os rendimentos das actividades agrícolas na Zona Tampão	Implementação dum programa de boas práticas agrícolas - divulgação de práticas de reduzido impacte ambiental Definição e segurança na posse da terra
	<b>Valorizar turisticamente o património cultural da Zona Tampão do PNOT</b>	Melhorar as condições para fruição do território pelo turismo de excursionismo

Objectivo de longo prazo	Objectivo de médio prazo	Actividade
	Criar sinergias com o sector privado implicado na gestão do turismo	Articulação com os operadores e os agentes turísticos - adopção duma "Carta de Serviços"
	Melhorar o conhecimento e a publicitação das possibilidades de visita do PNOT a nível nacional e internacional	Criação e manutenção dum sitio Internet do PNOT Produção e actualização dum sitio Internet sobre a flora endémica de São Tomé e Príncipe
<b>Melhorar as condições básicas de vida nas aldeias</b>	Melhorar os sistemas de abastecimento de água	Elaboração e implementação dum plano de abastecimento hídrico e de saneamento higio-sanitário
	Melhorar o saneamento do meio	Construção de latrinas familiares Construção de estruturas colectivas comuns às comunidades de Ribeira Peixe e Santa Clotilde, para albergar as pocilgas de produtores destas comunidades
<b>Assegurar uma boa coordenação interinstitucional</b>	Promover a coordenação interinstitucional na Administração Central	Reunião anual de coordenação com os representantes do Ministério das Infra-estruturas, das Obras Públicas e Urbanismo Reuniões semestrais de coordenação, a nível nacional, das Instituições que desenvolvem um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente
	Promover a Coordenação interinstitucional na Administração Local (Câmaras Distritais)	Preparação, aprovação e implementação dum Protocolo de Entendimento entre o Parque e as Administrações locais
	Envolver o Poder Local nas políticas de gestão e conservação dos territórios naturais	Reuniões semestrais de coordenação, a nível de cada Distrito, das Instituições que desenvolvem, um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente
	Promover a integração de serviços específicos ("Adjuntos para o Ambiente") das Câmaras Distritais na gestão corrente do Parque	Seguimento do processo de instituição e consequente capacitação dos "Adjuntos para o Ambiente"

### III.3 Sistema de patrulhamento e controle

Actividade	Patrulhas regulares de fiscalização e monitorização
Código	SPC.01
Programa de intervenção	Sistema de patrulhamento e controle
Localização	Limites e território do PNOT
Período de execução previsto	Será necessário estabelecer uma escala mensal com os ecoguardas disponíveis, e definir os percursos a efectuar
Nível de prioridade	Alta
Justificação	As patrulhas dos ecoguardas nas zonas mais ameaçadas permitirão seguir a evolução das pressões, visando o seu controlo. A monitorização da fauna e da vegetação permitirá também reunir dados essenciais para alimentar bases de dados e constituir o sistema de acompanhamento e de avaliação
Objectivos gerais	⇒ Garantir a integridade dos ecossistemas do PNOT e os equilíbrios naturais na sua Zona Tampão; ⇒ Estabelecer a noção de que o PNOT é um território delimitado, defendido e controlado
Objectivo de longo prazo	Assegurar a conservação das espécies animais e vegetais do PNOT
Objectivo específico	⇒ Diminuir ou eliminar as pressões e actos ilícitos, apoiar a definição de percursos com interesse turístico; ⇒ Apoiar o Sector de Conservação no reconhecimento e monitorização do património natural
Acções	a) Patrulhamento do PNOT b) Identificação concreta de pressões e actos ilícitos c) Fiscalização das entradas no Parque
Responsável da actividade	Sector de Ecoguardas e Guias
Meios logísticos necessários	<input checked="" type="checkbox"/> Equipamento de campo para os Ecoguardas, vestuário, <input checked="" type="checkbox"/> Formação e apetrechamento com materiais específicos (binóculos, GPS, equipamento fotográfico)
Potenciais parceiros na actividade	Forças da autoridade, elementos congéneres das autarquias e Direcção de Florestas
Resultados esperados	Diminuição e eliminação progressiva das pressões e actividades ilegais ou ilícitas nos domínios do Parque Reconhecimento do Ecoguarda como nova categoria profissional Emprego local (comunidades residentes na Zona Tampão)
Indicadores de realização	N.º mínimo de patrulhas por semana/mês efectuadas
Fontes de verificação	Relatórios de actividades mensais do Sector de Ecoguardas
Riscos e hipóteses	➤ Os constrangimentos financeiros e logísticos para criar um corpo de guardas eficaz e a necessidade de formação específica são aspectos a solucionar. ➤ Por protocolo com a Associação Monte Pico, será possível desde o início contar com um grupo minimamente preparado para as primeiras acções
Fontes de financiamento	Dotação orçamental a definir, Programa ECOFAC, outros apoios internacionais da Cooperação estrangeira e, no futuro, também do Fundo Especial do Parque
Montante financeiro previsto	Não disponível, e função dos apoios a obter

Actividade	<b>Patrulhas alargadas de fiscalização e monitorização</b>
Código	SPC.02
Programa de intervenção	Sistema de patrulhamento e controle
Localização	Limites e território do PNOST e Zonas Tampão
Período de execução previsto	Planeamento intersectorial, a definir pelo Director, sem publicitação
Nível de prioridade	Alta no arranque do Parque, Média no futuro
Justificação	As pressões e actividades ilegais, sobretudo na fase de arranque do Parque, devem ser combatidas por forças alargadas nas suas competências, e de programação aleatória
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ apoiar a definição de percursos com interesse turístico;</li> <li>⇒ demonstrar que a defesa do Património Natural é um tema transversal na sociedade santomense</li> <li>⇒ reduzir os abates ilegais de árvores e os seus impactos nos ecossistemas florestais</li> <li>⇒ impedir o desbravamento de novas áreas de floresta</li> </ul>
Objectivo de longo prazo	Garantir a integridade dos ecossistemas do PNOST e os equilíbrios naturais na sua Zona Tampão
Objectivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ estabelecer a noção de que o PNOST é um território delimitado, defendido e controlado;</li> <li>⇒ diminuir ou eliminar as pressões e actos ilícitos;</li> <li>⇒ apoiar o Sector de Conservação no reconhecimento e monitorização do património natural</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Patrulhamento do PNOST e Zona Tampão, identificação concreta de pressões e actos ilícitos</li> <li>b) Publicitação durante e após as acções de Patrulhamento conjunto</li> <li>c) Elaboração de Notas de Imprensa pelos Serviços ou entidades envolvidos</li> </ul>
Responsável da actividade	Director do PNOST
Meios logísticos necessários	<ul style="list-style-type: none"> <li><input checked="" type="checkbox"/> Equipamento de comunicações</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Equipamento de campo para os Ecoguardas, vestuário,</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Formação e apetrechamento com materiais específicos (binóculos, GPS, equipamento fotográfico)</li> </ul>
Potenciais parceiros na actividade	Forças da autoridade, elementos congéneres das autarquias e Direcção de Florestas
Resultados esperados	Diminuição e eliminação progressiva das pressões e actividades ilegais ou ilícitas nos domínios do Parque Reconhecimento social da necessidade de proteger o PNOST Reconhecimento do Ecoguarda como nova categoria profissional e parceiro institucional na manutenção e observância da legalidade
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Execução de pelo menos duas operações coordenadas por ano</li> </ul>
Fontes de verificação	Relatórios de actividades das entidades envolvidas
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Não há tradição deste tipo de operações de defesa do Património Natural e do Parque</li> <li>➤ Os constrangimentos financeiros e logísticos para criar um corpo de guardas eficaz e a necessidade de formação específica são aspectos a solucionar.</li> <li>➤ Por protocolo com a Associação Monte Pico, será possível desde o início contar com um grupo minimamente preparado para as primeiras acções</li> <li>➤ Escasso interesse e emprego de meios por parte das Instituições envolvidas</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamentos próprios das entidades a envolver
Montante financeiro previsto	N/A

### III.2 Coordenação inter-institucional

Actividade	<b>Preparação, aprovação e implementação dum Protocolo de Entendimento entre o Parque e as Administrações locais</b>
Código	CII.01
Programa de intervenção	Coordenação inter-institucional
Período de execução previsto	2009
Nível de prioridade	Médio
Justificação	O Parque e as Câmaras Distritais devem ter um documento de referência para a organização e coordenação do seu trabalho conjunto no âmbito ambiental
Objectivos gerais	N/A
Objectivo de longo prazo	Melhorar a coordenação entre Câmaras Distritais e PNOST
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Criar ou reforçar a categoria funcional de Adjunto para o Ambiente no quadro das assessorias dos executivos autárquicos (poderá ser assumido pelos actuais vereadores com este pelouro)</li> <li>⇒ Obter uma maior eficiência das actividades de prevenção, controle e fiscalização das infracções a nível local</li> <li>⇒ Maior envolvimento e responsabilização das Câmaras Distritais nos mecanismos de controlo do território classificado</li> <li>⇒ Reconhecimento global do PNOST</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Execução dum encontro preliminar em cada Câmara para a compilação dos tópicos do Protocolo</li> <li>b) Elaboração dos documentos</li> <li>c) Apresentação e discussão com os parceiros</li> <li>d) Aprovação oficial dos protocolos</li> </ul>
Responsável da actividade	Director do PNOST
Potenciais parceiros na actividade	DGA, DF, Câmaras Distritais
Resultados esperados	Reforço do papel do Adjunto para o Ambiente das Câmaras Distritais Nomeação e operacionalização do Conselho de Gestão do PNOST
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Protocolos de cooperação aprovado antes do fim de 2009 (60%)</li> <li>⊙ Designação de interlocutores para o Conselho de Gestão (40%)</li> </ul>
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>☑ Assinatura dos acordos de cooperação/memorandos de entendimento/protocolos de colaboração</li> <li>☑ Nomeação do Conselho de Gestão</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Custo da actividade incluído nas despesas básicas de gestão

Actividade	<b>Seguimento do processo de instituição e consequente capacitação dos "Adjuntos para o Ambiente"</b>
Código	CII.02
Programa de intervenção	Coordenação inter-institucional
Localização	Sede do PNOT de Bom Sucesso
Período de execução previsto	2009
Nível de prioridade	Médio
Justificação	As Instituições implicadas na conservação da Natureza e dos seus recursos a nível nacional e local lamentaram, no âmbito Consulta Pública, a falta duma figura no organigrama das Câmaras Distritais que possa desenvolver um papel de coordenação, a nível local, entre os diferentes sujeitos públicos e entre estes e a organizações da sociedade civil ou os cidadãos.
Objectivos gerais	⇒ Obter uma maior eficiência nas actividades de prevenção, controle e fiscalização das infracções ambientais a nível local
Objectivo de longo prazo	Assegurar uma boa coordenação interinstitucional
Objectivo específico	⇒ Melhorar a coordenação do trabalho no terreno entre PNOT, Câmaras Distritais (Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zochi), Policia Nacional, Delegações da DF, Pontos Focais do Ambiente da DGA, Associações conservacionistas e cidadãos. ⇒ Maior envolvimento e responsabilização das Câmaras Distritais nos mecanismos de controlo do território classificado
Acções	a) Seguimento do processo de nomeação dos "Adjuntos para o Ambiente" (nomeação por parte das Câmaras Distritais) b) Preparação duma formação específica do grupo de funcionários nomeados c) Execução da formação (aconselha-se um total duas semanas não consecutivas de formação, no prazo máximo de dois ou três meses)
Responsável da actividade	Director do PNOT, Presidentes das Câmaras Distritais
Parceiros na actividade	Programa ECOFAC, DGA, DF, Policia Nacional, ISE, Associações conservacionistas. Este conjunto de potenciais parceiros pode fornecer profissionais para executar a formação.
Resultados esperados	Ter um "Funcionário distrital do Ambiente" em cada Câmara Distrital, que será um staff permanente do organigrama (não de nomeação politica), capacitado para desenvolver o papel de coordenação estabelecido.
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Cinco "Adjuntos para o Ambiente" nomeados (100%) antes do fim de Abril de 2009 (50%)</li> <li>⊙ Duas semanas de formação completadas antes do fim de 2009 (25%)</li> <li>⊙ 80% dos "Adjuntos para o Ambiente" participa pelo menos em 80% dos dias de formação (25%)</li> </ul>
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>☑ As deliberações de nomeação dos cinco "Adjuntos para o Ambiente"</li> <li>☑ O relatório final de implementação da formação</li> <li>☑ O registo de presenças nos encontros de formação</li> </ul>
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➡ Atrasos no processo de nomeação dos funcionários</li> <li>➡ Dificuldade em encontrar formadores disponíveis a nível nacional</li> <li>➡ Dificuldade na deslocação dos funcionários para a sede do PNOT em Bom Sucesso (em caso de necessidade considerar sedes alternativas para a formação)</li> <li>➡ Escassa participação, ou motivação dos funcionários</li> </ul>

	formandos
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	<p>Os custos das acções a) e b) são incluídos nas despesas básicas de gestão previstas pelo orçamento anual.</p> <p>Para a acção c) é previsto um custo adicional de 60.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui (segundo os standard da UE), nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 10 dias de remuneração para os formadores</li> <li>✓ 10 dias de <i>per diem</i> para os 10 formandos</li> <li>✓ Os custos de transportes para 10 dias para 10 formandos</li> <li>✓ Custos de materiais básicos previstos pela formação</li> <li>✓ 20% de adicional para as despesas menores e os imprevistos</li> </ul>
Observações	É prevista a participação na formação também de mais um funcionário de cada Câmara Distrital para eventual substituição na impossibilidade do responsável designado (também nos períodos de férias).

Actividade	<b>Reuniões semestrais de coordenação, a nível nacional, das Instituições que desenvolvem um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente</b>
Código	CII.03
Programa de intervenção	Coordenação inter-institucional
Localização	Sede do PNOT em Bom Sucesso
Período de execução previsto	Permanente. Duas reuniões anuais (aproximadamente em Janeiro e em Julho de cada ano). Primeira reunião a executar-se em Janeiro de 2010.
Nível de prioridade	Médio
Justificação	As Instituições implicadas na conservação da Natureza e dos seus recursos a nível nacional e local lamentaram, no âmbito da Consulta Pública, a falta de coordenação entre os seus funcionários no desempenho das suas respectivas funções. Neste contexto, sendo o PNOT um sujeito institucional de recente constituição, deve encontrar rapidamente a forma melhor de relacionar-se e coordenar-se com as instituições existentes.
Objectivos gerais /longo prazo	Harmonização interinstitucional
Objectivo específico	Melhorar a coordenação entre PNOT, Câmaras Distritais (Cantaçalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zochi), Polícia Nacional, DF, DGA e todos os sujeitos institucionais considerados relevantes em matéria de Ambiente.
Responsável da actividade	Director do PNOT
Parceiros na actividade	As Instituições envolvidas na actividade: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>PNOT</u> (o Director e o staff técnico/administrativo do Parque)</li> <li>- <u>Câmaras Distritais</u> (os Funcionários distritais do Ambiente)</li> <li>- <u>Polícia Nacional</u> (um representante nacional e cinco representantes distritais)</li> <li>- <u>DF</u> (um representante nacional e cinco representantes das delegações distritais)</li> <li>- <u>DGA</u> (um representante nacional e os cinco pontos focais do ambiente)</li> <li>- Outros eventuais sujeitos considerados relevantes a nível nacional</li> </ul>
Resultados esperados	Execução de encontros periódicos de definição das políticas e acções conjuntas, ou complementares
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Execução de duas reuniões anuais (50%)</li> <li>⊙ Participação nas reuniões de pelo menos 70% dos convidados (50%)</li> </ul>
Fontes de verificação	Verbaís das reuniões
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➡ Escassa participação das instituições nas reuniões</li> <li>➡ Dificuldade na deslocação dos funcionários para a sede do PNOT em Bom Sucesso, devido à falta de meios ou recursos para a deslocação (em caso de necessidade considerar sedes alternativas para os encontros)</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Custo da actividade incluído nas despesas básicas de gestão

Actividade	<b>Reuniões semestrais de coordenação, a nível de cada Distrito, das Instituições que desenvolvem, um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente</b>
Código	CII.04
Programa de intervenção	Coordenação inter-institucional
Localização	Nas cinco Câmaras Distritais de Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zochi
Período de execução previsto	Permanente. Dez reuniões anuais (cinco aproximadamente em Abril e cinco em Outubro de cada ano). Primeira reunião a executar-se em Abril de 2010.
Nível de prioridade	Alto
Justificação	As Instituições implicadas na conservação da Natureza e dos seus recursos a nível nacional e local lamentaram, no âmbito da Consulta Pública, a falta de coordenação entre os seus funcionários no desempenho das suas respectivas funções. Neste contexto, sendo o PNOT um sujeito institucional de recente constituição, deve encontrar rapidamente a forma melhor de relacionar-se e coordenar-se com as instituições existentes, sobretudo a nível descentralizado.
Objectivos gerais / longo prazo	Harmonização interinstitucional
Objectivo específico	Melhorar a coordenação do trabalho no terreno entre PNOT, Câmaras Distritais (Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zochi), Polícia Nacional, Delegações da DF, Pontos Focais do Ambiente da DGA, Associações conservacionistas e cidadãos.
Responsável da actividade	Director do PNOT
Potenciais parceiros na actividade	As Instituições e os sujeitos envolvidos na actividade: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>PNOT</u> (o Director e o staff técnico do Parque)</li> <li>- <u>Câmara Distrital</u> (Funcionários distrital do Ambiente)</li> <li>- <u>Polícia Nacional</u> (o representante distrital)</li> <li>- <u>DF</u> (o representante da delegação distrital)</li> <li>- <u>DGA</u> (o pontos focal do ambiente)</li> <li>- <u>ONG</u> (um representante de cada ONG que desenvolve um papel na conservação do território a nível local - <i>facultativo</i>)</li> <li>- Outros eventuais sujeitos considerados relevantes a nível local</li> </ul>
Resultados esperados	Funcionários locais bem informados e coordenados para a execução de intervenções no terreno e para a troca constante e eficiente de informações relevantes no âmbito da conservação do ambiente
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Execução de duas reuniões anuais em cada Distrito (50%)</li> <li>⊙ Participação nas reuniões de pelo menos 70% dos convidados (50%)</li> </ul>
Fontes de verificação	Verbais das reuniões
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➡ Escassa participação nas reuniões</li> <li>➡ Dificuldade da deslocação dos funcionários do PNOT para as sedes das Câmaras Distritais</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Custo da actividade incluído nas despesas básicas de gestão

Actividade	<b>Reunião anual de coordenação com os representantes do Ministério das Infra-estruturas, das Obras Públicas e Urbanismo</b>
Código	CII.05
Programa de intervenção	Coordenação inter-institucional
Localização	Ministério das Infra-estruturas, das Obras Públicas e Urbanismo Cidade de São Tomé
Período de execução previsto	2011-2014, anualmente, em Novembro
Nível de prioridade	Baixa
Justificação	A construção, ou recuperação, de estradas é um dos factores que mais favorecem o desfrute desequilibrado dos recursos do PNOT. É portanto fundamental que a equipa técnica do Parque seja envolvida, ou pelo menos informada, nos processos de decisão para o desenvolvimento da rede de estradas e infra-estruturas do País.
Objectivos gerais	Conter os impactes negativos das actividades humanas para o Ambiente
Objectivos de longo prazo	Assegurar uma boa coordenação interinstitucional
Objectivo específico	Favorecer políticas de escasso desenvolvimento da rede de estradas nas áreas marginais do País para proteger as áreas de reprodução e alimentação de espécies endémicas e/ou ameaçadas
Responsável da actividade	Director do PNOT
Potenciais parceiros na actividade	DGA, DF, Autarquias
Resultados esperados	O staff do PNOT está envolvido nos processos de decisões para o desenvolvimento infra-estrutural do território
Indicadores de realização	Realização da reunião anual de coordenação
Fontes de verificação	Verbal da reunião
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Custo da actividade incluído nas despesas básicas de gestão

### III.3 Conservação dos habitats e das espécies

Actividade	Marcação dos pontos de acesso ao PNOT
Código	CON.01
Programa de intervenção	Conservação dos habitats e das espécies
Localização	Todos os sítios de acesso ao PNOT. As áreas de limite prioritárias para esta actividade são (em ordem decrescente de prioridade): <ol style="list-style-type: none"> <li>1. entre São Carlos e São Paulo (Bombaim) (Mê-Zochi)</li> <li>2. Praia das Conchas (Lobata)</li> <li>3. Molundo e Santa Jeni e as outras áreas do Distrito de Lembá de acesso mais fácil ao PNOT</li> <li>4. Malanza (Caué)</li> <li>5. Cão Grande (Caué)</li> <li>6. Juliana Souza (Lembá)</li> <li>7. Monte Carmo (Caué)</li> <li>8. Santo António de Mussacavu (Caué)</li> </ol>
Período de execução previsto	2009
Nível de prioridade	Alto
Justificação	A população local tem um escasso conhecimento dos limites reais do Parque.
Objectivos gerais	Dificultar o desbravamento de novas áreas de floresta
Objectivo de longo prazo	Desenvolvimento duma consciência ambiental baseada no património do PNOT
Objectivo específico	⇒ Melhorar o conhecimento da população das áreas de diferentes usos do território ⇒ Reduzir a incidência das actividades não permitidas no interior do PNOT
Acções	a) Definição e eventual contratação do sujeito que devesse executar o trabalho no terreno b) Preparação da actividade c) Sinalizar com placas identificativas o ponto de acesso ao PNOT de qualquer estrada, caminho, trilho, etc., dando prioridade às áreas referidas. d) Preparação dum registo fotográfico dos sítios marcados com as suas respectivas coordenadas e) Um mapa do território com a posição dos marcos e/ou, a inclusão dos dados da actividade num SIG
Responsável da actividade	O Director do PNOT, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada o trabalho a uma associação ou uma empresa.
Potenciais parceiros na actividade	Associações conservacionistas de nível nacional, Associações locais (a mão-de-obra para a execução do trabalho de marcação no terreno pode ser fornecida pela população local)
Resultados esperados	Cada ponto de acesso ao PNOT está devidamente assinalado
Indicadores de realização	Um mínimo de 100 sítios marcados e inseridos num registo fotográfico antes do fim de 2009
Fontes de verificação	O registo fotográfico dos sítios marcados
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dificuldades na organização da actividade. Sobretudo parece complicado no contexto são-tomense encontrar técnicos com capacidades de gerir a parte de colocação geográfica dos sítios a marcar no terreno</li> <li>➤ Materiais utilizados para os marcos de escassa qualidade, que não resistem ao clima são-tomense</li> </ul>

Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	<p>Para a actividade é previsto um custo 140.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 50 dias de remuneração para o organizador da actividade e responsável do trabalho no campo</li> <li>✓ 40 dias de remuneração para dois ajudantes nas actividades no terreno</li> <li>✓ Os custos de 120 postes de material resistente não-perecível e 120 placas de plástico, ou de metal com imprimido o logótipo do PNOST</li> <li>✓ Aquisição de mapas topográficos</li> <li>✓ Aquisição dum GPS</li> <li>✓ Aquisição de instrumentos para a fixação no terreno dos paus</li> <li>✓ Custos adicionais para as despesas menores e os imprevistos</li> </ul> <p>As deslocações da equipa no terreno serão asseguradas para o veículo 4x4 em dotação ao PNOST</p>
Observações	<p>Aconselha-se o uso de materiais de boa qualidade e resistentes ao clima.</p> <p>Quando uma estrada, ou caminho, coincide com o limite do Parque, um marco ou placa informativa será posicionado a cerca de 100m do precedente.</p>

Actividade	<b>Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Cinchona ledgeriana</i> e <i>C. pubescens</i></b>
Código	CON.02
Programa de intervenção	Conservação dos habitats e das espécies
Localização	Muitas áreas, mas sobretudo em altitude (zona do Pico de São Tomé)
Período de execução previsto	2010 – elaboração do plano (actividades a) e b)) 2011 e sucessivos – implementação do plano (actividades c) e d))
Nível de prioridade	Alto
Justificação	Conferir Plano de Manejo, no capítulo IV.2.3.2 - Conservação da biodiversidade
Objectivos gerais /longo prazo	Garantir a integridade dos ecossistemas do PNOT e os equilíbrios naturais na sua Zona Tampão
Objectivo específico	Limitar e se possível inverter o actual trend de expansão da população destas espécies invasoras
Acções	a) contratação do consultor internacional, especialista em espécies vegetais invasoras, que elaborará o plano de acção b) estudo da situação corrente e elaboração do plano c) definição dos mecanismos de actuação do plano d) implementação do plano
Responsável da actividade	Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	DGA, DF, Associação de Biólogos de STP, Universidades e Institutos de pesquisa nacionais e estrangeiros, ONG conservacionistas, Associações locais
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> <li>☉ Obter um bom conhecimento de causas e conseqüências deste fenómeno biológico</li> <li>☉ Dinâmica das populações de <i>Cinchona ledgeriana</i> e <i>C. pubescens</i> regulada</li> </ul>
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li><input checked="" type="checkbox"/> Entrega do plano de acção antes do fim de 2010 (100% para 2010)</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> A ser estabelecidos através do plano específico</li> </ul>
Fontes de verificação	Relatórios de implementação da actividade, ou relatórios anuais de actividade do PNOT
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Características e intensidade do fenómeno superiores aos limites técnicos, logísticos e orçamentais do contexto são-tomense para que sejam atingidos os objectivos prefixados (inverter o trend actual)</li> <li>➤ Impossibilidade de erradicação do fenómeno, com conseqüente necessidade dum esforço periódico de controlo</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	Para a actividade b) é previsto um custo de 198.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 14 dias de remuneração para o consultor internacional</li> <li>✓ 14 dias <i>per diem</i> para o consultor internacional</li> <li>✓ Viagem aérea de ida e volta do consultor internacional para São Tomé e Príncipe</li> </ul> Os outros custos da actividade são incluídos nas despesas básicas de gestão previstas pelo orçamento anual.

Actividade	<b>Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Elaeis guineensis</i></b>
Código	CON.03
Programa de intervenção	Conservação dos habitats e das espécies
Localização	As áreas na beira das plantações de palmeiras (mais comuns no Distrito de Caué)
Período de execução previsto	2010 – elaboração do plano (actividades a) e b)) 2011 e sucessivamente – implementação do plano (actividades c) e d))
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Conferir Plano de Manejo, no capítulo IV.2.3.2 - Conservação da biodiversidade
Objectivos gerais /longo prazo	Garantir a integridade dos ecossistemas do PNOT e os equilíbrios naturais na sua Zona Tampão
Objectivo específico	Limitar e se possível inverter o actual registo de expansão da população desta espécie invasora
Acções	a) contratação de consultor internacional, especialista em espécies vegetais invasoras, que elaborará o plano de acção b) estudo da situação corrente e elaboração do plano c) definição dos mecanismos de actuação do plano d) implementação do plano
Responsável da actividade	Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	DGA, DF, Universidades e Institutos de pesquisa nacionais e estrangeiros, ONG conservacionistas, Associações locais, EMOLVE e outras empresas para a produção de óleo de palma
Resultados esperados	Obter um bom conhecimento de causas e consequências deste fenómeno biológico Dinâmica das populações de <i>Elaeis guineensis</i> regulada e controlada
Indicadores de realização	☉ Entrega do plano de acção antes do fim de 2010 (100% para 2010) ☉ A ser estabelecidos através do plano específico
Fontes de verificação	Relatórios de implementação da actividade, ou relatórios anuais de actividade do PNOT
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Características e intensidade do fenómeno superiores aos limites técnicos, logísticos e orçamentais do contexto são-tomense para que sejam atingidos os objectivos prefixados (inverter o trend actual)</li> <li>➤ Impossibilidade de erradicação do fenómeno, com consequente necessidade dum esforço periódico de controlo</li> <li>➤ Possível actual sob avaliação do fenómeno.</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	Para a actividade é previsto um custo de 120.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente: ✓ 12 dias de remuneração para o consultor internacional ✓ 12 dias <i>per diem</i> para o consultor internacional O custo da deslocação do consultor internacional para São Tomé e Príncipe está incluído na actividade CON.02. Os outros custos da actividade são incluídos nas despesas básicas de gestão previstas pelo orçamento anual.
Observações	Actividade a ser desenvolvida conjuntamente com a actividade CON.02.

Actividade	<b>Inventariação das áreas de maior valor de conservação localizadas na Zona Tampão do PNST</b>
Código	CON.04
Programa de intervenção	Conservação dos habitats e das espécies
Localização	Ilha de São Tomé, mas é verosímil que as áreas mais interessantes deste ponto de vista se encontrem provavelmente no quarto Noroeste da ilha, nomeadamente entre a zona de Praia das Conchas e o limite Noroeste do corpo central do PNST
Período de execução previsto	2010
Nível de prioridade	Alto
Justificação	Trata-se possivelmente dos habitats naturais mais ameaçados e ao mesmo tempo os sítios de maior valor para a conservação da biodiversidade na ilha de São Tomé. A sua imediata identificação é uma intervenção imprescindível para proceder ao processo de protecção legal se necessário, por novas classificações de Áreas Protegidas ou alteração dos limites do NOST.
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Dispor dum nível de conhecimento satisfatório sobre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas</li> <li>⇒ Melhorar a conservação dos ecossistemas e da vegetação original da ilha</li> </ul>
Objectivo de longo prazo	Garantir a integridade dos ecossistemas do PNST e os equilíbrios naturais na sua Zona Tampão
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Conservar os últimos limbos de floresta de planície originária da ilha de São Tomé</li> <li>⇒ Estender a protecção às áreas de vegetação autóctone no Norte da ilha de São Tomé</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Disponibilização dum montante prefixado pela execução duma pesquisa específica</li> <li>b) O Director do PNST, com as instituições parceiras e financiadoras, escolherá a forma mais adequada para atingir os objectivos e os resultados esperados</li> <li>c) Implementação do estudo</li> <li>d) Entrega dum relatório final e discussão dos resultados da pesquisa com as Instituições nacionais responsáveis em matéria de ambiente; definição dos passos seguintes</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Conservação, Adjuntos Distritais para o Ambiente
Potenciais parceiros na actividade	ISE, as instituições de pesquisa que colaboraram nos últimos anos com o Programa ECOFAC e com as Instituições nacionais para a execução de estudos de vegetação (ex. o <i>Missouri Botanical Garden</i> , o Centro de Investigação Científica Tropical de Lisboa, algumas universidades europeias).
Resultados esperados	Um relatório que define para cada uma das zonas encontradas: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Colocação territorial e seus limites</li> <li>2. Tipologia e estado actual de conservação</li> <li>3. Propostas para a sua conservação</li> </ol>
Indicadores de realização	Entrega do relatório final pelo sujeito encarregado da execução do estudo antes do fim de 2010
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Não são identificadas zonas de interesse prioritário, ou as zonas identificadas são extremamente marginais e não é viável implementar um esforço de protecção</li> <li>➤ Atrasos na implementação do estudo devido à grande extensão da área interessada</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação estrangeira
Montante financeiro previsto	O montante a ser disponibilizado para esta actividade é de 140.000.000 STD

Actividade	<b>Definição e implementação duma estratégia de protecção legal das áreas individualizadas pela actividade CON.04</b>
Código	CON.05
Programa de intervenção	Conservação dos habitats e das espécies
Periodo de execução previsto	2011-2014
Nível de prioridade	Alto
Justificação	As áreas individualizadas através das duas actividades anteriores albergam possivelmente os habitats naturais mais ameaçados e ao mesmo tempo os sítios de maior valor para a conservação da biodiversidade na ilha de São Tomé. A sua imediata protecção é uma intervenção imprescindível.
Objectivos gerais /longo prazo	Garantir a conservação dos ecossistemas do PNOT e os equilíbrios naturais na sua Zona Tampão
Objectivo específico	Conservar os últimos limbos de floresta de planície originária da ilha de São Tomé
Acções	a) Identificar, com outras autoridades competentes do Estado, qual é a forma melhor para dar protecção legal aos territórios individualizados nas políticas sectoriais b) Seguimento do processo, compativelmente com as atribuições legais do PNOT
Responsável da actividade	Director do Parque
Potenciais parceiros na actividade	Assembleia Nacional, DF, Associação de Biólogos de STP, ONGs
Resultados esperados	Reforço das restrições impostas a estas zonas Incorporação, nas políticas e programas sectoriais, da noção de protecção destas áreas
Indicadores de realização	N/A
Fontes de verificação	N/A
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Falta de realização das actividades anteriores</li> <li>➤ O estudo prévio não identifica áreas com as características indicadas, ou não aconselha a protecção especial das áreas individualizadas</li> <li>➤ Resposta fraca e vaga das Instituições competentes no domínio ambiental</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Custo da actividade incluído nas despesas básicas de gestão

Actividade	<b>Elaboração e implementação dum plano de gestão para a área de Lagoa Amélia</b>
Código	CON.06
Programa de intervenção	Conservação dos habitats e das espécies
Localização	Lagoa Amélia
Período de execução previsto	2010 – elaboração do plano (acções a) e b)) 2010 e sucessivos – implementação do plano (acção c))
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Lagoa Amélia é uma antiga caldeira de vulcão situada a 1450m de altitude, a duas horas de caminho da sede do PNOT de Bom Sucesso. O sítio caracteriza-se pela presença duma formação herbácea que alberga numerosas espécies raras. Os seus equilíbrios ecológicos são actualmente ameaçados pelo contínuo fluxo de turistas e visitantes. Torna-se necessária uma intervenção no sítio através da implementação dum plano de acção/gestão.
Objectivos gerais /longo prazo	Melhorar a conservação dos ecossistemas e da vegetação original da ilha
Objectivo específico	Conservar um ecossistema único da ilha de São Tomé
Acções	a) contratação do consultor internacional, especialista em espécies vegetais invasoras, que elaborará o plano de acção b) estudo da situação corrente e elaboração do plano de acção/gestão c) implementação do plano de acção/gestão
Responsável da actividade	Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	DGA, DF, Associação Monte Pico, Associação de Biólogos de STP, Universidades e Institutos de pesquisa nacionais e estrangeiros, ONGs conservacionistas.
Resultados esperados	Sítio gerido na forma de conservar e otimizar os seus valores
Indicadores de realização	Entrega do documento de plano à Direcção do PNOT antes do fim de 2010
Fontes de verificação	Relatório anual de actividade do PNOT de 2010
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Para a actividade é previsto um custo de 72.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente: ✓ 6 dias de remuneração para o consultor internacional ✓ 6 dias <i>per diem</i> para o consultor internacional O custo da deslocação do consultor internacional para São Tomé e Príncipe está incluído na actividade CON.04. Os outros custos da actividade são incluídos nas despesas básicas de gestão previstas pelo orçamento anual.
Observações	Esta actividade deve ser desenvolvida aproveitando sinergias das actividades que impliquem contratação de especialistas internacionais

Actividade	<b>Seguimento do processo de remoção dos produtos tóxicos armazenados na área de Lagoa Azul</b>
Código	CON.07
Programa de intervenção	Conservação dos habitats e das espécies
Localização	Área do PNST de Lagoa Azul
Período de execução previsto	Permanente, até a remoção dos produtos tóxicos
Nível de prioridade	Alto
Justificação	Produtos químicos altamente tóxicos são armazenados de forma absolutamente imprópria na referida área. O seu acesso è praticamente livre para qualquer pessoa, incluindo a criança e os animais (selvagens e criados). A sua remoção e tratamento de segurança parecem uma medida fundamental e urgente.
Objectivos gerais	⇒ Melhorar a salubridade do ambiente ⇒ Impedir a contaminação ambiental devida aos tóxicos
Objectivos de longo prazo	Garantir a integridade dos ecossistemas do PNST e os equilíbrios naturais na sua Zona Tampão
Objectivo específico	Anular o carregamento ambiental destes produtos tóxicos na zona de Lagoa Azul
Acções	O organismo actualmente encarregado para tratar do assunto é a Direcção-geral do Ambiente. Esta actividade no âmbito do PdG do PNST não quer mudar a situação corrente. Devido à grande importância e à importância da questão, considera-se necessário que o PNST desenvolva um papel proeminente na actividade de <i>lobby</i> para favorecer a remoção dos químicos.
Responsável da actividade	DGA
Potenciais parceiros na actividade	DGA (está a tentar tratar do assunto há mais de 10 anos), Agências internacionais de cooperação, Câmara Municipal de Lobata, Ministério da Saúde
Resultados esperados	Produtos tóxicos removidos e devidamente tratados
Indicadores de realização	Relatório anual de implementação do PdG do PNST
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Não se consegue encontrar financiamentos, ou apoios logísticos, do estrangeiro (condição que parece indispensável para executar a remoção em segurança dos tóxicos)</li> <li>➤ Dificuldade para deslocar empresas especializadas em São Tomé</li> <li>➤ Dispersão completa dos produtos no ambiente antes da intervenção de remoção</li> </ul>
Fontes de financiamento	A remoção dos produtos tóxicos deve ser executada com fundos externos aos de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Custos da actividade incluídos nas despesas básicas de gestão

Actividade	<b>Implementação dum programa de boas práticas agrícolas - divulgação de práticas de reduzido impacte ambiental</b>
Código	CON.08
Programa de intervenção	Conservação dos habitats e das espécies
Localização	Zona Tampão
Periodo de execução previsto	2012-2014
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Em poucos anos, a Reforma Fundiária transformou os agricultores assalariados das plantações em pequenos proprietários terreiros. Este processo, muito rápido, não foi acompanhado por um programa de apoio técnico aos agricultores particulares. De facto, a nova classe de camponeses não pode aproveitar mais que de uma forma parcial, aqueles conhecimentos acumulados na experiência das gerações passadas, como acontece em outros contextos. O desenvolvimento irracional de algumas práticas agrícolas é a demonstração da situação descrita. Fornecer um apoio técnico pode, neste sentido, contribuir para melhorar a situação do sector primário no País.
Objectivos gerais	⇒ Melhorar as técnicas de cultivação para otimizar os rendimentos e minimizar os impactes ambientais negativos
Objectivo de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sana gestão ambiental
Objectivo específico	⇒ Difundir entre os agricultores da Zona Tampão saberes úteis para a saúde dos consumidores, para a melhor conservação dos recursos naturais e para a optimização das produções ⇒ Aproximar o Parque à população local
Acções	<p>O trabalho capilar de vulgarização será focalizado na introdução de técnicas agrícolas respeitosas da biodiversidade e da saúde dos consumidores, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ técnicas de luta biológica</li> <li>✓ técnicas de luta integrada</li> <li>✓ promoção de pesticidas de rápida bio-degradação (pirotrenoides, ou produtos aparecidos), em substituição dos outros químicos mais tóxicos, ou mais persistentes</li> <li>✓ respeito dos tempos de segurança antes da comercialização dos produtos</li> <li>✓ escolha de espécies que retêm o terreno nos declives mais acentuados</li> <li>✓ optimização da sombra nas plantações</li> <li>✓ técnicas para manter um bom nível de húmus no terreno</li> <li>✓ técnicas para a conservação dos solos (diques antierosivos, redução das laborações do terreno, utilização de <i>compost</i>, etc.)</li> <li>✓ aplicação do principio de precaução para os organismos geneticamente modificados (OGM), o que significa interdição do seu utilizo na Zona Tampão</li> <li>✓ avaliação ambiental prévia na introdução de novas espécies ou variedades</li> </ul> <p>O apoio técnico deverá chegar a nível de cada agricultor, com visitas aos terrenos para definir as melhores aptidões dos mesmos e as medidas de gestão necessárias para a sua melhor valorização, com visão na conservação da fertilidade e na redução da erosão.</p>
Responsável da actividade	Um Eng. agrónomo contratado pelo PNST, para desenvolver esta actividade, ou Contratualização com Associação capacitada

Potenciais parceiros na actividade	ONG, Centro de pesquisa de Poto, projecto de desenvolvimento no meio rural, CATAP, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, CIAT
Resultados esperados	Agricultores com rendimentos mais estáveis no tempo e técnicas de menor impacte ambiental conhecidas e implementadas
Indicadores de realização	50% dos agricultores da Zona Tampão do PNOT envolvidos, em cada ano, no programa de vulgarização <i>Nota: a estimação do numero total de agricultores pode-se calcular através uma aproximação "razoável" dos dados da população adulta residente na Zona Tampão do PNOT apresentados em Albuquerque et al. (2009)</i>
Fontes de verificação	Relatório anual de implementação da actividade
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Dificuldade para a deslocação do técnico contratado em todas as áreas de intervenção</li> <li>■ Falta de recursos financeiros para pagar o salário ao Eng. Agrónomo</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	A ser estabelecido pelo Plano de Gestão de 2012

Actividade	<b>Elaboração e implementação dum plano de gestão específico para a área de Malanza</b>
Código	CON.09
Programa de intervenção	Conservação dos habitats e das espécies
Localização	Zona de Malanza e Zona Tampão nos arredores
Periodo de execução previsto	2013-2014
Nível de prioridade	Baixo
Justificação	Trata-se do mangal mais expressivo do País, com importantes valores biológicos. De interesse para as actividades ecoturísticas e posicionado numa das áreas mais pobres e isoladas da ilha de São Tomé. A sua conservação e valorização são assuntos cruciais para a região em questão. Pretende-se reforçar e alargar o âmbito da actuação por privados credenciados na Praia Jalé e Malanza (Jalé Ecolodge).
Objectivos gerais /longo prazo	Melhorar a conservação dos ecossistemas e da vegetação original da ilha
Objectivo específico	Conservar uma das últimas florestas de mangal de São Tomé
Acções	a) definição e contratação do sujeito que executará o plano b) estudo da situação corrente e elaboração do plano c) implementação do plano
Responsável da actividade	Director do PNOT
Potenciais parceiros na actividade	A Associação MARAPA (Mar Ambiente e Pesca Artesanal) já tem um Protocolo de Acordo com a Direcção do Gabinete do Ambiente do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, para a gestão das actividades ecoturísticas na área; afigura-se um parceiro "obrigatório" na realização e implementação do plano. As outras ONG locais são todos potenciais parceiros na actividade: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Associação comunitária de Porto Alegre (Yògo)</li> <li>- Cooperativa de Porto Alegre</li> <li>- Associação de pescadores de Porto Alegre</li> <li>- Associação de pescadores de Malanza</li> <li>- Associação local de Cabo-verdianos</li> <li>- Associação local das mulheres</li> <li>- Jalé Ecolodge</li> </ul>
Resultados esperados	Sítio gerido na forma de conservar e otimizar os seus valores
Indicadores de realização	Entrega do documento de plano à Direcção do PNOT antes do fim de 2013
Fontes de verificação	Relatório anual de actividade do PNOT de 2013
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	A ser estabelecido pelo Plano de Gestão de 2013

### III.4 Investigação

Actividade	<b>Apoio técnico-logístico para a realização de estudos e pesquisa sobre a biodiversidade</b>
Código	INV.01
Programa de intervenção	Investigação
Período de execução previsto	Permanente
Nível de prioridade	Alto
Justificação	São ainda muitas as componentes bióticas e abióticas da ilha de São Tomé que merecem atenção de pesquisa e acompanhamento.
Objectivos gerais /longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Tornar o PNOT como pólo de referência nacional em matéria de pesquisa e gestão dos ecossistemas naturais</li> <li>⇒ Dispor dum nível de conhecimento satisfatório sobre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas</li> </ul>
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Valorizar do saber popular e das práticas tradicionais</li> <li>⇒ Melhorar os conhecimentos inerentes a distribuição e a consistência populacional da fauna e da flora autóctones</li> <li>⇒ Melhorar os conhecimentos sobre as inteirações entre homem e natureza no território</li> </ul> <p>Entre os objectivos de pesquisa prioritários indicam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Inventariação e definição do status das espécies de fauna invertebrada</li> <li>✓ Status de conservação das populações das espécies de aves endémicas mais ameaçadas (<i>Bostrychia bocagei</i>, <i>Lanius newtoni</i>, <i>Neospiza concolor</i>)</li> <li>✓ Status das populações das espécies de quiropteros ameaçados</li> <li>✓ Flora endémica</li> <li>✓ Estrutura dos ecossistemas das águas interiores da ilha de São Tomé e das espécies faunísticas e florísticas relacionadas (sobretudo espécies endémicas e ameaçadas, ou de interesse económico como os camarões de água doce)</li> <li>✓ O contexto e as tradições sócio-culturais do interior da ilha</li> <li>✓ Farmacopeia tradicional (Curandeiros, Massagistas, "Stlijon Mátu", "Tchiladó Ventosa", "Piadó Záua", etc.)</li> <li>✓ Em geral, os usos humanos do território do PNOT e da sua Zona Tampão</li> </ul>
Acções	<p>O apoio às pesquisas de instituições nacionais e internacionais concretizara-se através da disponibilização de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ seguimento e apoio por parte da equipa do Parque</li> <li>⇒ biblioteca, os escritórios, o herbário e os alojamentos em Bom Sucesso</li> <li>⇒ veículos para as deslocações</li> <li>⇒ equipamento de campo</li> </ul> <p>Todos os meios e as estruturas serão disponibilizadas compativelmente com a execução das outras actividades previstas pelo PdG.</p>
Responsável da actividade	O Director do PNOT, Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	As instituições de pesquisa que colaboraram nos últimos anos com o Programa ECOFAC e com as Instituições nacionais no âmbito da conservação, assim como outros sujeitos qualificados, DGA, DF
Resultados esperados	Pesquisas que permitem um melhor conhecimento do PNOT e dos seus recursos executadas

Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Pelo menos duas missões de estudo implementadas por institutos estrangeiros acolhidas cada ano (50%)</li> <li>⊙ Pelo menos cinco publicações científicas relacionadas com o PNST publicadas cada ano (50%)</li> </ul>
Fontes de verificação	Relatório anual de actividade do PNST
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Diminuição da disponibilidade de fundos para a pesquisa científica a nível internacional</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Custos da actividade incluídos nas despesas básicas de gestão
Observações	O ideal será envolver um parceiro internacional que disponibilize um montante para cada projecto de pesquisa apresentado e aprovado pela Direcção do Parque e pela mesma instituição financiadora

Actividade	<b>Consolidação e manutenção da estrutura de estudo da biodiversidade de Bom Sucesso</b>
Código	INV.02
Programa de intervenção	Investigação
Localização	Sede do PNST em Bom Sucesso
Periodo de execução previsto	Permanente
Nível de prioridade	Médio
Justificação	As actividades de pesquisa podem precisar dum sítio de "apoio" para o primeiro tratamento e estudo dos materiais recolhidos no terreno. Ao mesmo tempo o Herbário do PNST é uma base real para o desenvolvimento de pesquisas científicas e deve receber os recursos necessários para a sua correcta manutenção.
Objectivos gerais /longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Dispor dum nível de conhecimento satisfatório sobre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas</li> <li>⇒ Facilitar a implementação de pesquisas científicas sobre os recursos naturais do PNST, com a contribuição de agrónomos, biólogos, ecologistas, economistas, zoólogos, entomólogos, silvicultores, sociólogos, veterinários, tanto nacionais como estrangeiros</li> <li>⇒ Tornar o PNST como polo de referência nacional em matéria de pesquisa e gestão dos ecossistemas naturais</li> <li>⇒ O Jardim Botânico e o Herbário constituirão o "laboratório" de investigação na área da botânica são-tomense</li> </ul>
Objectivo específico	Disponibilizar um sítio idóneo como apoio básico para o desenvolvimento de pesquisas científicas no terreno
Acções	Trata-se de desenvolver a estrutura existente através da aquisição periódica de materiais necessários para a manutenção do herbário e para a aquisição de materiais de análise das amostras.
Responsável da actividade	Cada ano, o responsável pelo Sector de Conservação do PNST avaliará a forma melhor para utilizar os recursos orçamentais disponibilizados.
Potenciais parceiros na actividade	Institutos de pesquisa a nível nacional e internacional, Programa ECOFAC
Resultados esperados	Uma estrutura básica de apoio às actividades de pesquisa no terreno
Indicadores de realização	N/A
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Subutilização do sítio devido a falta de projectos de pesquisa a nível nacional e internacional</li> <li>➤ Alto custo da aquisição e do transporte de materiais de pesquisa em São Tomé</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	<p>Para 2009 o montante previsto para esta actividade é de 30.000.000 STD (1€=20.000STD). Nos anos a seguir será estabelecido pelos respectivos orçamentos de implementação do PdG.</p> <p>Será o responsável pela conservação do PNST que definirá os instrumentos e os materiais prioritários para a sua aquisição.</p>

Actividade	<b>Parcerias nacionais e internacionais</b>
Código	INV.03
Programa de intervenção	Investigação
Localização	N/A
Período de execução previsto	2009 e seguintes, contínua
Nível de prioridade	Médio
Justificação	As Áreas Protegidas são “laboratórios” por excelência para as actividades de investigação em diversos sectores do conhecimento. Duas áreas distintas se oferecem desde logo nesta Actividade: estudantes e investigadores podem e devem recorrer ao PNOT e seus serviços para a sua formação/investigação, e podem conceder ao PNOT o seu conhecimento e trabalho
Objectivos gerais /longo prazo	⇒ Promover indirectamente, mas com elevada credibilidade, o PNOT nos fóruns internacionais de Conservação da Natureza ⇒ Mudar-se a pólo de referência nacional em matéria de pesquisa e gestão dos ecossistemas naturais
Objectivo específico	⇒ Actualizar e reforçar as bases de dados e arquivo documental por trabalhos de parceiros externos ⇒ Especialistas credenciados deverão, na medida das suas possibilidades, oferecer formação aos elementos do PNOT relacionados com as matérias estudadas ou trabalhadas ⇒ Uma % significativa dos formandos em Biologia ou Ciências Naturais de S. Tomé têm trabalho voluntário, mas reconhecido oficial e curricularmente no PNOT ⇒ Nível de informação actualizado com elevado rigor por especialistas credenciados
Acções	
Responsável da actividade	Director do PNOT, Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	Associação de Biólogos de STP, Instituições de Ensino e Investigação nacionais e internacionais
Resultados esperados e Indicadores de realização	⊙ Pelo menos dos estágios processados no PNOT cada ano (50%) ⊙ Publicações e trabalhos oferecidos ao PNOT (opcional) ⊙ Pelo menos dos consultores, especialistas e investigadores dão formação aos funcionários do PNOT cada ano (50%)
Fontes de verificação	<input checked="" type="checkbox"/> Estágios profissionais realizados no PNOT <input checked="" type="checkbox"/> Trabalhos científicos publicados, relacionados com o PNOT
Riscos e hipóteses	N/A
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG para todas as actividades desenvolvidas na ilha de São Tomé; no caso de viagens ao estrangeiro será necessário procurar fundos externos aos recursos orçamentais de base.
Montante financeiro previsto	Custos da actividade incluídos nas despesas básicas de gestão

Actividade	<b>Bolsa de estudo para classificação da biodiversidade animal dos ecossistemas de águas interiores</b>
Código	INV.04
Programa de intervenção	Investigação
Localização	As águas interiores do PNOT e da Zona Tampão
Período de execução previsto	2012-2014
Nível de prioridade	Media
Justificação	Os ecossistemas das águas interiores são entre os menos conhecidos e estudados do País. Para a sua correcta conservação é necessário reduzir esta falta de conhecimentos.
Objectivos gerais /longo prazo	⇒ Dispor dum nível de conhecimento satisfatório sobre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas ⇒ Formar jovens técnicos são-tomenses para o estudo da biodiversidade
Objectivo específico	Conhecer melhor a composição em espécies e as características dos ecossistemas de águas interiores da ilha de São Tomé
Acções	a) Contactar um grupo de pesquisa numa universidade estrangeira e concordar o objecto da pesquisa b) Disponibilizar um montante de dinheiro como bolsa de estudo para um doutorando c) Fazer um concurso a nível nacional para assinar a bolsa de estudo d) Revisão e avaliação anual do avanço do trabalho de pesquisa
Responsável da actividade	Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	As instituições de pesquisa nacionais e internacionais, Programa ECOFAC, DGA
Resultados esperados	Uma monografia de doutoramento sobre a composição dos ecossistemas de águas interiores no território do PNOT e/ou da sua Zona Tampão
Indicadores de realização	A entrega à equipa do PNOT dos relatórios anuais de implementação e da monografia final de doutoramento
Riscos e hipóteses	➡ falta de candidatos para o concurso a nível nacional ➡ dificuldade em encontrar grupos de estudo a nível internacional interessados no assunto de pesquisa
Fontes de financiamento	É necessário encontrar um "sponsor" institucional, ou estrangeiro que forneça os recursos financeiros.
Montante financeiro previsto	A ser definido pelo PdG de 2012 e sucessivos

Actividade	<b>Digitalização e disponibilização em Internet do Herbário Nacional</b>
Código	INV.05
Programa de intervenção	Investigação
Localização	Sede do PNOST em Bom Sucesso
Período de execução previsto	2013-2014
Nível de prioridade	Baixo
Justificação	As amostras que compõem actualmente o herbário de Bom Sucesso, permitiram a descrição de 14 novas espécies para a ciência e 89 novos registos de espécies para o Arquipélago. Em 2008 o Herbário recebeu também um reconhecimento internacional sendo registado no <i>Index Herbariorum</i> como Herbário Nacional de São Tomé e Príncipe. A sua digitalização representa um passo importante na sua consolidação e legitimação do seu valor internacional.
Objectivos gerais /longo prazo	Dispor dum nível de conhecimento satisfatório sobre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Disponibilizar a base de dados e as amostras do herbário para um público vasto</li> <li>⇒ Facilitar a implementação de pesquisas científicas sobre os recursos naturais do PNOST</li> <li>⇒ Facilitar o papel do Herbário de Bom Sucesso como "laboratório" de investigação na área botânica</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	Institutos de pesquisa a nível nacional e internacional, Programa ECOFAC
Resultados esperados	Imagem de plantas e informações das amostras do Herbário Nacional disponibilizadas no sítio Internet do PNOST
Indicadores de realização	Pelo menos 90% das amostras do Herbário Nacional disponíveis para a consulta em Internet
Fontes de verificação	Sítio Internet do PNOST
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	A ser definido pelos PdGs de 2012 e 2013

Actividade	<b>Produção e actualização dum sítio Internet sobre a flora endémica de São Tomé e Príncipe</b>
Código	INV.06
Programa de intervenção	Investigação
Período de execução previsto	2013
Nível de prioridade	Baixo
Justificação	Os dados disponíveis sobre a flora endémica de São Tomé são dispersos num número consistente de publicações científicas e relatórios técnicos. Também no âmbito da missão de planeamento, foi um desafio ordenar estes dados dispersos para ter informações de síntese válidas para a organização e definição dos documentos de plano. É importante a realização dum instrumento que recolha de forma permanente estas informações; que seja possível a sua actualização periódica consoante as novas descobertas científicas; que seja também prontamente disponível para qualquer cientista, potencial visitante, ou simples curioso, para ser consultado em qualquer lado do mundo, sendo o melhor instrumento um sítio Internet.
Objectivos gerais /longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Dispor dum nível de conhecimento satisfatório sobre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas</li> <li>⇒ Disponibilizar ferramentas de trabalho para os investigadores a nível nacional e internacional</li> </ul>
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Agrupar as informações mais relevantes sobre a flora endémica são-tomense e disponibiliza-las para um conjunto vasto de pessoas</li> <li>⇒ Publicitar a imagem do Parque</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definição e contratação do sujeito que executará o trabalho</li> <li>b) O sujeito encarregado apresenta e discute com os responsáveis do PNOT e dos outros Entes financiadores a proposta de trabalho, incluindo a implementação dum sistema de actualização do sítio</li> <li>c) Aprovação da proposta</li> <li>d) Realização do sítio Internet</li> <li>e) Implementação do sistema de actualização do sítio</li> </ul>
Responsável da actividade	DGA, Director do PNOT, Sector de Conservação, protocolos de colaboração.
Potenciais parceiros na actividade	Instituições de pesquisa que colaboraram nos últimos anos com o Programa ECOFAC e com as Instituições nacionais para a execução de estudos de vegetação (ex. o <i>Missouri Botanical Garden</i> , o Centro de Investigação Científica Tropical de Lisboa, algumas universidades europeias).
Resultados esperados	Sítio Internet sobre a flora endémica de São Tomé de boa qualidade e actualizado pelo menos uma vez cada ano
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>☉ Um sítio Internet disponível na Internet antes do fim de 2013</li> <li>☉ Actualização do sítio pelo menos uma vez cada ano</li> </ul>
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➡ Dificuldade para encontrar a nível nacional técnicos capacitados para executar um trabalho de boa qualidade</li> <li>➡ Dificuldade no manter a necessária continuidade no fluxo de informações entre a equipa do PNOT e o gestor do sítio Internet</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	A ser estabelecido pelo Plano de Gestão de 2013

### III.5 Formação

Actividade	Formação em Gestão Participativa de Áreas Protegidas
Código	FOR.01
Programa de intervenção	Formação
Localização	Sede do PNOT/Instalações ECOFAC/Serviços da DGA
Período de execução previsto	2010
Nível de prioridade	Alto
Justificação	Com a adopção do Plano de Manejo e do primeiro Plano de Gestão, haverá uma marcada alteração da forma como a sociedade e o Estado santomense se relacionará com este território. Torna-se necessária a percepção do que está em jogo, e qual o papel que cada um ou cada entidade poderá e deverá desempenhar para o sucesso desta Missão nacional – a viabilidade da rede de Áreas Protegidas
Objectivos gerais	⇒ Formação e capacitação dos principais actores com participação directa ou indirecta na vida e sucesso do Parque ⇒ Aumentar a disponibilidade de quadros com competências ambientais a nível nacional
Objectivos de longo prazo	N/A
Objectivo específico	⇒ Adopção de uma “linguagem comum” para os conceitos de gestão de Áreas Protegidas, com destaque para o Plano de Manejo e Planos de Gestão do PNOT ⇒ Integração de objectivos de conservação no planeamento e quotidiano dos diferentes sectores, do estado, de ONG e das comunidades
Acções	a) Workshop sobre o PNOT b) Formação em Manejo e Gestão de Áreas Protegidas
Responsável da actividade	DGA, Director do PNOT
Potenciais parceiros na actividade	Consultores internacionais, RAPAC, ECOFAC, dirigentes das tutelas do Ambiente, Agricultura e Florestas, Turismo, Obras Públicas e de ONG
Resultados esperados	Os Planos de Manejo e de Gestão são cabalmente apercebidos ou apropriados pelos principais actores nacionais
Indicadores de realização	⊙ Realização do <i>Workshop</i> antes do fim de 2010 (30%) ⊙ Realização da Acção de Formação antes do fim de 2010 (70%)
Fontes de verificação	Relatório anual de actividade do PNOT de 2010
Riscos e hipóteses	➡ Dificuldade de encontrar os formadores especializados neste âmbito a nível nacional
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, Orçamento da DGA/Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	N/A

Actividade	Formação do pessoal do PNOT
Código	FOR.02
Programa de intervenção	Formação
Localização	Sede do PNOT
Periodo de execução previsto	2009
Nível de prioridade	Alto
Justificação	O grupo social e profissional que de imediato deverá melhor dominar as questões inerentes ao funcionamento do PNOT é o seu quadro de pessoal
Objectivos gerais	Aumentar a disponibilidade de quadros com competências ambientais a nível nacional
Objectivos de longo prazo	N/A
Objectivo específico	<p>⇒ Conhecimento aprofundado do Plano de Manejo e do Plano de Gestão</p> <p>⇒ Todos os funcionários do Parque conhecem a legislação relevante, o Plano de Manejo e têm um profundo conhecimento do Plano de Gestão, nomeadamente as actividades relativas ao seu Sector</p> <p>⇒ Determinação do grupo de funcionários a capacitar em SIG</p>
Acções	<p>a) Workshop interno sobre Legislação Ambiental, Plano de Manejo e Plano de Gestão do PNOT</p> <p>b) Formação contínua</p> <p>c) Formação em SIG</p>
Responsável da actividade	Director do PNOT
Potenciais parceiros na actividade	Elementos do Programa ECOFAC, componente S. Tomé, DGA, DF
Resultados esperados	Todos os funcionários sabem qual o seu papel na vida do Parque, sabem responder a qualquer questão ou encaminhá-la para a unidade orgânica competente. Conhecimento sólido das questões relacionadas com o Parque
Indicadores de realização	Formação implementada antes do fim de 2009
Fontes de verificação	<p><input checked="" type="checkbox"/> Relatório anual de actividade do PNOT de 2009</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Avaliação periódica do Director,</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Relatórios de actividades sectoriais</p>
Riscos e hipóteses	<p>➔ Dificuldade de encontrar os formadores especializados neste âmbito a nível nacional</p>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, Orçamento da DGA/Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	N/A

Actividade	<b>Formação avançada do Director do PNOT</b>
Código	FOR.03
Programa de intervenção	Formação
Localização	Nacional, internacional
Período de execução previsto	Contínua
Nível de prioridade	Médio
Justificação	O Director é o primeiro representante do Parque Nacional. E apesar da novidade nacional, este Parque será no contexto mundial, uma das Áreas Protegidas mais emblemáticas a curto/médio prazo. Os desafios de proteger e manter uma rica biodiversidade com a escassez de recursos do País determinam uma grande capacitação do responsável do PNOT, com alargado conhecimento de diferentes realidades e outras formas de solucionar problemas.
Objectivos gerais	⇒ Aumentar as credenciais do PNOT em âmbito internacional ⇒ Aumentar a disponibilidade de quadros com competências ambientais a nível nacional
Objectivos de longo prazo	N/A
Objectivos específicos	Capacitar o Director do PNOT, conferindo-lhe o nível de conhecimento e informação temática inerente à responsabilidade do cargo
Acções	Participação do Director em encontros, cursos e acções de formação nacionais e internacionais
Responsável da actividade	Tutela do Ambiente,
Potenciais parceiros na actividade	Tutela do Ambiente, Cooperação estrangeira, Instituições internacionais
Resultados esperados	O Director do PNOT, pelo seu conhecimento e capacitação, saberá encontrar as melhores soluções para os desafios que enfrenta, e mobilizar os recursos e parcerias mais adequados para o seu exercício.
Indicadores de realização	Desempenho positivo do Director
Fontes de verificação	Avaliação positiva do mandato do Director (avaliação anual do PdG pelo menos "suficiente")
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A formação de nível internacional depende fortemente das oportunidades de co-financiamento e de convites.</li> <li>➤ As responsabilidades internacionais de STP nesta matéria "obrigam" à representação nacional, que poderá então ser assegurada pelo Director do PNOT</li> <li>➤ A novidade do PNOT pode abrir oportunidades para convites e parcerias internacionais</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento do Ambiente, Financiamentos ou co-financiamentos de parcerias nacionais ou internacionais. Deve ser vivamente evitado o recurso ao financiamento pelo Fundo Especial do Parque.
Montante financeiro previsto	N/A
Observações	Sempre que se justifique, esta actividade poderá abranger também os responsáveis pelos outros Sectores

Actividade	<b>Formação dos Ecoguardas e Guias</b>
Código	FOR.04
Programa de intervenção	Formação
Localização	Sede do PNOT, instalações da DGA/ECOFAC
Período de execução previsto	2009 e sempre que necessário
Nível de prioridade	Alto
Justificação	Os responsáveis pelo acompanhamento da visita deverão conhecer os locais adequados, as épocas de menor impacto, os valores do património a conhecer, os regulamentos de visita. Esta formação destina-se tanto aos Ecoguardas e Guias do PNOT como para credenciar Guias externos, individuais ou profissionais do quadro de Agentes e Operadores Turísticos
Objectivos gerais	Reconhecimento do valor acrescentado turístico do produto "Parque Nacional"
Objectivo de longo prazo	N/A
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Formar os Guias e Ecoguardas do PNOT, conferindo-lhes os conhecimentos necessários ao exercício da sua actividade</li> <li>⇒ Formar e credenciar os Guias turísticos externos</li> <li>⇒ Capacitar o acompanhamento e controlo da visita</li> <li>⇒ Reconhecimento de que a visita no PNOT só poderá ser efectuada por Guias credenciados</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Formação similar à proposta para o quadro do pessoal do PNOT, com reforço do conhecimento no terreno das áreas e percursos autorizados, e cobranças a efectuar</li> <li>b) Formação em noções básicas de primeiros-socorros e de sobrevivência</li> </ul>
Responsável da actividade	Director do PNOT, Sector de Ecoturismo
Potenciais parceiros na actividade	Agentes e Operadores turísticos nacionais e estrangeiros
Resultados esperados	Aumento da visita Diminuição dos impactes inerentes à pressão humana
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Todas as visitas ao PNOT decorrem em locais e trilhos preparados e sinalizados (20%)</li> <li>⊙ 50% de visitas acompanhadas por Guias credenciados (20%)</li> <li>⊙ A visita é um factor de financiamento superior a 10% para o Fundo Especial do PNOT (20%)</li> <li>⊙ Trilhos/percursos devidamente operacionais e sinalizados (20%)</li> <li>⊙ As pequenas intervenções de manutenção processam-se recorrendo ao Fundo Especial do Parque (20%)</li> </ul>
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li><input checked="" type="checkbox"/> Contabilidade do Fundo Especial do Parque</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Relatórios periódicos do Sector de Ecoguardas e Guias</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Relatórios anuais de implementação do PdG</li> </ul>
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➡ Agentes e Operadores ou Guias individuais promovem visita não autorizada</li> </ul>
Fontes de financiamento	Programa ECOFAC, para o pessoal do PNOT. A formação de Guias externos deverá ser cobrada às entidades turísticas envolvidas, em montante a definir na actividade de elaboração da "Carta de Serviços"
Montante financeiro previsto	N/A
Observações	É fundamental dar aos Agentes e Operadores turísticos a noção de que a utilização dos serviços do Parque é paga, que esse pagamento é reinvestido na manutenção e melhoria das condições de visita, e que este processo conferirá valor acrescentado ao produto turístico "Parque Nacional"

### III.6 Educação e sensibilização da população local

Actividade	<b>Preparação duma sala para as actividades de educação/sensibilização ambiental</b>
Código	EDU.01
Programa de intervenção	Educação e sensibilização da população local
Localização	Sede do PNST em Bom Sucesso
Período de execução previsto	2009
Nível de prioridade	Médio
Justificação	O Parque não possui este instrumento para o trabalho de educação e sensibilização ambiental. Neste sentido, esta pequena realização potenciaria as possibilidades concedidas pelo Jardim Botânico de atrair visitantes e estudantes em Bom Sucesso. Os visitantes poderão sair da estrutura com uma visão mais clara de o que é o PNST, o que significa a Conservação da Natureza e qual é o papel que cada cidadão deve desenvolver para a defesa do Ambiente.
Objectivos gerais /longo prazo	⇒ Facilitar a difusão na sociedade de conhecimentos ambientais e de comportamentos "amigos" do ambiente ⇒ Desenvolver duma consciência ambiental baseada no património do PNST
Objectivo específico	➤ Permitir o conhecimento do Parque e das suas actividades à população local ➤ Informar de forma melhor os cidadãos, turistas e estudantes sobre os assuntos ambientais
Acções	a) Definição e contratação do sujeito que executará a obra b) O sujeito encarregado apresenta e discute com os responsáveis do PNST e dos outros Entes financiadores a proposta de trabalho c) Realização das intervenções acordadas d) Verificação da qualidade do trabalho pelo staff do Parque
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local. O Director do PNST, de acordo com as instituições competentes, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada o trabalho a uma associação, um Instituto, ou um técnico especialista.
Potenciais parceiros na actividade	ISE e outras Instituições de pesquisa nacionais e internacionais, DGA, Associação Monte Pico e outras ONG conservacionistas
Resultados esperados	A sala polivalente já existente na Sede do PNST de bom Sucesso será enriquecida com: – painéis ilustrativos – fotos de animais endémicos e panoramas excepcionais – posters de conteúdo científico – jogos didácticos para as crianças – possibilidade de projectar apresentações, fotos e filmagens – outras intervenções consideradas pertinentes
Indicadores de realização	Sala de educação ambiental operacional até final de 2009
Riscos e hipóteses	➤ Dificuldade de encontrar técnicos a nível nacional que consigam executar um trabalho de qualidade aceitável ➤ Atrasos das obras de adaptação da sede do PNST
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG para a manutenção da sala, fundos adicionais da cooperação internacional para a sua realização
Montante financeiro previsto	Para a utilização da sala (acção c)) é previsto um custo de 50.000.000STD (1€=20.000STD). O custo das outras acções é incluído no orçamento de implementação do PNST.

Actividade	<b>Campanha de sensibilização para os vinhateiros do Distrito de Mé-Zochi</b>
Código	EDU.02
Programa de intervenção	Educação e sensibilização da população local
Localização	A maioria dos vinhateiros do Distrito de Mé-Zochi não é residente na Zona Tampão do PNOT. As suas habitações situam-se mormente na área de Trindade e nas aldeias nos seus arredores.
Periodo de execução previsto	2010
Nível de prioridade	Alto
Justificação	Trata-se duma das categorias cujas acções procuram os maiores impactes sobre os recursos naturais do território do Parque (caça de espécies ameaçadas, aproveitamento irracional das palmeiras, etc.). Implementar actividades de sensibilização e encontros para a definição de acções e medidas de a mitigação dos impactes parece uma tarefa importante do PNOT.
Objectivos gerais /longo prazo	⇒ Diminuir os impactes negativos dos vinhateiros sobre os equilíbrios naturais da floresta ⇒ Desenvolver uma consciência ambiental baseada no património do PNOT
Objectivo específico	⇒ Passar conhecimentos aos vinhateiros que eles podem utilizar para reduzir os impactes negativos das suas actividades sobre os recursos naturais e para melhorar os rendimentos da extracção do vinho de palma no longo prazo ⇒ Aproximar o PNOT à população local
Acções	a) Definição e contratação do sujeito que executará a campanha de sensibilização b) O sujeito encarregado apresenta e discute com os responsáveis do PNOT e dos outros Entes financiadores o plano para a campanha de sensibilização c) Implementação da actividade no terreno d) Se possível, executar a realização dum registo de vinhateiros do Distrito de Mé-Zochi e) Apresentação pelo/s executor/es da campanha dum relatório final de actividade e, eventualmente, do registo de vinhateiros
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Durável Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	Associação Monte Pico e outras ONG conservacionistas, DF, DGA, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Policia Nacional
Resultados esperados	Vinhateiros informados dos impactes negativos que as suas actividades implicam para as populações de plantas e animais selvagens e que bem conhecem as técnicas idóneas para a redução destes impactes. Realizar um mapa que indique tipologia, qualidade e quantidade das pressões conhecidas relacionadas com este grupo de trabalhadores. Uniformização do formato dos dados recolhidos de forma que as actividades sejam passíveis de monitorização no médio e longo prazo (fichas de campo, bases de dados, SIG, etc.).

Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ N° de vinhateiros envolvidos na campanha de sensibilização (50%)</li> <li>⊙ N° de vinhateiros registados no âmbito da campanha (opcional)</li> <li>⊙ Constituição dum sistema de monitorização e sua base de dados, antes do fim de 2010 (50%)</li> </ul> <p><i>Nota: faltam dados específicos de base para fixar um número de vinhateiros de referência para a avaliação</i></p>
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>☑ Relatório final de actividade</li> <li>☑ (ev.) Registo de vinhateiros do Distrito de Mé-Zochi</li> </ul>
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➔ Impossibilidade de contratar o responsável do Sector de Conservação e Informação Ambiental antes do arranque previsto para a actividade</li> <li>➔ Escasso interesse e participação dos vinhateiros na campanha</li> <li>➔ Receios dos vinhateiros de aproximar-se às instituições</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais pela cooperação internacional
Montante financeiro previsto	Custos da actividade incluídos nas despesas básicas de gestão, mas é fundamental para a execução desta actividade a contratação pelo PNOT do especialista em comunicação ambiental

Actividade	<b>Campanha de sensibilização para os carvoeiros e os agricultores da zona de Praia das Conchas</b>
Código	EDU.03
Programa de intervenção	Educação e sensibilização da população local
Localização	Comunidades de Praia das Conchas Roça, Plancas I e II, Morro Peixe, Praia das Conchas
Período de execução previsto	2010
Nível de prioridade	Alto
Justificação	A zona em questão é severamente afectada pelos frequentes incêndios. Os grupos-alvo da acção de sensibilização são os maiores responsáveis do fenómeno.
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Conservar as últimas zonas de floresta seca de planura autóctones da ilha de São Tomé</li> <li>⇒ Melhorar o estado de conservação dos recursos madeiros do País</li> <li>⇒ Aumentar a disponibilidade de madeira de construção para a população local</li> </ul>
Objectivo de longo prazo	Desenvolver uma consciência ambiental baseada no património do PNOT
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Reduzir a incidência dos fogos e das queimadas na área de Praia das Conchas e os seus impactes negativos</li> <li>⇒ Aproximar o Parque às populações locais</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definição e contratação do sujeito que executará a campanha de sensibilização</li> <li>b) O sujeito encarregado apresenta e discute com os responsáveis do PNOT e dos outros Entes financiadores o plano para a campanha de sensibilização</li> <li>c) Implementação do trabalho no terreno</li> <li>d) Se possível, executar a realização dum registo de carvoeiros da área de Praia das Conchas</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Durável Sector de Conservação

Potenciais parceiros na actividade	Associação Monte Pico e outras ONG conservacionistas, DF, DGA, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Polícia Nacional
Resultados esperados	Os carvoeiros e os arvicultores conhecem os impactes negativos das suas actividades e assumem as medidas concordadas com os executores da campanha
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ N° de carvoeiros envolvidos na campanha de sensibilização antes do fim de 2009</li> <li>⊙ N° de carvoeiros registados no âmbito da campanha (opcional)</li> </ul> <p><i>Nota: faltam dados específicos de base para fixar um número de carvoeiros de referência para a avaliação da actividade</i></p>
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>☑ Relatório final de actividade</li> <li>☑ (eventual) Registo de carvoeiros da área de Praia das Conchas</li> </ul>
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➡ Impossibilidade de contratar o responsável do Sector de Conservação e Informação Ambiental antes do arranque previsto para a actividade</li> <li>➡ Impossibilidade de encontrar medidas de mitigação viáveis</li> <li>➡ Escasso interesse e participação dos carvoeiros e dos agricultores na campanha</li> <li>➡ Dificuldade para envolver os operadores que trabalham na zona, mas não moram nas comunidades atingidas pela campanha</li> <li>➡ Receios dos carvoeiros de aproximar-se às instituições</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais pela cooperação internacional
Montante financeiro previsto	<p>Custos da actividade incluídos nas despesas básicas de gestão, mas é fundamental para a execução desta actividade a contratação pelo PNOT do especialista em comunicação ambiental.</p> <p>No caso em que não for encontrada a forma de contratar um especialista no staff do PNOT, para a acção c) é previsto um custo adicional de 30.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui (segundo os standard da UE), nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Uma semana de trabalho para a preparação da actividade</li> <li>✓ 10 dias de remuneração para os agentes rurais</li> <li>✓ Os custos de transporte dos agentes para 7+10 dias de trabalho no campo</li> <li>✓ Custos de materiais básicos previstos pela formação</li> <li>✓ 20% adicional para as despesas menores e os imprevistos</li> </ul>
Observações	<p>Eixo central da campanha deve ser a identificação de medidas de mitigação das actividades danosas de carvoeiros e agricultores.</p> <p>Aconselha-se de executar um encontro semanal, no prazo global de dois meses, antes da estação da Gravana, que é o período de maior actividade dos carvoeiros.</p> <p>Seria positivo introduzir na campanha encontros no terreno.</p>

Actividade	<b>Campanha de sensibilização para os caçadores da ilha de São Tomé</b>
Código	EDU.04
Programa de intervenção	Educação e sensibilização da população local
Localização	São Tomé
Período de execução previsto	2009-2010
Nível de prioridade	Alto
Justificação	A caça é, juntamente com a perda de habitats, a maior causa de ameaça para a fauna autóctone. De forma generalizada, os caçadores não têm a mínima noção inerente às espécies mais ameaçadas de extinção, assim como das áreas do PNOST onde é interdito caçar e das possíveis técnicas de caça para reduzir os impactes (ex. evitar a caça nos períodos de reprodução das espécies).
Objectivos gerais /longo prazo	Desenvolver uma consciência ambiental baseada no património do PNOST
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Passar conhecimentos aos caçadores que eles podem utilizar para reduzir os impactes negativos das suas actividades</li> <li>⇒ Assegurar a conservação das espécies animais e vegetais do PNOST</li> <li>⇒ Aproximar o PNOST à população local</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definição e contratação do sujeito que executará a campanha de sensibilização</li> <li>b) O encarregado apresenta e discute com os responsáveis do PNOST e dos outros Entes financiadores o plano para a campanha de sensibilização</li> <li>c) Ideação e impressão de 2.000 cópias de um folheto (cerca de 12pp) de divulgação dos assuntos tratados pela campanha, para ser distribuído no âmbito da mesma</li> <li>d) Implementar a actividade no terreno (duas saídas de campo semanais dos agentes rurais com diferentes caçadores, nas alturas de Gravana de 2009)</li> <li>e) Se compatível com os outros objectivos da campanha, realização dum registo de caçadores (não oficial num primeiro momento) da ilha de São Tomé</li> <li>f) Apresentação pelo/s executor/es da campanha dum relatório final de actividade e, eventualmente, do registo de caçadores</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Durável Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	Institutos de pesquisa nacionais e internacionais, Associação Monte Pico e outras ONG conservacionistas, DF, DGA, Policia Nacional
Resultados esperados	Caçadores informados dos impactes negativos que as suas actividades implicam para as populações de animais selvagens e sobre as técnicas idóneas para a redução destes impactes.
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ N° de caçadores envolvidos na campanha de sensibilização antes do fim de 2010</li> <li>⊙ (eventual) N° de caçadores registados no âmbito da campanha</li> </ul> <p><i>Nota: faltam dados específicos de base para fixar um número de carvoeiros de referência para a avaliação da actividade</i></p>
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li><input checked="" type="checkbox"/> Relatório final de actividade</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> (ev.) Registo de carvoeiros da área de Praia das Conchas</li> </ul>

Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Impossibilidade de contratar o responsável do Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Durável antes do arranque previsto para a actividade</li> <li>➤ Muitos caçadores preferem agir na clandestinidade e não serão atingidos directamente pela campanha</li> <li>➤ Tamanho do território a ser envolvido na campanha e dificuldade de transporte nas áreas marginais da ilha</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais pela cooperação internacional
Montante financeiro previsto	<p>Custos da actividade incluídos nas despesas básicas de gestão, mas é fundamental para a execução desta actividade a contratação pelo PNOT do especialista em comunicação ambiental.</p> <p>No caso em que não for encontrada a forma de contratar um especialista no staff do PNOT, para as acções c) e d) em 2009 é previsto um custo adicional de 100.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 10 dias de trabalho para a preparação da actividade</li> <li>✓ 32 dias de remuneração para os agentes rurais (calculado como ½ da remuneração de um formador)</li> <li>✓ Os custos de transporte dos agentes para 32 dias de trabalho no campo</li> <li>✓ Ideação e preparação duma proposta para o opúsculo</li> <li>✓ Impressão de 1.000 cópias do folheto</li> <li>✓ Custos de materiais adicionais para o trabalho de campo</li> <li>✓ 20% adicional para as despesas menores e os imprevistos</li> </ul>
Observações	Aconselha-se os responsáveis da implementação do PdG de aproveitar da contingente presença no País de expertos estrangeiros que estão executar um estudo de pesquisa sobre a caça. Este <i>know-how</i> poderia resultar determinante para o sucesso da campanha

Actividade	<b>Campanha de sensibilização na televisão contra o consumo de carne de tartaruga</b>
Código	EDU.05
Programa de intervenção	Educação e sensibilização da população local
Localização	São Tomé e Príncipe
Periodo de execução previsto	2010-2011
Nível de prioridade	Alto
Justificação	A limitação do consumo de carne de tartaruga representa uma das prioridades para a conservação dos recursos naturais a nível nacional. Embora nos últimos quinze anos tiveram inumeráveis esforços de Projectos, Associações conservacionistas e Instituições do Estado para reduzir o fenómeno, ainda muito é o trabalho a ser executado para colocar esta actividade ilegal abaixo do nível de resiliência das populações das espécies em questão.
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Melhorar a conservação dos recursos naturais nas áreas costeiras do PNOT e do País</li> <li>⇒ Defender um recurso de grande potencial atractivo para o ecoturismo no País (as tartarugas marinhas são clássicas "espécies bandeira")</li> </ul>
Objectivo de longo prazo	Assegurar a conservação das espécies animais e vegetais do PNOT
Objectivo específico	Diminuir a procura de carne de tartaruga e conseqüentemente a pressão de caça sobre este animal. Quer-se diminuir o preço da sua carne abaixo da solha de viabilidade do esforço necessário para a sua captura e comercialização.

Acções	<p>a) Definição e contratação do sujeito que executará a actividade</p> <p>b) O sujeito encarregado apresenta e discute com os responsáveis do PNOT e dos outros Entes financiadores as propostas para a campanha televisiva</p> <p>c) Aprovação das propostas apresentadas</p> <p>d) Realização de dois videoclips de cerca de 40-50 segundos</p> <p>e) Passagem na televisão nacional dos videoclips na hora de ponta, para um ano, um dia sim um dia não, e alternando os dois spots nos dias de passagem na televisão</p>
Responsável da actividade	<p>Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Durável</p> <p>O Director do PNOT, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada o trabalho a uma associação, uma empresa, ou um técnico especialista.</p>
Potenciais parceiros na actividade	<p>⇒ Associações conservacionistas executaram campanhas para a redução da caça de tartarugas. A mais notável a nível nacional é a MARAPA. Pode-se aproveitar as suas experiências.</p> <p>⇒ Programa SADA, Professor Nuno Loureiro (<a href="http://tartarugasstomeprincipe.wordpress.com/programa-sada/">http://tartarugasstomeprincipe.wordpress.com/programa-sada/</a>)</p> <p>⇒ ONG de cooperação internacional executaram já campanhas através da exibição de videoclips na televisão nacional. Pode-se aproveitar as suas experiências.</p> <p>⇒ DGA</p>
Resultados esperados	<p>Consumo de carne de tartaruga diminuído, devido à consciencialização da população que conhece melhor as suas responsabilidades no momento que utiliza esta carne para a alimentação.</p>
Indicadores de realização	<p>⊙ Pelo menos 300 passagem dos <i>spots</i> na televisão nacional na hora de ponta antes do fim de 2011</p>
Riscos e hipóteses	<p>➤ As populações do interior das ilhas têm acesso limitado à televisão</p> <p>➤ Ineficácia da acção de consciencialização da campanha nas faixas mais pobres da população, devido às condições de extrema necessidade em que essas se encontram</p> <p>➤ Escasso nível de qualidade das produções audiovisuais nacionais</p> <p>➤ Alto custo das produções audiovisuais internacionais</p>
Fontes de financiamento	<p>Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional</p>
Montante financeiro previsto	<p>Os custos das acções a) b) e c) são incluídos nas despesas básicas de gestão previstas pelo orçamento anual.</p> <p>Para as acções d) e e) de toda a actividade (período 2009-10) é previsto um custo adicional de 100.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O custo para a ideação dos dois videoclips</li> <li>✓ O custo de produção dos dois videoclips</li> <li>✓ O custo da passagem na televisão para 200 vezes das filmagens (100 vezes cada videoclips)</li> <li>✓ 20% adicional para as despesas menores e os imprevistos</li> </ul> <p>Os custos para o segundo ano da campanha de sensibilização, serão definidos pelo PdG de 2011</p>
Observações	<p>Seria muito importante coordenar esta actividade, com uma campanha de repressão do fenómeno nos mercados agro-pecuários das cidades e das aldeias. Esta campanha paralela deveria ser implementada pela Polícia Nacional. Neste sentido resultará fundamental a capacidade de "pressão" e coordenação interinstitucional executada pela Direcção-geral do Ambiente.</p>

Actividade	<b>Campanha de educação ambiental nas escolas de Ensino Básico</b>
Código	EDU.06
Programa de intervenção	Educação e sensibilização da população local
Localização	Escolas de Ensino Básico na Zona Tampão do PNOT, nomeadamente: Água das Belas, Claudino Faro, Monte Café, Morro Peixe, Ponta Figo-Generosa, Porto Alegre, Praia das Conchas Roça, Santa Catarina, Santa Clotilde, Santa Jeni
Período de execução previsto	2009-2010
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Substancial ausência dos assuntos ambientais nas actividades escolásticas
Objectivos gerais	⇒ Facilitar a difusão na sociedade de conhecimentos ambientais e de comportamentos "amigos" do ambiente ⇒ Permitir o conhecimento do Parque e das suas actividades à população local
Objectivo de longo prazo	Desenvolver uma consciência ambiental baseada no património do PNOT
Objectivo específico	Educar e sensibilizar os escolares ao respeito do Ambiente e dos seus recursos
Acções	a) Definição e contratação do sujeito que executará a campanha b) O sujeito encarregado apresenta e discute com os responsáveis do PNOT e dos outros Entes financiadores o programa da campanha c) Aprovação do programa apresentado d) Realização da campanha de educação ambiental, incluindo visitas guiadas ao Parque e) Distribuição das bandas desenhadas realizadas na respectiva actividade f) Apresentação do relatório final de actividade
Responsável da actividade	O Director do PNOT, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada o trabalho a uma associação, ou um técnico especialista.
Potenciais parceiros na actividade	Associações conservacionistas (Monte Pico, MARAPA, etc.), Ministério da Instrução Pública, ISE, Programa ECOFAC
Resultados esperados	Estudantes das escolas de Ensino Básico consciencializados sobre os assuntos inerentes o respeito do Ambiente e dos seus recursos
Indicadores de realização	⊙ Envolvimento na actividade de 90% dos Institutos de Ensino Básico no interior da Zona Tampão (60%) ⊙ Realização de pelo menos uma visita guiada à sede do PNOT de cada Escola Básica de Ensino envolvida na campanha, antes do fim de 2011 (40%)
Fontes de verificação	Relatório final de actividade
Riscos e hipóteses	➤ Atrasos na realização da actividade de produção de material de divulgação, de que esta é sequencial ➤ Dificuldade no envolver na campanha e nas visitas à sede do PNOT os Institutos mais periféricos, devido à dificuldade de transportes (aconselha-se em tal caso mudar objectivo das visitas; ex. o mangal de Malanza, para as escolas do Sul do Distrito de Caué)
Fontes de financiamento	Fundos fornecidos pela cooperação internacional
Montante financeiro previsto	N/A

Actividade	<b>Formação de professores das escolas de Ensino Básico no domínio da Educação Ambiental</b>
Código	EDU.07
Programa de intervenção	Educação e sensibilização da população local
Localização	Escolas de Ensino Básico na Zona Tampão do PNOT, nomeadamente: Água das Belas, Claudino Faro, Monte Café, Morro Peixe, Ponta Figo-Generosa, Porto Alegre, Praia das Conchas Roça, Santa Catarina, Santa Clotilde, Santa Jeni
Período de execução previsto	2010
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Actualmente, de forma generalizada, a preparação dos professores nos assuntos ambientais é muito carente.
Objectivos gerais	⇒ Facilitar a difusão na sociedade de conhecimentos ambientais e de comportamentos "amigos" do ambiente ⇒ Permitir o conhecimento do Parque e das suas actividades à população local
Objectivo de longo prazo	Desenvolver uma consciência ambiental baseada no património do PNOT
Objectivo específico	Capacitar de forma básica os professores, para introduzir, na forma oportuna, assuntos ambientais nos curricula escolares, e/ou nas actividades de ensino no dia-a-dia.
Acções	a) Definição e contratação do sujeito que executará a actividade b) O sujeito encarregado apresenta e discute com os responsáveis do PNOT e dos outros Entes financiadores o programa da formação c) Aprovação do programa apresentado d) Realização da formação e) Apresentação do relatório final de actividade
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local
Potenciais parceiros na actividade	Associações conservacionistas (Monte Pico, MARAPA, etc.), Ministério da Instrução Pública, ISE, Programa ECOFAC
Resultados esperados	Professores de Ensino Básico capacitados para incluir de forma correcta nas suas aulas os assuntos ambientais e relacionados com os recursos naturais do PNOT
Indicadores de realização	⊙ Envolvimento na actividade de 90% dos Institutos de Ensino Básico no interior da Zona Tampão (50%) ⊙ Mais de 80% dos professores que ensinam nos referidos institutos participam em mais de 70% dos encontros previstos pela formação (50%)
Fontes de verificação	Relatório final de implementação da actividade
Riscos e hipóteses	➔ Dificuldade no atingir todos os Institutos ➔ Escassa motivação à participação na formação dos professores
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	Custos da actividade incluídos nas despesas básicas de gestão, mas é fundamental para a execução desta actividade a contratação pelo PNOT do especialista em comunicação ambiental

Actividade	<b>Preparação e distribuição de bandas desenhadas direccionadas aos alunos das escolas de Ensino Básico</b>
Código	EDU.08
Programa de intervenção	Educação e sensibilização da população local
Localização	Escolas de Ensino Básico da Zona Tampão do PNST, mais outros institutos do País, consoante as cópias em excesso disponíveis
Período de execução previsto	2010
Nível de prioridade	Baixo
Justificação	Na campanha de educação ambiental é necessário ter algumas ferramentas para facilitar a transferência de conhecimentos e conceitos. As bandas desenhadas são instrumentos potentes de comunicação em contextos rurais.
Objectivos gerais	Facilitar a difusão na sociedade de conhecimentos ambientais e de comportamentos "amigos" do ambiente
Objectivo de longo prazo	Desenvolver uma consciência ambiental baseada no património do PNST
Objectivo específico	Educar e sensibilizar os escolares ao respeito do Ambiente e dos seus recursos
Acções	a) Definição e contratação de quem executará a campanha b) O sujeito encarregado apresenta e discute com os responsáveis do PNST e dos outros Entes financiadores a proposta de trabalho c) Aprovação da proposta d) Realização da banda desenhada e) Impressão distribuição de 3.000 cópias da banda desenhada no âmbito da respectiva actividade f) Distribuição do produto nas escolas
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local, protocolo com ONG ou contratualização
Potenciais parceiros na actividade	Associações conservacionistas (Monte Pico, MARAPA, etc.), Ministério da Instrução Pública, ISE, Programa ECOFAC, Escolas de Arte a nível nacional
Resultados esperados	Estudantes das escolas de Ensino Básico mais consciencializados sobre os assuntos inerentes o respeito do Ambiente e dos seus recursos
Indicadores de realização	90% de estudantes dos Institutos de Ensino Básico da Zona Tampão do PNST que receberam a banda desenhada
Fontes de verificação	Conferir o Relatório final de actividade de material de divulgação
Riscos e hipóteses	♦ Dificuldade para encontrar a nível nacional um profissional em grado de idear e desenhar um produto de boa qualidade ♦ Falta de implementação, ou atrasos na implementação da actividade complementar referida
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais fornecidos pela cooperação internacional
Montante financeiro previsto	Os custos das acções a) b) e c) f) são incluídos nas despesas básicas de gestão previstas pelo orçamento anual. Para as acções d) e e) é previsto um custo adicional de 85.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ideação e realização da copia 0 da banda desenhada de 20pp</li> <li>✓ O custo de 3.000 bandas desenhadas a ser distribuídas</li> <li>✓ 20% adicional para as despesas menores e os imprevistos</li> </ul>

Actividade	<b>Realização dum documentário de apresentação do PNOT e exibição na televisão</b>
Código	EDU.09
Programa de intervenção	Educação e sensibilização da população local
Período de execução previsto	2012, produção da filmagem 2013-14, exibição do documentário na televisão
Nível de prioridade	Baixo
Justificação	Sendo a existência das Áreas Protegidas uma realidade completamente nova para o País, a maioria da população não tem ideia do que é um Parque Nacional ou Natural, e quais são os seus fins. A exibição, num instrumento de comunicação social como a televisão, de informações e imagens relacionadas e concebidas para informar de modo correcto sobre os assuntos ambientais, acelerará enormemente a difusão destes conceitos na sociedade civil.
Objectivos gerais	Facilitar a difusão na sociedade de conhecimentos ambientais e de comportamentos "amigos" do ambiente
Objectivo de longo prazo	Desenvolver uma consciência ambiental baseada no património do PNOT
Objectivo específico	⇒ Aumentar o conhecimento a nível nacional do PNOT, dos seus objectivos e das medidas necessárias para a conservação do seu território ⇒ Criação de um suporte de divulgação internacional
Acções	a) Definição e contratação do sujeito que executará a filmagem b) Produção da filmagem c) Legendagem ou dobragem nas principais línguas turísticas d) Exibições anuais na televisão nacional do documentário
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local O Director do PNOT, de acordo com as instituições competentes, contratualiza o trabalho a uma associação, ou um técnico especialista.
Potenciais parceiros na actividade	Associações conservacionistas, TVS (Televisão São-tomense), Programa ECOFAC, ONG de cooperação internacional
Resultados esperados	Uma filmagem de cerca 15-20 minutos sobre o PNOT, de standard internacional e três passagens na televisão em anos diferentes executados
Indicadores de realização	⊙ Entrega pelo executor da versão final da filmagem, antes do fim de 2012 (100% para 2012) ⊙ Três exibições na televisão nacional antes do fim de 2014
Riscos e hipóteses	➡ Dificuldade de encontrar técnicos a nível nacional que consigam executar um trabalho a nível de standard internacional
Fontes de financiamento	Fundos adicionais da cooperação internacional e do sector privado
Montante financeiro previsto	A ser estabelecido pelo Plano de Gestão de 2012 e sucessivos

### III.7 Turismo

Actividade	Manutenção do Jardim Botânico de Bom Sucesso
Código	TUR.01
Programa de intervenção	Turismo. Trata-se duma actividade que tem potencialidades positivas também a nível de investigação científica e conservação dos recursos naturais.
Localização	Sede do PNST em Bom Sucesso
Período de execução previsto	Permanente
Nível de prioridade	Alto
Justificação	O Jardim Botânico de Bom Sucesso é a montra do trabalho realizado pelo Programa ECOFAC e pelas Instituições da RDSTP responsáveis no âmbito da conservação. Adicionalmente tem uma posição estratégica pela localização junto da sede do PNST, representando uma etapa fundamental para os visitantes do Parque. O Jardim Botânico tem também um papel importante na conservação <i>ex situ</i> de plantas ameaçadas de extinção. A sua manutenção deve ser um papel fundamental para o staff do Parque.
Objectivos gerais	Melhorar as possibilidades de conservação <i>ex situ</i> da biodiversidade vegetal do País
Objectivo de longo prazo	Valorizar turisticamente o património cultural da zona tampão do PNST
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Oferecer uma atracção de fácil fruição aos visitantes da sede do Parque de Bom Sucesso e curar uma potencial fonte de receitas para o PNST</li> <li>⇒ Melhorar as potencialidades em termos de turismo e educação ambiental do Parque</li> <li>⇒ Melhorar a imagem do PNST</li> <li>⇒ Favorecer a criação de novas fontes de receitas para o PNST</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Conservação
Potenciais parceiros na actividade	Associação Monte Pico, <i>Missouri Botanical Garden</i> , Institutos de pesquisa nacionais e internacionais
Resultados esperados	Um Jardim Botânico gerido por forma a atingir os objectivos prefixados
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Aumento mínimo anual de 2% de espécies endémicas e/ou ameaçadas presentes com pelo menos um individuo em vida na colecção do Jardim Botânico, em comparação com o ano anterior (30%)</li> <li>⊙ Pelo menos 1.000 bilhetes de visita do Jardim Botânico vendidos cada ano (70%)</li> </ul>
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>☑ Registo das plantas conservadas no Jardim Botânico</li> <li>☑ Matrizes dos bilhetes vendidos</li> <li>☑ Registos de contabilidade do PNST</li> </ul>
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➔ Falta de continuidade nos recursos disponibilizados para os salários do staff que trabalha no Jardim Botânico</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	Custos da actividade incluídos nas despesas básicas de gestão

Actividade	Criação de um ponto de venda em Bom Sucesso
Código	TUR.02
Programa de intervenção	Turismo
Localização	Sede do PNOT em Bom Sucesso
Periodo de execução previsto	2009
Nível de prioridade	Alto
Justificação	É indispensável para qualquer Parque ter fontes de financiamentos adicionais, para além do orçamento do Estado.
Objectivos gerais	Aumentar a sustentabilidade e as potencialidades de acção do PNOT através da geração de receitas
Objectivo de longo prazo	Valorizar turisticamente o património cultural da zona tampão do PNOT
Objectivo específico	Cobrir uma parte do orçamento do PNOT mediante a geração de receitas relacionadas com a venda de produtos, ou o alugue de um ponto de venda
Acções	<p>a) Preparar um sítio de venda de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ bilhetes de ingresso para:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>i. o Jardim Botânico</li> <li>ii. os percursos e trilhos até Lagoa Amélia, Pico de São Tomé, Zampalma-Bombaim, etc.</li> <li>iii. “pacotes” de trilhos, percursos e visitas, abrangendo também a zona de Malanza e Praia das Conchas/Lagoa Azul</li> </ul> </li> <li>✓ Serviços como:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>i. guias para os caminhos (obrigatórias para alguns percursos, ex. para o Pico de São Tomé)</li> <li>ii. aluguer/empréstimo de tendas</li> <li>iii. mapas e folhetos interpretativos do Parque e seus percursos/trilhos</li> </ul> </li> <li>✓ Produtos como:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>i. obras de artesanato local</li> <li>ii. produtos alimentares típicos (café, marmeladas, etc.)</li> <li>iii. livros</li> <li>iv. plantas produzidas pelo Jardim Botânico</li> <li>v. <i>souvenirs</i> (T-shirt, cartões postais, etc.)</li> </ul> </li> </ul> <p>b) Definir e estipular um contrato com entidade privada interessada (preferencialmente ONG, ou empresas). Há duas estratégias possíveis e aconselhadas, que são nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O alugue quinquenal do ponto de venda para uma renda acordada, que aumente progressivamente nos cinco anos</li> <li>✓ O fornecimento gratuito da estrutura a um privado, compensado para a entrega à administração do PNOT duma % das receitas geradas pelo ponto de venda</li> </ul> <p>c) Abertura do serviço</p>
Responsável da actividade	O Director do PNOT, Sector Administrativo e Financeiro, entidade concessionária do Sector de Ecoturismo
Potenciais parceiros na actividade	Associações locais de produtores, de moradores, de mulheres, etc., Associação Eco-Ossobó, Direcção do Turismo e Hotelaria
Resultados esperados	Um sítio de venda para os turistas em condições de gerar receitas que cubram uma parte do orçamento do PNOT
Indicadores de realização	⊙ Pelo menos 4% do orçamento anual do PNOT coberto com as receitas geradas pelo ponto de venda (ou para o seu alugue) em 2010

	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Pelo menos 10% do orçamento anual do PNOT coberto com as receitas geradas pelo ponto de venda (ou para o seu aluguer) no período 2011-2012</li> <li>⊙ Pelo menos 15% do orçamento anual do PNOT coberto com as receitas geradas pelo ponto de venda (ou para o seu aluguer) no período 2013-2014</li> </ul>
Fontes de verificação	Orçamentos anuais do PNOT
Riscos e hipóteses	➔ A entidade que gere o ponto de venda não consegue rentabilizá-lo
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Para a execução da acção a) é previsto um custo adicional de 30.000.000 STD (1€=20.000STD). Custos das acções b) e c) são incluídos nas despesas básicas de gestão
Observações	Os recursos orçamentais referem-se aos custos iniciais de arranque da actividade. Futuramente a actividade deverá gerar receitas.

Actividade	<b>Instalação de sinalizações interpretativas na rede de caminhos</b>
Código	TUR.03
Programa de intervenção	Turismo
Localização	Os caminhos mais frequentados pelos turistas
Período de execução previsto	2010
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Visitantes, estudantes e população local, deveriam beneficiar de instrumentos simples capazes de prover referências na interpretação das características do território e da sua história.
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Aumentar o conhecimento dos recursos do Parque na sociedade</li> <li>⇒ Facilitar a apreciação dos valores do Parque para os visitantes</li> </ul>
Objectivo de longo prazo	Valorizar turisticamente o património cultural da zona tampão do PNOT
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Facilitar a fruição dos valores do Parque por parte de visitantes, estudantes e população local</li> <li>⇒ Melhorar a imagem do PNOT</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definição e contratação de quem executa o trabalho</li> <li>b) O sujeito contratado apresentará uma proposta de deslocação, o número e as outras características das sinalizações a ser instaladas</li> <li>c) Aprovação da proposta</li> <li>d) Preparação dos materiais a ser instalados e da actividade no terreno</li> <li>e) Execução das obras previstas, incluindo um registo fotográfico dos sítios de intervenção</li> <li>f) Verificação in situ pelo staff do PNOT</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local. O Director do PNOT, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada o trabalho de preparação e instalação das placas a uma associação ou uma empresa externa.
Potenciais parceiros na actividade	⇒ O ISE, ou as outras instituições de pesquisa (também internacionais) que trabalharam em São Tomé ao longo dos anos, podem fornecer <i>inputs</i> e conhecimentos importantes

	<p>para um trabalho de qualidade</p> <p>⇒ Associações locais (a mão-de-obra para a execução do trabalho no terreno pode ser fornecida pela população local)</p>
Resultados esperados	Um sistema de sinalizações difuso ao longo da rede de caminhos do Parque e da Zona Tampão, concebido com um desenho homogéneo.
Indicadores de realização	Um mínimo de 50 placas (ou outras instalações) colocadas no terreno antes do fim de 2010
Fontes de verificação	O registo fotográfico dos sítios marcados
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dificuldade em idear placas de formas e conteúdos tais de interessar os visitantes</li> <li>➤ Sinalizações de escassa qualidade que não resistem ao clima são-tomense</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	<p>Para a actividade é previsto um custo 70.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 15 dias de remuneração para dois ajudantes do responsável do Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local para as actividades no terreno</li> <li>✓ Os custos de 50 instalações de boa qualidade</li> <li>✓ Aquisição de instrumentos para a fixação no terreno dos paus</li> <li>✓ Custos adicionais para as despesas menores e os imprevistos</li> </ul> <p>As deslocações da equipa no terreno serão asseguradas para o veículo 4x4 em dotação ao PNOT</p>
Observações	Aconselha-se o uso de materiais de boa qualidade e resistentes ao clima para realizar as sinalizações

Actividade	<b>Manutenção do caminho Bom Sucesso - Lagoa Amélia - Bombaim - São João dos Angolares</b>
Código	TUR.04
Programa de intervenção	Turismo. Trata-se duma actividade que tem influência também a nível da melhoria da qualidade de vida das populações locais.
Localização	Linha de caminhos que liga Bom Sucesso - Lagoa Amélia - Bombaim - São João dos Angolares
Período de execução previsto	Em 2009, manutenção do traço Bom Sucesso - Lagoa Amélia A partir de 2010, inclusão do traço Lagoa Amélia - Bombaim A partir de 2011, inclusão do traço Bombaim - São João dos Angolares A partir de 2011, permanente
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Trata-se das linhas de caminhos mais frequentada do Parque. A sua manutenção é indispensável para uma boa fruição do Parque por parte dos turistas.
Objectivos gerais	N/A
Objectivo de longo prazo	Valorizar turisticamente o património cultural da zona tampão do PNOT
Objectivo específico	Melhorar as condições para fruição do território pelo turismo de excursionismo
Responsável da actividade	Sector de Ecoturismo, Sector de Ecoguardas e Guias
Potenciais parceiros na actividade	⇒ Empresas de hotelaria presentes no território (Bombaim, Roça de São João, etc.) ⇒ Associações locais (a mão-de-obra para a execução do trabalho no terreno pode ser fornecida pela população local)
Resultados esperados	Eixo de caminhos Bom Sucesso - São João do Angolares em boas condições e utilizável normalmente em qualquer traço antes do fim de 2011
Indicadores de realização	Linha de caminhos transitável sem constrangimentos devidos à incúria do percurso
Fontes de verificação	Relatório de verificação trimestral do responsável da actividade
Riscos e hipóteses	➤ Na época da chuva o sistema de manutenção poderá não ser suficiente para assegurar as boas condições dos caminhos ➤ Actividade de difícil controlo
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	Montante disponibilizado pelo Programa ECOFAC em 2009 e 2010.

Actividade	<b>Estudo de viabilidade e preparação de propostas de projecto para a implementação e gestão de iniciativas de ecoturismo a nível comunitário</b>
Código	TUR.05
Programa de intervenção	Turismo
Localização	A Zona Tampão do PNOT. Dar prioridade às comunidades/sítios classificados como de maior aptidão turística no Plano de Manejo
Período de execução previsto	Fase 1: 2011, estudo de viabilidade e a eventual elaboração de propostas de projecto Fase 2: 2012-2014, implementação de dois projectos de ecoturismo com base nas comunidades <i>Nota: a execução da Fase 2 desta actividade é subordinada ao parecer positivo do estudo de viabilidade prévio (Fase 1).</i>
Nível de prioridade	Médio
Justificação	O ecoturismo é uma das ferramentas mais potentes de desenvolvimento local nas áreas protegidas. A Zona Tampão do PNOT possui esta potencialidade. Ao mesmo tempo, o contexto actual do tecido socioeconómico das comunidades, mas sobretudo a organização dos movimentos turísticos para e no interior do País, aconselham cautela na selecção e implementação de iniciativas deste tipo, sobretudo de âmbito comunitário.
Objectivos gerais	⇒ Favorecer a conservação dos ecossistemas através do desenvolvimento económico das populações locais ⇒ Enriquecer a oferta de produtos para os turistas
Objectivo de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sana gestão ambiental
Objectivo específico	Aproveitar das receitas do turismo como meio de sustento para duas comunidades da Zona Tampão
Acções	a) definição e contratação do sujeito que elaborará o estudo e definirá as eventuais propostas de projecto b) elaboração do estudo de viabilidade c) avaliação da oportunidade de implementar as duas iniciativas d) procura de eventuais parceiros e co-financiadores e) implementação das actividades previstas
Responsável da actividade	Sector de Ecoturismo
Potenciais parceiros na actividade	Direcção do Turismo e Hotelaria, Organizações internacionais de turismo, agentes de turismo nacionais, Associações locais dos sítios escolhidos. ONG nacionais e estrangeiras podem coadjuvar a procura de financiamentos externos ao orçamento do PNOT.
Resultados esperados	Duas comunidades capacitadas para gerir actividades ecoturísticas e obter proveito delas
Indicadores de realização	Primeiro orçamento em activo para as duas iniciativas implementadas em 2014
Fontes de verificação	Orçamento da entidade que gere o sítio
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Estudo de viabilidade com êxito negativo</li> <li>■ Trata-se de iniciativas de alto risco de insucesso pela ausência do turismo entre as possíveis fontes de rendimento para as comunidades rurais</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais disponibilizados pela cooperação internacional
Montante financeiro previsto	A ser estabelecido pelo Plano de Gestão de 2011 e sucessivos

Actividade	<b>Articulação com os operadores e os agentes turísticos - adopção duma "Carta de Serviços"</b>
Código	TUR.06
Programa de intervenção	Turismo
Localização	N/A
Periodo de execução previsto	2009 e seguintes
Nível de prioridade	Medio
Justificação	<p>A constituição do PNST como um espaço do Estado delimitado e de acesso controlado, a par do seu elevado valor turístico, determinam a necessidade de ser concertada uma política de acesso e cobranças.</p> <p>O financiamento do PNST far-se-á preferencialmente através do seu Fundo Especial, previsto na Lei 6/2006, e a visitação será certamente um dos principais vectores de aquisição de receitas – princípio do utilizador-pagador.</p>
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Promover o Turismo de Natureza numa perspectiva internacional</li> <li>⇒ Promover a visitação sustentável</li> <li>⇒ Controlar os efeitos da presença humana no Parque</li> <li>⇒ Demonstrar a forte contribuição potencial das Áreas Protegidas para o desenvolvimento económico e social, regional e nacional</li> <li>⇒ Promover o Turismo de Natureza como factor de competitividade dos agentes turísticos</li> </ul>
Objectivo de longo prazo	Valorizar turisticamente o património cultural da Zona Tampão do PNST
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Distinguir a visitação e fruição do PNST na oferta turística de S. Tomé e Príncipe</li> <li>⇒ Assegurar recursos financeiros para a gestão e manutenção do PNST</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Realização de workshop temático</li> <li>b) Proposta de Carta de Serviços e definição de regimes de visitação (n.º de visitantes, épocas, duração das visitas, áreas visitáveis, taxas e cobranças)</li> <li>c) Formação dos Guias dos Operadores e Agentes Turísticos</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Ecoturismo
Potenciais parceiros na actividade	DGA, DG Turismo, Agentes e Operadores Turísticos nacionais e internacionais
Resultados esperados	Adopção de Regulamento de visitação e tabela de preços a praticar Credenciação dos Guias dos Operadores e Agentes Turísticos
Indicadores de realização	⊙ Realização das acções previstas antes do fim de 2011 (33,3% cada acção)
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li><input checked="" type="checkbox"/> Fundo Especial do Parque</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Preçários e Promoção dos Operadores e Agentes Turísticos</li> </ul>
Riscos e hipóteses	Espera-se a abertura de novos mercados e nichos de turismo, e o aumento de receitas do Turismo
Fontes de financiamento	Privados envolvidos
Montante financeiro previsto	N/A
Observações	Esta actividade é importante para o sucesso desde o arranque do funcionamento do PNST

Actividade	Criação e manutenção dum sítio Internet do PNOT
Código	TUR.07
Programa de intervenção	Turismo
Periodo de execução previsto	2009 criação do sítio, manutenção permanente
Nível de prioridade	Alto
Justificação	A Internet é um potente instrumento de publicitação a nível mundial, indispensável é o seu aproveitamento para aumentar as possibilidades de trazer turistas e visitantes no Parque e no País.
Objectivos gerais /longo prazo	Valorizar turisticamente o património cultural da Zona Tampão do PNOT
Objectivo específico	Melhorar o conhecimento e a publicitação das possibilidades de visita do PNOT a nível nacional e internacional
Acções	a) Identificação do sujeito responsável para o planeamento e a realização do sítio Internet b) Realização do sítio Internet c) Implementação dum sistema de actualização bimensal
Responsável da actividade	Sector de Ecoturismo O Director do PNOT, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada o trabalho a uma associação ou uma empresa externa.
Potenciais parceiros na actividade	Escolas de informática a nível nacional, voluntários das Nações Unidas (on-line), CTS (possível <i>sponsor</i> ; ex. disponibilização gratuita do domínio Internet), Direcção do Turismo e Hotelaria
Resultados esperados	Um sítio Internet de boa qualidade e actualizado a cada dois meses
Indicadores de realização	☉ Um sítio Internet do PNOT que possua pelo menos 50 paginas, disponível na Internet antes do fim de 2009 (100% para 2009) ☉ Actualização do sítio pelo menos cada dois meses
Riscos e hipóteses	➡ Dificuldade para encontrar a nível nacional técnicos capacitados para executar um trabalho de boa qualidade ➡ Dificuldade no manter a necessária continuidade no fluxo de informações entre a equipa do PNOT e o gestor do sítio Internet
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	Para a realização do sítio (acção b)) é previsto um custo de 20.000.000 STD (1€=20.000STD). A partir de 2010, os custos para alugar o espaço em servidor comercial e para actualizar o sítio são incluídos nas despesas básicas de gestão

Actividade	<b>Actividades recíprocas com o Projecto do <i>Roçamundo Ecologic Park</i></b>
Código	TUR.08
Programa de intervenção	Turismo. Trata-se duma actividade que tem influência também a nível de desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida das populações locais.
Localização	Roça de São João dos Angolares e Sede do PNOT de Bom Sucesso
Periodo de execução previsto	2011-2014
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Trata-se de uma Associação jovem, empenhada no âmbito da conservação da natureza. Os seus objectivos são semelhantes ao PNOT, enquanto as suas actividades são complementares. Ambas as entidades podem recolher vantagens duma colaboração através de actividades conjuntas.
Objectivos gerais	Criar sinergias com outros projectos e sujeitos intervenientes no âmbito da conservação dos recursos naturais na ilha de São Tomé
Objectivo de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sã gestão ambiental
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Acrescentar a geração de receitas disponíveis para a gestão do PNOT</li> <li>⇒ Melhorar a imagem do PNOT</li> <li>⇒ Acrescentar as receitas utilizáveis para a gestão do Parque</li> <li>⇒ Melhorar a eficiência de acção do PNOT através da coordenação das actividades com sujeitos privados que ocupam-se de conservação da natureza a nível nacional</li> </ul>
Acções	Actividades potencialmente realizáveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Almoço "de Gala", a executar-se na Roça de São João, para financiar os dois parques, com convites a executar-se pelos dois sujeitos e endereçados para autoridades de Estado e os responsáveis de relevantes Empresas privadas. Uma % de lucro da actividade deve ser destinada para a gestão do PNOT.</li> <li>✓ Em cada sede, instalar sinalizações que publicitem a visita da outra entidade</li> <li>✓ Distribuição de desdobráveis conjuntos que publicitam num lado o PNOT, no outro o <i>Roçamundo Ecologic Park</i></li> <li>✓ Manutenção conjunta dos caminhos que ligam São João dos Angolares às áreas do PNOT de interesse para os visitantes</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local Cada ano o Sector citado, juntamente com o Director do PNOT, com o devido acordo da DGA e do Conselho de Gestão, acordará com os responsáveis do <i>Roçamundo Ecologic Park</i> , a melhor forma para utilizar o orçamento destinado às actividades conjuntas.
Potenciais parceiros na actividade	Roça de São João dos Angolares, Câmara Distrital de Caué, Associações locais, Comunicação Social
Resultados esperados	Uma ou mais actividades de publicitação executadas em parceria com o <i>Roçamundo Ecologic Park</i> cada ano.
Indicadores de realização	Pelo menos uma actividade implementada em parceria com o <i>Roçamundo Ecologic Park</i> cada ano
Fontes de verificação	Relatório anual de implementação do PdG
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O <i>Roçamundo Ecologic Park</i> não consegue arrancar com as actividades (neste caso a empresa de turismo da Roça de São João pode ter uma função de substituição do sujeito previsto)</li> <li>➤ Sendo uma entidade privada, se o <i>Roçamundo Ecologic Park</i> não encontrar satisfação para os seus interesses, poderá retirar-se da actividade</li> </ul>

Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, mais eventuais fundos adicionais fornecidos pelos parceiros das actividades
Montante financeiro previsto	A ser estabelecido pelo Plano de Gestão de 2011 e sucessivos
Observações	Actividades análogas, de publicitação recíproca, podem ser realizadas com as outras empresas de ecoturismo, ou turismo rural, presentes no território (Roça de Bombaim, Roça de Monte Forte, Praia Jalé, etc.).

Actividade	<b>Actividade de pequena hotelaria na sede do PNOT</b>
Código	TUR.09
Programa de intervenção	Turismo
Localização	Hospedaria do PNOT em Bom Sucesso
Período de execução previsto	Permanente a partir de 2010
Nível de prioridade	Médio
Justificação	A sede do PNOT em Bom Sucesso possui esta estrutura de grande valor potencial para gerar receitas relacionadas com as visitas ao Parque.
Objectivos gerais/ longo prazo	Valorizar turisticamente o património cultural da Zona Tampão do PNOT
Objectivo específico	⇒ Favorecer a geração de receitas a ser direccionadas pelas actividades de gestão do Parque ⇒ Melhorar as condições para fruição do território do PNOT pelo turismo de excursionismo
Acções	a) Individualizar o sujeito (Associação/Empresa) responsável pela gestão do sítio b) Definir e estipular um contrato com um sujeito privado interessado (prioritariamente ONG, e empresas). Há duas estratégias possíveis e aconselhadas, que são nomeadamente: ✓ O aluguer plurianual da estrutura para uma renda concordada, que aumente progressivamente nos anos de contrato ✓ O fornecimento gratuito da estrutura a um privado, compensado para a entrega à administração do PNOT dum % das receitas geradas pela hospedaria c) Publicitação da actividade no sítio Internet do PNOT e nas guias de turismo internacional mais vendidas no mundo
Responsável da actividade	A entidade responsável pelo Sector de Ecoturismo O Director do PNOT, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada a gestão do sítio a uma associação ou uma empresa externa.
Potenciais parceiros na actividade	Agentes de turismo a nível nacional e internacional, Direcção do Turismo e Hotelaria
Resultados esperados	Hospedaria instalada na sede do PNOT de Bom Sucesso e conseqüente sistema de geração de receitas para o Parque implementado
Indicadores de realização	⊙ Pelo menos 3% do orçamento anual do PNOT coberto com as receitas geradas por esta actividade no período 2010-2011 ⊙ Pelo menos 8% do orçamento anual do PNOT coberto com as receitas geradas por esta actividade no período 2012-2013
Fontes de verificação	Os orçamentos anuais do PNOT, nos respectivos anos de avaliação
Riscos e hipóteses	➡ O sujeito concessionário não consegue desfrutar da forma melhor as potencialidades da estrutura ➡ Problemas burocráticos e/ou organizativos na repartição das receitas
Fontes de financiamento	Actividade auto financiada
Montante financeiro previsto	Actividade auto financiada e futuramente geradora de receitas

Actividade	<b>Viabilidade da visita conjunta do Jardim Botânico de Bom Sucesso, com o Museu do Café de Monte Café</b>
Código	TUR.10
Programa de intervenção	Turismo. Trata-se duma actividade que tem influência também a nível de desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida das populações locais.
Período de execução previsto	Permanente a partir de 2011
Nível de prioridade	Baixo
Justificação	A sede do PNOT em Bom Sucesso (com o Jardim Botânico e o Herbário Nacional) e o Museu do Café de Monte Café (actualmente em fase de reestruturação através de um projecto de recuperação financiado pelo PNUD) representam os dois pontos de atracção turística mais importantes na zona alta do Distrito de Mé-Zochi. A coordenação entre as duas entidades para facilitar que os turistas que visitam um sítio visitem também o outro, é uma estratégia aconselhável.
Objectivos gerais	Transformar o Parque na “locomotiva” do desenvolvimento local
Objectivo de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sana gestão ambiental
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Aumentar a possibilidade de um turista que visita o Museu do Café, visite também a sede do Parque de Bom Sucesso e vice-versa</li> <li>⇒ Publicitar o PNOT</li> <li>⇒ Abrir novas relações de parceria que podem acrescentar as possibilidades de acção e de sucesso do Parque no atingir os seus objectivos</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definir um sistema de relacionamento das visitas nos dois sítios</li> <li>b) Implementar o sistema</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Ecoturismo
Potenciais parceiros na actividade	Sujeito que gere o Museu do Café, Direcção do Turismo e Hotelaria
Resultados esperados	Um formato de visita comum para os dois sítios implementado (ex. a possibilidade de visitar os dois sítios através do mesmo bilhete)
Indicadores de realização	Pelo menos 70% de turistas que visitam o museu de Monte Café, visitam também a sede do PNOT em Bom Sucesso
Fontes de verificação	Matrizes dos bilhetes
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Os responsáveis do Museu do Café não querem implementar esta parceria</li> <li>➤ Dificuldades burocráticas na divisão das receitas</li> <li>➤ Atrasos na reestruturação e alcance das actividades de visita no Museu do Café</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	A ser estabelecido pelo Plano de Gestão de 2011 e sucessivos

Construção de pontes pedonais em São Nicolau e Bombaim	
Actividade	
Código	TUR.11
Programa de intervenção	Turismo. Trata-se duma actividade que tem influência também a nível de desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida das populações locais.
Localização	Dois sítios, respectivamente perto de São Nicolau e Bombaim. Ambas as localidades encontram-se no Distrito de Mé-Zochi e em áreas limite entre Parque e Zona Tampão.
Período de execução previsto	2012
Nível de prioridade	Baixo
Justificação	As duas pontes pedonais em madeira, seriam posicionados ao longo de dois caminhos de interesse ecoturístico, valorizando-os. Ao mesmo tempo seriam aproveitados pela população local nas suas deslocações. Actualmente turistas e moradores devem caminhar nos dois pequenos rios para ultrapassa-os. Seriam duas obras "tangíveis", pedidas e úteis pela população, realizadas pelo Parque.
Objectivos gerais	Facilitar a fruição dos caminhos da população local
Objectivo de longo prazo	Valorizar turisticamente o património cultural da Zona Tampão do PNOT
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Melhorar as condições para fruição do território pelo turismo de excursionismo</li> <li>⇒ Melhorar a ligação de São Nicolau e Bombaim com as outras aldeias e com a rede de transportes</li> <li>⇒ Consolidar as relações positivas entre Parque e população local</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Individuar potenciais parceiros e co-financiadores para a actividade</li> <li>b) Identificar os executores</li> <li>c) Executar as obras</li> <li>d) Verificar no terreno a qualidade das obras</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local
Potenciais parceiros na actividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ A actividade de hotelaria de Bombaim pode ser um possível <i>sponsor</i> para a realização do ponte naquela localidade.</li> <li>⇒ O Ministério das Infra-estruturas, Obras Públicas e Urbanismo é mais um potencial parceiro</li> <li>⇒ As comunidades locais podem fornecer a mão-de-obra necessária para as realizações.</li> </ul>
Resultados esperados	Duas pontes a pé realizadas nas localidades de São Nicolau e Bombaim
Indicadores de realização	Entrega das obras às comunidades (50% cada ponte)
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➡ Dificuldade em encontrar técnicos/empresas capacitados para a execução do trabalho</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, com possibilidade de ter fundos adicionais através de <i>sponsor</i> privados. No caso em que seja encontrado um financiador, ou co-financiador da actividade, o montante de orçamento não utilizado, será disponibilizado para o ano a seguir, ou para a execução duma outra realização de utilidade para a comunidade.
Montante financeiro previsto	A ser estabelecido pelo Plano de Gestão de 2012
Observações	<p>Tratando-se de pontes pedonais, não permitirão a passagem de carros e autocarros, portanto, não facilitarão a exploração ilegal madeireira.</p> <p>Em troca da construção das pontes, podem-se obter algumas acções e actuações "pró-ambiente" a ser assumidos por parte dos beneficiários.</p> <p>Relacionar esta actividade com a actividade EDU.02.</p>

### III.8 Desenvolvimento durável na Zona Tampão

Actividade	<b>Avaliação de viabilidade, elaboração e implementação dum plano de reflorestação produtiva com espécies florestais nativas e a nível comunitário</b>
Código	DES.01
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	<p>Quatro sítios no interior da Zona Tampão, locados em quatro diferentes Distritos, escolhidos de forma definitiva pelo estudo de viabilidade prévio.</p> <p>Baseando-se nas informações recolhidas e analisadas no âmbito da Consulta Pública, os autores aconselham para a implementação desta actividade, as seguintes comunidades/sujeitos:</p> <p>Distrito de Mé-Zochi → Água das Belas          Distrito de Caué → <i>Roçamundo Ecologic Park</i> (São João dos Angolares), em alternativa Dona Augusta, ou Ribeira Peixe          Distrito de Cantagalo → Claudino Faro          Distrito de Lobata → Praia das Conchas Roça          Distrito de Lembá → na altura da missão no terreno não havia dados suficientes sobre a deslocação das áreas florestais sob a gestão da DF neste Distrito para executar esta avaliação. É fundamental que entre os quatros sítios escolhidos para esta actividade, um deles fique no Distrito de Lembá</p>
Período de execução previsto	<p>2011 – execução do estudo de viabilidade e elaboração do plano de reflorestação</p> <p>2012-2014 – implementação do plano</p>
Nível de prioridade	Alto
Justificação	<p>A actual forma de aproveitamento dos recursos madeireiros na Zona Tampão do PNST é incompatível, no longo prazo, com a conservação deste recurso. Tomar medidas para limitar e se possível inverter as tendências actuais é um imperativo para o Parque. Apresenta-se um quadro da situação descrito pelo do Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal, que os autores do presente documento consideram perfeitamente coerente à realidade:</p> <p><i>“Apesar da existência de grandes áreas atribuídas à Direcção das Florestas para a sua gestão, estas encontram-se numa situação de abandono quase completo, sendo consideradas como terra de ninguém para aqueles que exploram os seus recursos. Actualmente estas áreas são objecto de explorações fraudulentas, nomeadamente de madeiras e de vinho de palma, mas também para o fabrico de carvão ou para a instalação de culturas agrícolas, sem qualquer retorno para a sociedade em geral e sem qualquer preocupação de utilização racional ou sustentável. As populações locais, conhecedoras desta realidade mas sem qualquer participação na gestão destas áreas, alheiam-se completamente de qualquer intervenção no sentido de impedir as acções de exploração abusiva ou destrutiva dos seus recursos, por não se sentirem envolvidas. A Direcção das florestas não possui os meios técnicos, financeiros e humanos necessários para assegurar por ela só a correcta gestão e fiscalização destas áreas. O investimento necessário para se conseguirem estas condições seria enorme e os seus resultados continuariam incertos. Julgamos que a única forma possível de conseguir uma correcta utilização e gestão destas áreas passará por uma forma de gestão conjunta entre a DF e as populações locais.”</i></p>

	<p>Como evidenciado pela análise do Plano de Manejo, ambas, reflorestação e envolvimento activo das comunidades na gestão deste recurso, parecem instrumentos indispensáveis para atingir os objectivos de conservação. Incluir a participação da população local na gestão dos recursos florestais deve garantir a sua utilização sustentável, assim como a distribuição mais equitativa dos benefícios daí resultantes.</p>
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Melhorar o estado de conservação dos recursos madeireiros do País</li> <li>⇒ Estabelecer um padrão eficiente para a implementação de projectos de gestão participativa dos recursos madeireiros em São Tomé</li> <li>⇒ Promover a gestão das florestas secundárias com a participação das populações locais</li> <li>⇒ Assegurar uma gestão racional e aumentar o potencial produtivo das florestas</li> <li>⇒ Contribuir para o aumento das receitas do Fundo de Fomento Florestal</li> <li>⇒ Promover a imagem do PNOT e melhorar a da DF perante as populações locais e promover estas instituições como agentes de desenvolvimento</li> <li>⇒ Rearborizar as zonas degradadas, sem coberto arbóreo</li> </ul>
Objectivo de longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Garantir a integridade dos ecossistemas do PNOT e os equilíbrios naturais na sua Zona Tampão</li> </ul>
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Aumentar a disponibilidade de madeira de construção para a população local em quatro sítios piloto</li> <li>⇒ Reduzir os abates ilegais de árvores e os seus impactos nos ecossistemas florestais</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definição e contratação do sujeito que executará o estudo de viabilidade e o plano de acção</li> <li>b) Estudo da situação corrente</li> <li>c) Identificação e selecção dos sítios caracterizados por comunidades com capacidade organizativa e de mobilização e por florestas secundárias com recursos exploráveis e de bom potencial produtivo</li> <li>d) Reuniões com as comunidades seleccionadas para confirmar a vontade do seu envolvimento</li> <li>e) Definição dos termos do contrato a estabelecer entre o PNOT/DF e as colectividades, com a consequente atribuição de direitos e responsabilidades</li> <li>f) Elaboração do projecto</li> <li>g) Implementação do projecto</li> </ul> <p>A estratégia geral desta actividade deve-se basear no fornecimento pelo PNOT e pela DF das bases técnicas, da coordenação e da supervisão das acções e as populações locais deveriam contribuir com o trabalho no terreno e a fiscalização. A contrapartida para ambas seria a repartição das receitas geradas.</p>
Responsável da actividade	<p>Sector de Conservação Sector de informação Ambiental e Desenvolvimento Local</p>
Potenciais parceiros na actividade	<p>DF, DGA, Programa ECOFAC, ONG de cooperação Internacional bilateral ou multilateral que já operam no território, Direcção da Reforma Fundiária, CARPE, Associações locais, Distritos através dos Adjuntos para o Ambiente.</p> <p>A reflorestação com essas essências florestais poderá ser realizada pelos agricultores e outros membros das comunidades envolvendo os jovens e com apoios do sector privado e do Estado.</p>
Resultados esperados	<p>Disponibilidade de madeira de construção para a população local aumentada em quatro sítios-piloto</p>

Indicadores de realização	Entrega do Plano antes do fim de 2011 (100% para 2011) A ser estabelecidos pelo plano de reflorestação
Fontes de verificação	A ser estabelecidas pelo plano de reflorestação
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O fraco contexto técnico e de motivação do pessoal das instituições nacionais dificulta o processo de capacitação da população local</li> <li>➤ Nível de instrução da população local extremamente baixo que dificulta o processo de capacitação</li> <li>➤ Alto poder de corrupção dos actores da indústria madeireira nacional</li> <li>➤ Antecedentes projectos de reflorestação faleceram devido aos repetidos incêndios (área de Praia das Conchas)</li> </ul>
Fontes de financiamento	Fundos adicionais da cooperação internacional.
Montante financeiro previsto	A ser definido pelo PdG de 2011 e sucessivos
Observações	<p>Alguns conselhos adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma percentagem das receitas deverá ser reservada ao reinvestimento na floresta</li> <li>- As receitas da colectividade deverão ser utilizadas para melhorar as suas condições de vida, nomeadamente pela recuperação ou construção de infra-estruturas colectivas</li> <li>- A título compensatório individual, cada participante da comunidade receberá uma quantidade de madeira proporcionada com o nível do seu envolvimento (ex. XX kg de madeira por dia de trabalho), que será ele a escolher se utilizar para o fins pessoais ou vende-la para trazer um pequeno rendimento</li> <li>- A produção de carvão deverá obrigatoriamente, ou pelo menos preferencialmente, estar associada às actividades de exploração de madeiras, de forma a proceder ao máximo aproveitamento do material lenhoso e a eliminar os restos de exploração. A autorização da produção de carvão não associada às actividades de exploração de madeiras, deverá ser concedida apenas em situações excepcionais, devidamente comprovadas e após análise pela DF.</li> <li>- Se for escolhida a área de Praia das Conchas (fortemente aconselhado), deveriam ser envolvidos nestas actividades primariamente os actuais carvoeiros</li> <li>- A reflorestação com espécies de crescimento rápido tais como Ocá (<i>Ceiba pentandra</i>), Pau impé (<i>Olea capensis</i>), Mussinica (<i>Prunus africana</i>), Cata grande (<i>Rauvolfia macrophylla</i>), Pau Sangue (<i>Harungana madagascariensis</i>), Muindo (<i>Bridelia micrantha</i>), Pau Cabra (<i>Tremna orientalis</i>), Pau Branco (<i>Tetrorchidium didymostemon</i>), Pau Maria (<i>Sapium ellipticum</i>), para as construções e para energia (carvão) poderá minimizar, a médio e longo prazo, a pressão sobre as espécies mais procuradas.</li> </ul>

Actividade	<b>Formação para um grupo de mulheres da associação de S. Carlos / S. José para a produção e comercialização de doçaria e compotas</b>
Código	DÊS.02
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	Comunidades de São Carlos e São José (Distrito de Mé-Zochi)
Periodo de execução previsto	2009-2010
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Foi avaliada como uma das actividades económico-produtivas mais viáveis entre as propostas pela população local no âmbito da Consulta Pública para o planeamento de 2008
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Melhorar o rendimento das actividades agrícolas</li> <li>⇒ Favorecer iniciativas de transformação de produções agrícolas</li> <li>⇒ Facilitar o acesso das mulheres a renditos próprios</li> </ul>
Objectivos de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sã gestão ambiental
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Facilitar o aproveitamento económico de uma actividade de baixo impacte ambiental (quase nulo) para um grupo de mulheres</li> <li>⇒ Aproximar o Parque à população</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definição e eventual contratação do sujeito que executará a formação sobre a preparação do produto e a cura da higiene do sítio de produção, que curará o formato do produto, que assegurará uma forma de abastecimento sustentável dos materiais de produção e assegurará também a ligação da Associação de produtores com a fileira de distribuição dos produtos</li> <li>b) Implementação da actividade no terreno</li> <li>c) Seguimento das actividades produtivas</li> <li>d) Entrega do relatório final de implementação da actividade pelo executor</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local, suportado pelo especialista do programa de micro-projectos para o desenvolvimento socioeconómico do Programa ECOFAC
Potenciais parceiros na actividade	ONG de cooperação internacional, ONG nacionais com experiência no sector (Roçamundo, Eco-Ossobô, etc.), Associações locais
Resultados esperados	Um grupo de mulheres capacitado para trazer rendimento de uma actividade produtiva de baixo impacte ambiental e inserido num pequeno sistema de comercialização dos seus produtos
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ 80% de formandas inscritas na formação que participam a mais de 80% dos encontros (50%)</li> <li>⊙ Receitas líquidas anuais da Associação beneficiária, relacionadas com as actividades produtivas consequentes a formação, superiores a três salários básicos anuais em São Tomé e Príncipe (50%)</li> </ul>
Fontes de verificação	Orçamento anual da Associação beneficiária
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➔ Incapacidade da Associação de gerir, no curto prazo, autonomamente a actividade produtiva</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG

Montante financeiro previsto	Para a actividade é previsto um custo de 100.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 15 dias de remuneração para o formador</li> <li>✓ 8 dias adicionais de remuneração para o executor da formação, relacionadas com o trabalho necessário para as outras tarefas indicadas nesta ficha (acções) (calculados ½ da remuneração da formação)</li> <li>✓ Reembolso para 20 deslocações do formador na comunidade</li> <li>✓ Custo dos materiais básicos necessários para a produção</li> <li>✓ Custo dos materiais para a confecção do produto no primeiro ano de actividade</li> <li>✓ Custos adicionais para as despesas menores e os imprevistos</li> </ul>
Observações	Aconselha-se fortemente a venda dos produtos no ponto de venda do PNOT em Bom Sucesso. A sede de Bom Sucesso deveria representar uma pequena e constante fonte certa de venda destes produtos. Note-se que, desta forma, esta actividade iria também fomentar as receitas do PNOT.

Actividade	<b>Formações na produção de mel de abelhas para algumas Associações locais</b>
Código	DÊS.03
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	Aconselha-se a execução de três ciclos de formação em três diferentes comunidades dos Distritos de Lembá, Lobata e Caué (um sítio cada Distrito). No caso haja a necessidade de diminuir o número de sítios onde implementar a formação, aconselha-se de assegurar a formação na ordem em que foram citados os Distritos. De facto, no contexto são-tomense as áreas mais idóneas para a apicultura são a de média-baixa altitude, com abundante vegetação natural e as menores precipitações. Na escolha dos sítios deve ser oferecida prioridade para as comunidades onde encontram-se as Associações organizadas de forma melhor e mais activas.
Período de execução previsto	2009-2010
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Uma das poucas formações executadas no passado pela cooperação internacional, no âmbito da implementação de novas actividades produtivas em contextos rurais, que teve um mínimo de sucesso, foi a para a produção de mel de abelha. Há um produtor formado que actualmente vive desta actividade. Sendo um só produtor, resulta insuficiente para as potencialidades do mercado nacional. Quer-se efectuar uma segunda tentativa, ampliando a base de produção e com essa as famílias que vivem desta actividade altamente eco-sustentável.
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Diversificar as fontes de rendimento e melhorar as condições de vida das populações locais</li> <li>⇒ Favorecer, na área rural, actividades produtivas relacionadas com a conservação dos ambientes naturais</li> </ul>
Objectivo delongos prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sã gestão ambiental
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Facilitar o aproveitamento económico de uma actividade de impacte ambiental nulo, ainda pouco difundida no País e cujo mercado tem ainda possibilidades de expansão.</li> <li>⇒ Diminuir a pressão de exploração destrutiva das colónias de abelhas selvagens</li> <li>⇒ Aproximar o Parque à população</li> </ul>

Acções	a) Definição e eventual contratação do sujeito que executará a formação sobre a preparação do produto e a cura da higiene do sítio de produção, que curará o formato para a venda, que assegurará uma forma de abastecimento sustentável dos materiais de produção e assegurará também a ligação da Associação de produtores com a fileira de distribuição dos produtos b) Implementação da actividade no terreno c) Seguimento das actividades produtivas d) Entrega do relatório final de actividade pelo executor
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local, suportado pelo especialista do programa de micro-projectos para o desenvolvimento socioeconómico do Programa ECOFAC
Potenciais parceiros na actividade	Produtores de mel de abelhas a nível nacional, ONG de cooperação internacional, ONG nacionais, Associações locais
Resultados esperados	Um pequeno grupo de produtores de mel de abelha capacitado para trazer rendimento de uma actividade produtiva de impacte ambiental nulo e inserido num pequeno sistema de comercialização dos seus produtos
Indicadores de realização	☉ 80% de formandos inscritos na formação que participam a mais de 80% dos encontros (50%) ☉ Pelo menos 20% de formados que recebem um rendimento económico desta actividade depois de dois anos do fim da formação (50%)
Fontes de verificação	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório final de implementação da actividade <input checked="" type="checkbox"/> Relatório anual de actividade do PNOT
Riscos e hipóteses	➡ Incapacidade da Associação de gerir, no curto prazo, autonomamente esta actividade produtiva
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Para a actividade é previsto um custo de 165.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente: <input checked="" type="checkbox"/> 36 dias de remuneração para o formador (12 cada grupo de formandos). <input checked="" type="checkbox"/> 12 dias adicionais de remuneração para o executor da formação, relacionadas com o trabalho necessário para as outras tarefas indicadas nesta ficha (acções) (calculados ½ da remuneração de formação) <input checked="" type="checkbox"/> Reembolso para 42 deslocações do formador nas comunidades <input checked="" type="checkbox"/> Custo dos materiais necessários para a produção de 3 pequenos grupos de produção <input checked="" type="checkbox"/> Custo dos materiais para a confecção do produto no primeiro ano de actividade para 3 pequenos grupos de produção <input checked="" type="checkbox"/> Custos adicionais para as despesas menores e os imprevistos
Observações	Aconselha-se a venda do mel no ponto de venda do PNOT em Bom Sucesso. A sede de Bom Sucesso deveria representar uma pequena e constante fonte certa de venda para os produtores. Note-se que, desta forma, esta actividade iria também a fomentar de forma directa, ou indirecta, as receitas do PNOT.

Actividade	<b>Candidatura do PNOT (potencialmente toda a ilha de São Tomé) para o Programa MAB (“Man and Biosphere”) da UNESCO</b>
Código	DÉS.04
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Período de execução previsto	2011-2013
Nível de prioridade	Médio
Justificação	A riqueza do território do Parque em termos de recursos naturais, o envolvimento de diferentes ecossistemas na mesma área protegida, a história de inter-relação entre homens e natureza na ilha de São Tomé, legitimam esta candidatura. A inclusão do PNOT (ou de toda a Ilha de São Tomé, se avaliado compatível com os critérios de selecção do Programa) no Programa MAB, iria a dar um reforço à capacidade de atracção turística do sítio e proporcionaria novas oportunidades de financiamento internacional para a sua conservação.
Objectivos gerais /longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Conservar a diversidade natural e cultural presente no território</li> <li>⇒ Constituir um sítio privilegiado para a experimentação de técnicas de conservação e para e o desenvolvimento durável</li> <li>⇒ Constituir um lugar privilegiado para a pesquisa, o controlo contínuo do território, para a educação ambiental e a formação de quadros</li> <li>⇒ Integrar as actividades de conservação num contexto regional e internacional</li> </ul>
Objectivo específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Obter a classificação do PNOT e da sua Zona Tampão como Reserva da Biosfera e, conseqüentemente, a sua inclusão na rede de reservas MAB a nível mundial e africano (AFRIMAB)</li> <li>⇒ Aumentar a visibilidade internacional do PNOT e, conseqüentemente, as suas capacidades atractivas em termos turísticos</li> <li>⇒ Facilitar a mobilização de recursos para a conservação</li> </ul>
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) contratação do consultor internacional, especialista em áreas protegidas, que elaborará o dossier de candidatura</li> <li>b) realização do dossier</li> <li>c) constituição do Concílio Nacional do MAB</li> <li>d) apresentação da candidatura à UNESCO pelas autoridades competentes</li> <li>e) seguimento do processo de selecção</li> </ul>
Responsável da actividade	Director de Conservação da DGA
Potenciais parceiros na actividade	DGA, Conselho Nacional do MAB (depois da sua instituição), Programa ECOFAC, Direcção do Turismo e Hotelaria
Resultados esperados	PNOT e sua Zona Tampão (em alternativa a ilha de São Tomé) classificados como Reserva da Biosfera pela UNESCO
Indicadores de realização	Inclusão do PNOT na lista oficial de Reservas da Biosfera antes do fim de 2013
Fontes de verificação	Lista oficial de Reservas da Biosfera da UNESCO
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atrasos na completção do processo de candidatura</li> <li>➤ Recusa da candidatura pela UNESCO</li> </ul>
Fontes de financiamento	Fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	<p>Para a actividade é previsto um custo de 246.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 16 dias de remuneração para o consultor internacional</li> <li>✓ 16 dias <i>per diem</i> para o consultor internacional</li> <li>✓ Viagem aérea de ida e volta do consultor internacional para São Tomé e Príncipe</li> </ul> <p>Os outros custos da actividade são incluídos nas despesas básicas de gestão previstas pelo orçamento anual.</p>

Actividade	Definição e segurança na posse da terra
Código	DÊS.05
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	Zona Tampão
Período de execução previsto	2009-2014
Nível de prioridade	Alto
Justificação	<p>A segurança fundiária é um aspecto muito relevante na sociedade santomense, sobretudo nos meios rurais. Em bastantes lugares existe um quadro potencialmente conflituoso, decorrente de situações como (APOFA/GTZ, 1998):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ ocupação de terras abandonadas,</li> <li>✓ terras atribuídas pouco produtivas ou de elevados declives,</li> <li>✓ beneficiários não residentes ou que não trabalham as terras,</li> <li>✓ agentes de exploração das terras sem título de propriedade,</li> <li>✓ terrenos comunitários sem organização da exploração.</li> </ul>
Objectivos gerais /longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sana gestão ambiental
Objectivo específico	<p>⇒ Informar e capacitar os agricultores de conceitos de gestão do terreno e práticas de cultura que permitam uma manutenção da fertilidade a longo prazo, a ausência de erosão, e a manutenção de um coberto arbóreo</p> <p>⇒ Evitar a extensão das culturas para os domínios do Parque</p> <p>⇒ Evitar a ocupação ou valorização de terrenos inadequados devido a inclinações muito fortes</p>
Acções	A definir em sede do Conselho de Gestão e Coordenação interinstitucional
Responsável da actividade	Director do PNOT
Potenciais parceiros na actividade	Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente, Câmaras Distritais
Resultados esperados	<p>Ordenamento da actividade agrícola e florestal</p> <p>Contenção da ocupação de solos inadequados para a agricultura</p> <p>Legalização dos actuais agentes de exploração dos terrenos</p> <p>Reconhecimento da interdição de agricultura nos domínios do PNOT</p>
Indicadores de realização	N/A
Fontes de verificação	N/A
Riscos e hipóteses	➡ Ausência de tradição de ordenamento de espaços e de actividades no País
Fontes de financiamento	N/A
Montante financeiro previsto	N/A
Observações	Actividade de iniciativa política, mas de extrema relevância para o sucesso dos objectivos de desenvolvimento sustentável da Zona Tampão e da Missão do PNOT

Actividade	<b>Elaboração e implementação dum plano de abastecimento hídrico e de saneamento higio-sanitário</b>
Código	DÊS.06
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	Zona Tampão
Período de execução previsto	2009 – elaboração do plano 2010 – implementação da componente higio-sanitária do plano 2011 – implementação da componente de abastecimento hídrico do plano
Nível de prioridade	Alto
Justificação	As aldeias e as velhas dependências no interior da Zona Tampão encontram-se em condições de degrado acentuadas. Uma intervenção do Parque para melhorar a situação pelo menos em termos de condições higio-sanitárias e de abastecimento de água para os usos domésticos parece possível e necessária.
Objectivos gerais	⇒ Melhorar as condições básicas de vida das populações locais ⇒ Diminuir a incidência de doenças provocadas pelas escassas condições higiénicas das aldeias ⇒ Diminuir a contaminação da água potável por agentes de patogenias
Objectivo de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sã gestão ambiental
Objectivo específico	Obter uma visão completa das condições de abastecimento hídrico e de saneamento higio-sanitário nos assentamentos da Zona Tampão. O documento deverá ser fortemente operacional, delineando, sítio por sítio, as etapas que deverão ser cumpridas, desenvolvendo acções no terreno para mitigar as problemáticas evidenciadas.
Acções	a) Definição e eventual contratação do especialista que preparará o plano b) Implementação da actividade no terreno c) Entrega do documento de plano pelo encarregado d) Definição e eventual contratação do/s sujeito/s que implementarão os planos e) Desenvolvimento das intervenções no terreno f) Entrega do relatório final de implementação da actividade g) Visitas de controlo no terreno por parte do staff do PNST
Responsável da actividade	O Director do PNST, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada o trabalho de planeamento a um, ou dois técnicos especialistas (ex. um Eng. Hidráulico) e a execução das obras a uma empresa, ou uma ONG, ou a um outro sujeito competente. O Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local será encarregado para o seguimento da actividade.
Potenciais parceiros na actividade	Ministério das Infra-estruturas, das Obras Públicas e Urbanismo, ONG de cooperação internacional com experiência no sector (ex. Alisei), Câmaras Distritais, Projecto Saúde para todos, Associações locais
Resultados esperados	<input checked="" type="checkbox"/> Um plano de abastecimento hídrico e de saneamento higio-sanitário das aldeias da Zona Tampão. <input checked="" type="checkbox"/> Um conjunto de obras para a mitigação das carências estruturais nos âmbitos referidos.
Indicadores de realização	⊙ Entrega do documento de plano à Direcção do PNST antes do fim de 2009 (100% para 2009) ⊙ Variação de -50% de comunidades que identificam carências no sistema de abastecimento de água para uso doméstico no

	<p>interior da Zona Tampão (100% para 2011)</p> <p>⊙ Variação de -50% de comunidades que lamentam carências a nível de condições higio-sanitárias nos assentamentos da Zona Tampão (100% para 2010)</p>
Fontes de verificação	<p><input checked="" type="checkbox"/> Relatório de actividade anual do PNST</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Documento de plano pelo especialista</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Relatório final de execução das obras</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Verifica total no terreno da qualidade das obras executadas pelo staff do PNST</p>
Riscos e hipóteses	<p>➔ Impossibilidade de encontrar técnicos qualificados e disponíveis para executar o trabalho a nível nacional</p> <p>➔ Dificuldades para executar as deslocações do técnico em todos os sítios</p> <p>➔ Baixa qualidade das obras realizadas</p>
Fontes de financiamento	<p>O orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional. Neste sentido aconselha-se fortemente o Director do PNST, a sua equipa, as Instituições de referência nacionais (DGA, DF, etc.) e de apoio institucional internacionais (Programa ECOFAC, etc.) de empenhar-se já a partir de 2009 para encontrar outros financiadores no âmbito da cooperação internacional, que disponibilizem os recursos técnicos e financeiros, para que o plano elaborado seja plenamente implementado.</p>
Montante financeiro previsto	<p>Os custos da acção a) são incluídos nas despesas básicas de gestão previstas pelo orçamento anual.</p> <p>Para a implementação da acção b) e c) da actividade é previsto um custo de 50.000.000 STD (1€=20.000STD) que inclui, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 25 dias de remuneração para o consultor nacional</li> <li>✓ 25 dias de <i>per diem</i> para o consultor nacional</li> <li>✓ Custos adicionais para as despesas menores e os imprevistos</li> </ul> <p>As deslocações no terreno do consultor serão asseguradas para o veículo 4x4 em dotação ao PNST.</p> <p>Os custos das acções d) e) f) e g) serão estabelecidos pelo documento produzido.</p>
Observações	<p>No documento de plano, as obras deverão ter uma indicação de prioridade recíproca que será utilizada como referência na implementação do plano em caso de insuficiência de recursos para implementar todo o programa do plano.</p>

Actividade	<b>Construção de latrinas familiares</b>
Código	DÊS.07
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	Zona Tampão. Coordenar esta actividade com as indicações do plano de abastecimento hídrico e de saneamento higio-sanitário realizado no âmbito da actividade anterior
Período de execução previsto	2011
Nível de prioridade	Medio
Justificação	As aldeias e as velhas dependências no interior da Zona Tampão encontram-se em condições de degradação acentuadas. A construção de latrinas familiares foi individualizada na análise da Consulta Publica como uma das intervenções prioritárias neste âmbito.
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Melhorar as condições básicas de vida das populações locais</li> <li>⇒ Diminuir a incidência de doenças provocadas pelas escassas condições higiénicas das aldeias</li> <li>⇒ Diminuir a contaminação da água potável por agentes patogénicos</li> </ul>
Objectivo longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sã gestão ambiental
Objectivo específico	Realização de pequenas obras de mitigação das problemáticas higio-sanitárias das aldeias
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definição e contratação do sujeito que executará as obras</li> <li>b) Realização no terreno das intervenções</li> <li>c) Entrega do relatório final de implementação da actividade</li> <li>d) Visitas de controlo no terreno por parte do staff do PNST</li> </ul>
Responsável da actividade	Director do PNST, Conselho de Gestão, por contratualização com uma empresa ou ONG. O Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local será encarregado para o seguimento da actividade.
Potenciais parceiros na actividade	ONG de cooperação internacional com experiência no sector (ex. Alisei), Câmaras Distritais, Projecto Saúde para todos, Associações locais
Resultados esperados	Um conjunto de obras para a mitigação das carências estruturais nos âmbitos referidos
Indicadores de realização	Pelo menos 50 latrinas familiares correctamente instaladas
Fontes de verificação	Relatório de actividade anual do PNST
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Baixa qualidade das obras realizadas</li> <li>➤ Destruição das latrinas, ou reciclagem dos materiais de construção para outros fins</li> <li>➤ A população não utiliza as latrinas, ou modifica o seu destino de uso</li> </ul>
Fontes de financiamento	O orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional.
Montante financeiro previsto	A ser definido pelo PdG de 2011

Actividade	<b>Campanha de informação para os produtores, sobre as potencialidades dos produtos e os nichos de mercado (cacao e café biológicos, mercado “justo e equitativo”)</b>
Código	DÉS.08
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	Zona Tampão
Período de execução previsto	2012-13
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Muitos produtores desconhecem as potencialidades de rendimentos adicionais permitidos das produções de elevada qualidade, ou de valorização do conteúdo social.
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Melhorar o rendimento das actividades agrícolas</li> <li>⇒ Defender os ecossistemas naturais e a qualidade dos ecossistemas agrários através da difusão de práticas agronómicas mais sustentáveis</li> <li>⇒ Melhorar a qualidade dos produtos a benefício da saúde dos consumidores</li> </ul>
Objectivo de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sana gestão ambiental
Objectivo específico	Aumentar o número de produtores inseridos nos sistemas de produção biológicos, ou inseridos no contexto do mercado “justo e equitativo”.
Acções	Contactar e envolver as ONG nacionais e internacionais, que trabalham neste sector desde anos e planear com elas uma campanha de publicitação das oportunidades de rendimentos acrescentados relacionadas com os mercados para produtos de qualidade superior.
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local
Potenciais parceiros na actividade	ONG nacionais com experiência no sector, ONG conservacionistas a nível nacional, Associações de comércio “justo e equitativo” e/ou especializadas no comércio de produtos biológico a nível internacional, CATAP, Câmara de Comércio, Associações locais de produtores
Resultados esperados	Número de produtores afiliados à fileira de distribuição de produtos biológicos, ou de comercialização de produtos no mercado “justo e equitativo” acrescentado.
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ Aumento de 30% do número de agricultores residentes no interior da Zona Tampão, que estão filiados nas organizações de comercialização de produtos biológicos (50%)</li> <li>⊙ Aumento de 20% do número de produtores residentes no interior da Zona Tampão, que são afiliados às organizações de comercialização no contexto do mercado “justo e equitativo” (50%)</li> </ul>
Fontes de verificação	Relatórios anuais de análise da situação das organizações de referência em 2011 e 2013
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Escassa atitude dos agricultores em investir na qualidade dos produtos, em vez que no aumento da produção</li> <li>➤ Dificuldade dos agricultores com baixo nível de formação de apropriar-se e implementar novas técnicas de cultivo</li> <li>➤ Saturação do mercado de saída destes produtos</li> <li>➤ As crises económicas internacionais reduzem a pergunta no mercado destes bens a custo mediamente mais alto</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG. A maior parte dos custos da campanha serão cobertos para os fundos correntes das ONG envolvidas na actividade.
Montante financeiro previsto	A ser definido pelos PdG de 2012 e 2013

Actividade	<b>Candidatura do PNOT como Sítio Património da Humanidade (“World Heritage Site”) da UNESCO</b>
Código	DÊS.09
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Período de execução previsto	2013-2014
Nível de prioridade	Médio
Justificação	O valor patrimonial do PNOT, nomeadamente a sua riqueza de endemismos e representatividade dos seus ecossistemas justifica claramente esta classificação
Objectivos gerais /longo prazo	⇒ Integrar as actividades de conservação num contexto regional e internacional
Objectivo específico	⇒ Obter a classificação do PNOT e da sua Zona Tampão como Sítio Património da Humanidade pela UNESCO ⇒ Aumentar a visibilidade internacional do PNOT e, conseqüentemente, as suas capacidades atractivas em termos turísticos ⇒ Facilitar a mobilização de recursos para a sua conservação
Acções	a) definição do responsável, nacional ou internacional, que será encarregado para a preparação do dossier de candidatura b) realização do dossier c) implementação das etapas do processo de candidatura d) seguimento do processo de selecção
Responsável da actividade	Director de Conservação da DGA
Potenciais parceiros na actividade	DGA, Programa ECOFAC, Direcção do Turismo e Hotelaria
Resultados esperados	O PNOT classificado como Sítio Património da Humanidade pela UNESCO
Indicadores de realização	Inclusão do PNOT na lista oficial dos Sítios Património da Humanidade da UNESCO
Fontes de verificação	Lista oficial dos Sítios Património da Humanidade da UNESCO
Riscos e hipóteses	➤ Candidatura para o programa <i>World Heritages</i> não aceite ➤ Candidatura não aceite a nível nacional como acção relevante para o período em curso
Fontes de financiamento	Fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	A ser estabelecido pelo Plano de Gestão de 2013 e 2014
Observações	Esta actividade deve-se considerar sequencial à candidatura para Reserva da Biosfera. Se esta não tivesse bom hesito, aconselha-se de não proceder com a candidatura para o Programa <i>World Heritages</i>

Actividade	<b>Formações para artesanato</b>
Código	DÊS.10
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	<p>Aconselha-se dar prioridade às comunidades eventualmente envolvidas na actividade TUR.05.</p> <p>Se a actividade TUR.05 não for implementada, aconselha-se escolher duas comunidades, em dois diferentes Distritos, entre as seguintes (em ordem alfabético):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bombaim (Mé-Zochi)</li> <li>• Malanza (Caué)</li> <li>• Monte Café (Mê-Zochi)</li> <li>• Morro Peixe (Lobata)</li> <li>• Nova Moca (Mê-Zochi)</li> <li>• Porto Alegre (Caué)</li> <li>• Ribeira Peixe (Caué)</li> <li>• Santa Catarina (Lembá)</li> </ul> <p>Estas caracterizam-se por uma presença maior de turistas e de meios de transporte.</p> <p>Na escolha dos sítios deve ser oferecida prioridade para as comunidades onde encontram-se as Associações organizadas de forma melhor, ou mais activas.</p> <p>Dar a prioridade aos candidatos com menos de 35 anos de idade.</p>
Período de execução previsto	2012
Nível de prioridade	<p>Médio no caso em que sejam implementadas as actividades anteriores.</p> <p>Baixo no caso em que não sejam implementadas aquelas actividades.</p>
Justificação	Foi avaliada como uma das actividades económico-produtivas mais viáveis entre as propostas pela população local no âmbito da Consulta Pública de 2008
Objectivos gerais	<p>⇒ Diversificar as fontes de rendimento e melhorar as condições de vida das populações locais</p> <p>⇒ Valorizar a transformação dos produtos locais de qualidade</p>
Objectivo de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sana gestão ambiental
Objectivo específico	<p>⇒ Facilitar o aproveitamento económico de uma actividade de baixo impacte ambiental em duas comunidades</p> <p>⇒ Aproximar o Parque à população</p>
Acções	<p>a) Definição e eventual contratação do sujeito que executará a formação, que assegurará uma forma de abastecimento sustentável dos materiais utilizados e assegurará também a ligação da Associação de produtores com a fileira de distribuição dos produtos</p> <p>b) Implementação da formação e da actividade no terreno</p> <p>c) Entrega do relatório final da actividade pelo executor</p>
Responsável da actividade	<p>Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local.</p> <p>O Director do PNOST, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada o trabalho a uma associação, ou um técnico especialista.</p>
Potenciais parceiros na actividade	<p>ONG nacionais com experiência no sector, nomeadamente: Roçamundo, Eco-Ossobô, Escola Profissional de Budo Budo, Neo Bamboo, Pica Pau, etc.</p> <p>Comunidades locais com tradição de produção no sector (Os Fidos, Os Duros).</p> <p>Associações locais, ONG de cooperação internacional, Direcção</p>

	do Turismo e Hotelaria.
Resultados esperados	Um grupo de jovem artesanos capacitados para trazer rendimento de uma actividade de baixo impacte ambiental e inserido num pequeno sistema de comercialização das suas realizações
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ 80% de formandos inscritos na formação que participam a mais de 80% dos encontros (50%)</li> <li>⊙ Pelo menos 20% de formados que recebem um rendimento económico desta actividade depois de dois anos do fim da formação (50%)</li> </ul>
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>☑ Relatório final de implementação da actividade</li> <li>☑ Relatório anual de actividade do PNOT de 2011</li> </ul>
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Incapacidade das Associações e dos indivíduos de gerir, no curto prazo, esta actividade de forma autónoma</li> <li>➤ Dificuldade no encontrar mercado para os produtos</li> <li>➤ Diminuição do turismo devido às crises económicas de escala internacional</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	A ser definido pelo PdG de 2012
Observações	Aconselha-se fortemente de concentrar a formação para a realização de produtos actualmente ausentes do mercado do artesanato de São Tomé, e de focaliza-la para produções de elevado conteúdo em termos ambientais (ex. obras com materiais reciclados, obras com pau-esteira cultivado, etc.). Neste sentido aconselha-se de tomar contacto com projectos internacionais de desenvolvimento em África que implementaram com sucesso acções desta tipologia (ex. Projecto UNDP-GEF "Áreas Protegidas" em Cabo Verde, Parques do RAPAC, etc.)

Actividade	<b>Construção de pocilgas colectivas comuns às comunidades de Ribeira Peixe e Santa Clotilde</b>
Código	DÊS.11
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	Comunidades de Ribeira Peixe e Santa Clotilde
Periodo de execução previsto	2013
Nível de prioridade	Baixa
Justificação	As duas comunidades não conseguem gerir a degradação das condições de saneamento das aldeias e os contínuos roubos de animais criados devidos à ausência de estruturas idóneas para a criação de animais
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Melhorar as condições básicas de vida das populações locais</li> <li>⇒ Diminuir o número de roubos de animais criados</li> <li>⇒ Acrescentar os rendimentos relacionados com a criação animal</li> </ul>
Objectivos de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sã gestão ambiental
Objectivo específico	Ordenar a situação da criação familiar através a construção de pequenas estruturas que facilitem esta possibilidade e melhorem a qualidade da sua implementação. A partir destas obras de infraestruturização de gestão colectiva, será possível o estabelecimento no seu perímetro de pocilgas privadas por habitantes destas localidades.
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definição e contratação do sujeito que executará as obras</li> <li>b) Realização no terreno das intervenções</li> <li>c) Entrega do relatório final de implementação da actividade</li> <li>d) Visitas de controlo no terreno por parte do staff do PNST</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de informação Ambiental e Desenvolvimento Local. O Director do PNST, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada a execução das obras a uma empresa, ou uma ONG, ou a um outro sujeito idóneo.
Potenciais parceiros na actividade	ONG de cooperação internacional com experiência no sector, Projecto Saúde para todos, Associações locais
Resultados esperados / indicadores de realização	<p>Duas comunidades que possuem uma estrutura para criar de forma racional os seus animais antes do fim de 2013 (50% cada construção).</p> <p>Redução muito significativa dos impactes negativos destas explorações sobre o meio ambiente.</p>
Fontes de verificação	Relatório anual de actividade do PNST
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Baixa qualidade das obras realizadas</li> <li>➤ Destruição das pocilgas, ou reciclagem dos materiais de construção para outros fins</li> <li>➤ A população não utiliza as pocilgas, ou modifica o seu destino de uso</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional
Montante financeiro previsto	A ser definido pelo PdG de 2013

Actividade	<b>Execução duma formação para a preparação e venda de produtos florais</b>
Código	DÊS.12
Programa de intervenção	Desenvolvimento durável na Zona Tampão
Localização	Duas comunidades do Distrito de Mé-Zochi (aconselha-se Monte Café, mais uma outra comunidade)
Período de execução previsto	2014
Nível de prioridade	Médio
Justificação	São Tomé possui um pequeno mercado interno de flores. Os turistas também podem ser interessados nalguns produtos florais.
Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Diversificar as fontes de rendimento e melhorar as condições de vida das populações locais</li> <li>⇒ Favorecer rendimentos relacionados às actividades de baixo impacte ambiental</li> <li>⇒ Valorizar as espécies ornamentais</li> </ul>
Objectivo de longo prazo	Promover um processo de desenvolvimento local num contexto duma sã gestão ambiental
Objectivo específico	Facilitar o aproveitamento económico de uma actividade de baixo impacte ambiental em duas comunidades piloto
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definição e contratação do sujeito que executará a formação e o trabalho de ligação dos formados com a fileira de distribuição dos produtos</li> <li>b) Implementação da formação</li> <li>c) Seguimento das actividades produtivas</li> <li>d) Entrega do relatório final da actividade pelo contratado</li> </ul>
Responsável da actividade	Sector de Informação Ambiental e Desenvolvimento Local. O Director do PNST, de acordo com as instituições competentes, adjudica através de uma empreitada o trabalho a uma associação, ou um técnico especialista.
Potenciais parceiros na actividade	Associação Monte Pico e outras ONG conservacionistas, ONG de cooperação internacional, Aliança francesa, CIAT, Associações locais
Resultados esperados	Um grupo de pessoas das comunidades, formados e capacitados para a realizar produtos florealis e inseridos na fileira de distribuição
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊙ 80% de formandos inscritos participam em mais de 80% dos encontros (50%)</li> <li>⊙ 30% de formandos recebem um rendimento económico desta actividade depois de um ano do fim da formação (50%)</li> </ul>
Fontes de verificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>☑ Relatório final de implementação da actividade</li> <li>☑ Relatório anual de actividade de 2013</li> </ul>
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➡ Dificuldade para encontrar um formador de bom nível profissional em âmbito nacional</li> <li>➡ Dificuldade no inserir os novos produtores na fileira de distribuição do produto para a sua comercialização</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG, fundos adicionais da cooperação internacional.
Montante financeiro previsto	A ser definido pelo PdG de 2014

### III.9 Seguimento, avaliação e planeamento

Actividade	<b>Implementação dum sistema básico de monitorização das actividades de gestão</b>
Código	SAP.01
Programa de intervenção	Seguimento, avaliação e planeamento
Localização	N/A
Período de execução previsto	2009-2014
Nível de prioridade	Alto
Justificação	É preciso que os responsáveis do PNOST e das Instituições Nacionais de referência tenham a possibilidade de avaliar periodicamente se as escolhas de planeamento e a implementação das acções de gestão estão a produzir os efeitos/resultados esperados.
Objectivo específico	Optimizar a eficiência do processo de planeamento-gestão
Acções	Incluir no relatório anual de actividade do PNOST, uma secção em que são recolhidos, ilustrados, analisados e justificados os dados inerentes os indicadores de realização das actividades previstas pelo PdG do ano de referência.
Responsável da actividade	Director do PNOST, em alternativa um funcionário externo ao PNOST, encarregado pela DGA
Potenciais parceiros na actividade	Todos os sujeitos envolvidos na implementação das actividades previstas pelo PdG
Resultados esperados	Uma "fotografia" periódica (anual) do nível de progresso das actividades previstas pelos PdG anuais
Indicadores de realização	<p>A actividade será considerada realizada em caso de definição e avaliação completa de 80% dos indicadores de realização previstos para o ano considerado, sem considerar o resultado positivo ou negativo de cada indicador.</p> <p>Quanto ao nível de implementação do PdG, em cada ano será avaliado da forma seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <u>Ótimo</u> - No caso em que sejam verificados positivamente 80% dos indicadores de realização das actividades previstas;</li> <li>➤ <u>Bom</u> - No caso em que sejam verificados positivamente 80% dos indicadores das actividades previstas com prioridade "alta" e 50% dos outros indicadores de realização das actividades previstas;</li> <li>➤ <u>Suficiente</u> - No caso em que sejam verificados positivamente 66% dos indicadores das actividades previstas com prioridade "alta" e 50% dos indicadores das actividades previstas com prioridade "media"</li> <li>➤ <u>Insuficiente</u> - No caso em que sejam verificados positivamente 50% dos indicadores das actividades previstas com prioridade "alta"</li> <li>➤ <u>Gravemente insuficiente</u> - No caso em que não sejam verificados positivamente pelo menos 50% dos indicadores das actividades com prioridade "alta"</li> </ul>
Fontes de verificação	Relatório anual de actividades do PNOST
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Subavaliação da importância do sistema de avaliação pela Direcção do PNOST e para as Instituições competentes</li> <li>➤ Escassa tradição na implementação de sistemas de avaliação dos resultados na administração pública são-tomense</li> </ul>
Fontes de financiamento	Orçamento de implementação do PdG
Montante financeiro previsto	Custo da actividade incluído nas despesas básicas de gestão

Actividade	<b>Preparação anual do Plano de Gestão</b>
Código	SAP.02
Programa de intervenção	Seguimento, avaliação e planeamento
Localização	N/A
Período de execução previsto	2009-2014 A última reunião do Conselho de Gestão em cada ano deverá aprovar o Plano de Gestão para o ano seguinte.
Nível de prioridade	Alto
Justificação	A aplicação da Missão, Objectivos gerais e específicos do Plano de Manejo processa-se através dos Planos de Gestão anuais, também previstos na legislação
Objectivos gerais/ longo prazo	N/A
Objectivo específico	N/A
Acções	Elaboração do Plano de Gestão anual do PNOST
Responsável da actividade	Director do PNOST, em colaboração com os diferentes Sectores e consultando o Conselho de Gestão
Potenciais parceiros na actividade	Conselho de Gestão, Adjuntos distritais para o Ambiente, ONG
Resultados esperados	Elaboração do Plano de Gestão para o ano seguinte, antes do fim do ano em curso.
Indicadores de realização	Plano de Gestão elaborado sob coordenação do Director do PNOST e aprovado pelo Conselho de Gestão, antes do final do ano em curso.
Fontes de verificação	Plano de Gestão apto a vigorar antes do fim do ano anterior a o da sua vigência
Riscos e hipóteses	N/A
Fontes de financiamento	Se houver recurso a consultorias externas, estas deverão ter provisão orçamental no ano em curso ou assegurar financiamentos prévios de parcerias e apoios externos
Montante financeiro previsto	N/A
Observações	Até 2014, vigência do actual Plano de Manejo, os Planos de Gestão beneficiam das linhas estratégicas e orientadoras conferidas pelo presente Plano de Gestão

Actividade	<b>Revisão quinzenal do Plano de Manejo</b>
Código	SAP.03
Programa de intervenção	Seguimento, avaliação e planeamento
Localização	N/A
Período de execução previsto	2014
Nível de prioridade	Médio
Justificação	Os Planos de Manejo devem ser revistos a cada 5 anos
Objectivos gerais	Preparar o próximo Plano de Manejo, que deverá abarcar o período 2015-2019
Objectivo específico	Iniciar a monitorização e acompanhamento da implementação do actual Plano de Manejo, de modo a obter em 2014 um relatório da sua aplicação com fiabilidade e relevância para a formatação das opções a tomar no futuro Plano de Manejo
Acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Sistematização dos Relatórios de Actividades gerais e dos Sectores</li> <li>b) Sistematização da recolha e tratamento da informação, bases de dados e SIG do PNST</li> <li>c) Acompanhamento regular e verificação da implementação do Plano de Manejo actual e seus Planos de Gestão</li> </ul>
Responsável da actividade	Director de Conservação da DGA, Director do PNST
Potenciais parceiros na actividade	Todos os parceiros sociais e institucionais
Resultados esperados	O futuro Plano de Manejo será elaborado dentro do prazo e constituirá um processo não complexo de zonamento, ordenamento de actividades e regulamentação associada.
Indicadores de realização	O próximo Plano de Manejo abrangerá o período 2015-2019, entrando em vigor em Janeiro de 2015
Fontes de verificação	Publicação do Plano de Manejo 2015-2019
Riscos e hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O horizonte temporal, ainda afastado, pode fazer baixar a prioridade que deve ser dada a este processo.</li> <li>➤ A experiência da aplicação do actual Plano de Manejo, as dificuldades e constrangimentos da sua aplicação podem determinar a extensão da sua vigência para lá de 2014.</li> </ul>
Fontes de financiamento	N/A
Montante financeiro previsto	N/A

## IV PLANO DE TRABALHO

### IV.1 Plano de Trabalho Quinquenal\* (proposta)

\* Cincos anos e meio (Junho 2009 – Dezembro 2014)

Código	Programa de intervenção	Actividade	Prioridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014
SPC.01	Sistema de patrulhamento e controle	Patrulhas regulares de fiscalização e monitorização	Alta						
SPC.02	Sistema de patrulhamento e controle	Patrulhas alargadas de fiscalização e monitorização	Alta						
CII.01	Coordenação inter-institucional	Preparação, aprovação e implementação dum Protocolo de Entendimento entre o Parque e as Administrações locais	Media						
CII.02	Coordenação inter-institucional	Seguimento do processo de instituição e consequente capacitação dos "Adjuntos para o Ambiente"	Media						
CII.03	Coordenação inter-institucional	Reuniões semestrais de coordenação, a nível nacional, das Instituições que desenvolvem um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente	Media						
CII.04	Coordenação inter-institucional	Reuniões semestrais de coordenação, a nível de cada Distrito, das Instituições que desenvolvem, um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente	Alta						
CII.05	Coordenação inter-institucional	Reunião anual de coordenação com os representantes do Ministério das Infra-estruturas, das Obras Públicas e Urbanismo	Baixa						
CON.01	Conservação dos habitats e das espécies	Marcação dos pontos de acesso ao PNOT	Alta						
CON.02	Conservação dos habitats e das espécies	Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Cinchona ledgeriana</i> e <i>C. pubescens</i>	Alta						

Código	Programa de intervenção	Actividade	Prioridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CON.03	Conservação dos habitats e das espécies	Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Elaeis guineensis</i>	Media						
CON.04	Conservação dos habitats e das espécies	Inventariação das áreas de maior valor de conservação localizadas na Zona Tampão do PNOT	Alta						
CON.05	Conservação dos habitats e das espécies	Definição e implementação duma estratégia de protecção legal das áreas individualizadas com a actividade CON.04	Alta						
CON.06	Conservação dos habitats e das espécies	Elaboração e implementação dum plano de gestão para a área de Lagoa Amélia	Media						
CON.07	Conservação dos habitats e das espécies	Seguimento do processo de remoção dos produtos tóxicos armazenados na área de Lagoa Azul	Alta						
CON.08	Conservação dos habitats e das espécies	Implementação dum programa de boas práticas agrícolas - divulgação de práticas de reduzido impacte ambiental	Media						
CON.09	Conservação dos habitats e das espécies	Elaboração e implementação dum plano de gestão específico para a área de Malanza	Baixa						
INV.01	Investigação	Apoio técnico-logístico para a realização de estudos e pesquisa sobre a biodiversidade	Alta						
INV.02	Investigação	Consolidação e manutenção da estrutura de estudo da biodiversidade de Bom Sucesso	Media						
INV.03	Investigação / Formação	Parcerias nacionais e internacionais	Média						
INV.04	Investigação	Bolsa de estudo para classificação da biodiversidade animal dos ecossistemas de águas interiores	Media						
INV.05	Investigação	Digitalização e disponibilização em Internet do Herbário Nacional	Baixa						
INV.06	Investigação	Produção e actualização dum sítio Internet sobre a flora endémica de São Tomé e Príncipe	Baixa						
FOR.01	Formação	Formação em Gestão Participativa de Áreas Protegidas	Alta						
FOR.02	Formação	Formação do pessoal do PNOT	Alta						

Código	Programa de intervenção	Actividade	Prioridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014
FOR.03	Formação	Formação avançada do Director do PNST	Media						
FOR.04	Formação	Formação dos Ecoguardas e Guias	Alta						
EDU.01	Educação e sensibilização da população local	Preparação duma sala para as actividades de educação / sensibilização ambiental	Media						
EDU.02	Educação e sensibilização da população local	Campanha de sensibilização para os vinhateiros do Distrito de Mé-Zochi	Alta						
EDU.03	Educação e sensibilização da população local	Campanha de sensibilização para os carvoeiros e os agricultores da zona de Praia das Conchas	Alta						
EDU.04	Educação e sensibilização da população local	Campanha de sensibilização para os caçadores da ilha de São Tomé	Alta						
EDU.05	Educação e sensibilização da população local	Campanha de sensibilização na televisão contra o consumo de carne de tartaruga	Alta						
EDU.06	Educação e sensibilização da população local	Campanha de educação ambiental nas escolas de Ensino Básico	Media						
EDU.07	Educação e sensibilização da população local	Formação de professores das escolas de Ensino Básico no domínio da Educação Ambiental	Media						
EDU.08	Educação e sensibilização da população local	Preparação e distribuição de bandas desenhadas direccionadas aos alunos das escolas de Ensino Básico	Baixa						
EDU.09	Educação e sensibilização da população local	Realização dum documentário de apresentação do PNST e exibição na televisão	Baixa						
TUR.01	Turismo	Manutenção do Jardim Botânico de Bom Sucesso	Alta						
TUR.02	Turismo	Criação de um ponto de venda em Bom Sucesso	Alta						
TUR.03	Turismo	Instalação de sinalizações interpretativas na rede de caminhos	Media						
TUR.04	Turismo	Manutenção do caminho Bom Sucesso - Lagoa Amélia - Bombaim - São João dos Angolares	Media						
TUR.05	Turismo	Estudo de viabilidade e preparação de propostas de projecto para a implementação e gestão de iniciativas de ecoturismo a nível comunitário	Media						

Código	Programa de intervenção	Actividade	Prioridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014
TUR.06	Turismo	Articulação com os operadores e os agentes turísticos - adopção dum "Carta de Serviços"	Media						
TUR.07	Turismo	Criação e manutenção dum sítio Internet do PNOT	Alta						
TUR.08	Turismo	Actividades recíprocas com o Projecto do Roçamundo Ecologic Park	Media						
TUR.09	Turismo	Actividade de pequena hotelaria na sede do PNOT	Media						
TUR.10	Turismo	Viabilidade da visita conjunta do Jardim Botânico de Bom Sucesso, com o Museu do Café de Monte Café	Baixa						
TUR.11	Turismo	Construção de pontes pedonais em São Nicolau e Bombaim	Baixa						
DES.01	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Avaliação de viabilidade, elaboração e implementação dum plano de reflorestação produtiva com espécies florestais nativas e a nível comunitário	Alta						
DES.02	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Formação para um grupo de mulheres da associação de S. Carlos/S. José para a produção e comercialização de doçaria e compotas	Media						
DES.03	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Formações na produção de mel de abelhas para algumas Associações locais	Media						
DES.04	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Candidatura do PNOT (potencialmente toda a ilha de São Tomé) para o Programa MAB (" <i>Man and Biosphere</i> ") da UNESCO	Media						
DES.05	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Definição e segurança na posse da terra	Alta						
DES.06	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Elaboração e implementação dum plano de abastecimento hídrico e de saneamento higio-sanitário	Alta						
DES.07	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Construção de latrinas familiares	Media						
DES.08	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Campanha de informação para os produtores, sobre as potencialidades dos produtos e os nichos de mercado (cacau e café biológicos, mercado "justo e	Media						

Código	Programa de intervenção	Actividade	Prioridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014
		equitativo")							
DES.09	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Candidatura do PNOT como Sítio Património da Humanidade (" <i>World Heritage Site</i> ") da UNESCO	Media						
DES.10	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Formações para artesanato	Media/Baixa						
DES.11	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Construção de pocilgas colectivas comuns às comunidades de Ribeira Peixe e Santa Clotilde	Baixa						
DES.12	Desenvolvimento durável na Zona Tampão	Execução dum formação para a preparação e venda de produtos florais	Media						
Z	Conservação dos habitats e das espécies????	RAPAC??	Alta						
SAP.01	Seguimento, avaliação e planeamento	Implementação dum sistema básico de monitorização das actividades de gestão	Alta						
SAP.02	Seguimento, avaliação e planeamento	Preparação anual do Plano de Gestão	Alta						
SAP.03	Seguimento, avaliação e planeamento	Revisão quinquenal do Plano de Manejo	Media						

## IV.1 Plano de Trabalho e previsão orçamental 2009/2010

Apresenta-se a seguir o Plano de Trabalho e a previsão orçamental para o período Junho 2009 – Dezembro 2010, correspondendo ao primeiro Plano de Gestão do Parque Nacional Obô de S. Tomé.

As actividades de gestão que não têm uma referência definida na cronologia de trabalho, não estão incluídas no esquema apresentado. Trata-se, por um lado, de actividades que se desenvolvem de forma contínua, durante todo o ano (patrulhamento, etc.). Por outro lado, referem-se a actividades de carácter pontual, de concretização não passível de definição previsível, relacionadas sobretudo com planeamento de actividades externas ao PNOT (eventos RAPAC, etc.), mas que devem encontrar o staff do Parque pronto para ser activado em caso de necessidade.

Estas actividades são, nomeadamente:

- ☑ SPC.01 – Patrulhas regulares de fiscalização e monitorização
- ☑ CON.07 - Seguimento do processo de remoção dos produtos tóxicos armazenados na área de Lagoa Azul
- ☑ INV.01 - Apoio técnico-logístico para a realização de estudos e pesquisa sobre a biodiversidade
- ☑ INV.03 - Parcerias nacionais e internacionais
- ☑ FOR.03 - Formação avançada do Director do PNOT
- ☑ TUR.01 - Manutenção do Jardim Botânico de Bom Sucesso
- ☑ TUR.04 - Manutenção do caminho Bom Sucesso - Lagoa Amélia - Bombaim - São João dos Angolares
- ☑ DES.05 - Definição e segurança na posse da terra
- ☑ Z - Eventos, reuniões e acções no âmbito da RAPAC
- ☑ SAP.01 - Implementação dum sistema básico de monitorização das actividades de gestão

Quanto às previsões orçamentais, apresentadas aqui, referem-se aos custos relativos ao montante adicional necessário para a implementação de cada actividade proposta; não prevêem os custos básicos de gestão que são fornecidos pelo Estado, ou os programas de apoio internacional, para cobrir as despesas correntes, tais como, nomeadamente:

- ✓ Salários do staff do PNOT;
- ✓ Custos correntes relativos à Sede do Parque em Bom Sucesso (água, electricidade, consumíveis de limpeza e manutenção, pequenas reparações, etc.);
- ✓ Manutenção de veículos;
- ✓ Combustíveis;
- ✓ Fardamento e equipamento dos Guias e Ecoguardas
- ✓ Material de escritório
- ✓ Consumíveis
- ✓ Bilhética (emissão de bilhetes de ingresso no Parque Nacional e Jardim Botânico, software de gestão de ingressos e cobranças)

Importa salientar que o nível de implementação do PdG, em cada ano será avaliado da forma seguinte:

- ➔ **Óptimo** – No caso em que sejam verificados positivamente 80% dos indicadores de realização das actividades previstas;
- ➔ **Bom** – No caso em que sejam verificados positivamente 80% dos indicadores das actividades previstas com prioridade “alta” e 50% dos outros indicadores de realização das outras actividades previstas;
- ➔ **Suficiente** - No caso em que sejam verificados positivamente 66% dos indicadores das actividades previstas com prioridade “alta” e 50% dos indicadores das actividades previstas com prioridade “media”;
- ➔ **Insuficiente** - No caso em que sejam verificados positivamente 50% dos indicadores das actividades previstas com prioridade “alta”;
- ➔ **Gravemente insuficiente** – No caso em que não sejam verificados positivamente pelo menos 50% dos indicadores das actividades com prioridade “alta”.

Código	Actividade	2009								2010												Custos adicional		
		Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
SPC.02	Patrulhas alargadas de fiscalização e monitorização																							-
CII.01	Preparação, aprovação e implementação dum Protocolo de Entendimento entre o Parque e as Administrações locais																							-
CII.02	Seguimento do processo de instituição e consequente capacitação dos "Adjuntos para o Ambiente"																							60.000.000
CII.03	Reuniões semestrais de coordenação, a nível nacional, das Instituições que desenvolvem um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente																							-
CII.04	Reuniões semestrais de coordenação, a nível de cada Distrito, das Instituições que desenvolvem, um papel de gestão e/ou controle do território em matéria de Ambiente																							-
com.01	Marcação dos pontos de acesso ao PNOT																							140.000.000
com.02	Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Cinchona ledgeriana</i> e <i>C. pubescens</i>																							198.000.000

Código	Actividade	2009								2010												Custos adicional		
		Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
com.03	Elaboração e implementação dum plano de acção para o controlo de <i>Elaeis guineensis</i>																							120.000.000
com.04	Inventariação das áreas de maior valor de conservação localizadas na Zona Tampão do PNST																							140.000.000
com.06	Elaboração e implementação dum plano de gestão para a área de Lagoa Amélia																							72.000.000
INV.02	Consolidação e manutenção da estrutura de estudo da biodiversidade de Bom Sucesso																							30.000.000
FOR.01	Formação em Gestão Participativa de Áreas Protegidas																							-
FOR.02	Formação do pessoal do PNST																							-
FOR.04	Formação dos Ecoguardas e Guias																							-
EDU.01	Preparação duma sala para as actividades de educação / sensibilização ambiental																							50.000.000
EDU.02	Campanha de sensibilização para os vinhateiros do Distrito de Mé-Zochi																							-
EDU.03	Campanha de sensibilização para os carvoeiros e os agricultores da zona de																							30.000.000

Código	Actividade	2009								2010								Custos adicional			
		Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set		Out	Nov	Dez
	Praia das Conchas																				
EDU.04	Campanha de sensibilização para os caçadores da ilha de São Tomé																				100.000.000
EDU.05	Campanha de sensibilização na televisão contra o consumo de carne de tartaruga																				100.000.000
EDU.06	Campanha de educação ambiental nas escolas de Ensino Básico																				-
EDU.07	Formação de professores das escolas de Ensino Básico no domínio da Educação Ambiental																				-
EDU.08	Preparação e distribuição de bandas desenhadas direccionadas aos alunos das escolas de Ensino Básico																				85.000.000
TUR.02	Criação de um ponto de venda em Bom Sucesso																				30.000.000
TUR.03	Instalação de sinalizações interpretativas na rede de caminhos																				70.000.000
TUR.06	Articulação com os operadores e os agentes turísticos - adopção duma "Carta de Serviços"																				-
TUR.07	Criação e manutenção dum sítio Internet do PNOST *(solo criação)																				20.000.000
TUR.09	Actividade de pequena hotelaria na sede do PNOST																				-

Código	Actividade	2009								2010										Custos adicional		
		Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		Dez	
DES.02	Formação para um grupo de mulheres da associação de S. Carlos/S. José para a produção e comercialização de doçaria e compotas																					100.000.000
DES.03	Formações na produção de mel de abelhas para algumas Associações locais																					165.000.000
DES.06	Elaboração e implementação dum plano de abastecimento hídrico e de saneamento higio-sanitário																					50.000.000
SAP.02	Preparação anual do Plano de Gestão																					-
<b>Montante total previsto (STD)</b>																					<b>1.560.000.000</b>	
<b>Equivalente em € (1 € = 20.000 STD)</b>																					<b>78.000</b>	

## Bibliografia

Albuquerque C., Cesarini D. & Tagliabue L.C., 2009. Plano de Manejo do Parque Nacional Obô de São Tomé. ECOFAC IV, São Tomé, São Tomé e Príncipe, 117 pp.

Albuquerque, C. et al (2004) – Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais, ICN, Lisboa

Associação Monte Pico (2008) - Identificação duma estratégia de sensibilização das populações ribeirinhas com vista a conservação do Parque Obô de São Tomé e uma gestão participativa da zona tampão do referido parque - Relatório Final. Programa Regional de conservação e valorização dos ECOSistemas Florestais da Africa Central (ECOFAC, fase IV)

Brito, B.r., 2004. Turismo Ecológico em São Tomé e Príncipe: da Ecopedagogia à Preservação Ambiental. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16-18 Setembro.

Brugière, D., 2007. Plan de Gestion du Parc National de Zakouma et de sa Peripherie 2007-2011, Direction de la Conservation de la Faune et des Aires Protégées, Ministère de l'Environnement, de la Qualité de Vie et des Parcs Nationaux, Tchad, 199 pp

Cesarini D., 2008. Plano de Monitorização – Parque Natural Serra Malagueta. Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes (Fase I), MAA/GEF/PNUD, Praia, Cabo Verde, 200pp.

Grépin, G., 1999. Finalisation des plans d'aménagement des parcs nationaux de Ôbo de São Tomé et Ôbo de Príncipe. SECA

Grépin, G., 1999. Proposition de plan d'aménagement (rapport final) (+/- 140 pages dont 12 couleurs). SECA

Juste, B. J. 1994 a - (Mar, 1994). Etude de support à l'aménagement et la gestion de la zone écologique, Projet ECOFAC. AGRECO-CTFT Unpubl. Gland. 67 pp.

Juste, B. J., 1994 b - (Oct, 1994). Etudes d'appui à l'aménagement et à la gestion des zones écologiques de São Tomé et Príncipe, 2<sup>ème</sup> Délimitation de la zone écologique de Príncipe et correction des limites de São Tomé, Project AGRECO-CTFT

Rapport APOFA / GTZ, 1998. A pequena produção agrícola em São Tomé e Príncipe